**COMENTÁRIOS E SUGESTÕES**



**CONSULTA PÚBLICA N° 16/2020 - de 6/10/2020 a 19/11/2020**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Consulta Pública sobre minuta de resolução que regulamenta o exercício da atividade de produção de derivados de petróleo e gás natural** | | | |
| **AGENTE** | **ARTIGO DA MINUTA** | **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO** | **JUSTIFICATIVA** |
| IBP | Nota Técnica | Comentário | A NT dispõe que não haverá um regulamento técnico como anexo da resolução, que os critérios técnicos serão disponibilizados na página da ANP. Vemos esse aspecto com preocupação pela falta de previsibilidade na definição e eventuais alterações de tais critérios, sem que haja previamente uma consulta pública para definir o que seria razoável. Como não há necessidade de se requerer a autorização para a construção de uma planta de processamento, sendo apenas necessária autorização para início de operação, haveria o risco de se construir a planta com base em determinados critérios (disponibilizados na página da ANP), que porventura podem não ser os mesmos quando da vistoria a ser realizada pela ANP para conceder a autorização de operação (porque os critérios podem, a princípio, ser alterados a qualquer tempo pela ANP em sua página). |
| EGCEL | Termo “formulação de gasolina e óleo diesel” | Substituir por “Produção de Combustíveis Gasolina e Óleo Diesel ou Indústria Produtora de Combustíveis” | O nome atual gera dúvida sobre a qualificação e a credibilidade dessa atividade pelo mercado, incluindo o consumidor final. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Ementa | Regulamenta o exercício da atividade de produção de derivados de petróleo e gás natural, bem como de matérias-primas e insumos que substituam os derivados de petróleo e gás natural, a partir de fontes renováveis ou recicladas**.** | Como a minuta de resolução proposta busca regular a produção das principais instalações da indústria de óleo e gás natural, e, considerando que as referidas instalações possuem a capacidade de produzir somente derivados de óleo e gás, nossa proposta é a de ampliar a ementa para contemplar todos os produtos que possam ser produzidos por essas instalações.  Conforme sugestões feitas adiante, a Braskem propõe a inclusão no escopo da norma da produção de matérias primas e insumos que substituam os derivados de petróleo e gás natural, a partir de fontes renováveis ou reciclados.  Tais produtos são substitutos perfeitos de alguns dos derivados já previstos no escopo da norma e é importante submetê-los, no que aplicável, a uma regulação equivalente, simétrica, de modo a permitir a competição entre os derivados fósseis e seus substitutos de fonte renovável ou reciclada. |
| IBP | Preâmbulo | A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 6º do Regimento Interno e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo nº 48610.213130/2019-77 e as deliberações tomadas na XXª Reunião de Diretoria, realizada em (DIA) de (MÊS) de (ANO)~~, RESOLVE~~:  CONSIDERANDO a iniciativa do Governo Federal na formação de um mercado de gás natural aberto, dinâmico e competitivo, promovida no âmbito do Programa “Novo Mercado de Gás”,  CONSIDERANDO a necessidade de regular as atividades de produção de derivados de petróleo e gás natural, incluindo as atividades econômicas de refino de petróleo e processamento de gás natural e as que posteriormente serão reguladas como regaseificação e liquefação, RESOLVE: | Acreditamos ser importante pontuar este momento de abertura do mercado de gás e necessidade de regulação porque outras atividades econômicas serão “autorizadas” após a aprovação da nova Lei do Gás, como liquefação e regaseificação. |
| Raízen | Art. 1º | Comentário geral à proposta de norma. | O programa de desinvestimento da Petrobrás no refino abre novas perspectivas para o setor de combustíveis no Brasil. Isso porque, com o êxito da alienação de 8 de suas 13 refinarias no país, há efetivo potencial de materialização da alme­jada abertura do mercado de refino e, portanto, aumento da competitividade neste elo.  Pode-se dizer que se trata de verdadeira política pública, haja vista que, longe de constituir mero compromisso empresarial assumido pela estatal junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), houve o reconhecimento de sua importância por parte de diversos órgãos governamentais responsáveis pela definição das diretrizes de planejamento do setor. Inclusive, o próprio Conselho Nacional de Política Energética – CNPE editou ato normativo específico estabelecendo as “diretrizes para a promoção da livre concorrência na atividade do refino no país” (Resolução nº 09/2019).  Para que tal política pública seja, efetivamente, bem sucedida, no entanto, é necessário o envolvimento e engajamento de diferentes órgãos e entidades governamentais no sentido de sua implementação. Isso porque a obtenção dos resultados esperados dependerá não somente da mera alienação de ativos, mas da existência de um arcabouço legal e regulatório que crie condições para que, *de um lado*, os agentes econômicos efetivamente disponham da *flexibilidade* necessária para gerir os ativos de forma eficiente e competitiva, e, *de outro*, a Agência assegure que não haverá espaço para a entrada e atuação de agentes que possam trazer desequilíbrio ao setor, concorrência desleal e riscos ao abastecimento nacional e aos consumidores finais.  Diante disso, a Raízen Combustíveis S.A., de início, elogia a iniciativa da ANP, no sentido de revisar a regulação aplicável aos produtores e submete à consideração de V.Sas. elementos que, na visão da companhia, devem ser contemplados no âmbito da revisão dos atos normativos envolvidos na presente Consulta Pública nº 16/2020. |
| IBP | Art. 1º, caput | Art. 1º Esta Resolução disciplina o exercício da atividade de produção e comercialização pelos produtores de derivados de petróleo e de derivados de gás natural por meio da outorga de autorização de operação da instalação produtora. | Sugerimos deixar o artigo 1º mais adequado ao escopo da norma, uma vez que própria minuta, em seu capítulo III, menciona a questão de “Comercialização de derivados de petróleo e gás natural”, para, nos artigos seguintes, disciplinar a figura do produtor de combustíveis derivados de petróleo e de gás natural (a quem se aplicam as obrigações relativas às instalações). |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 1º, caput | Art. 1º. Esta Resolução disciplina o exercício das atividades de comercialização de derivados de petróleo e de gás natural, de produção de derivados de petróleo e gás natural, de prestação dos serviços de refino de petróleo, de formulação de gasolina e óleo diesel e de processamento de gás natural, bem como a outorga de autorização para a construção e operação das respectivas instalações associadas ~~por meio da outorga de autorização de operação da instalação produtora~~. | Considerando todo o exposto na Nota Técnica nº 1/2020/SPC/ANP-RJ e na minuta de resolução, parece-nos que a intenção da ANP é contemplar o exercício de três atividades no âmbito da nova norma: i) comercialização de derivados de petróleo e gás natural; ii) produção de derivados de petróleo e gás natural (própria ou de terceiros); e iii) prestação de serviços de produção ofertados por instalações produtoras de derivados de petróleo e gás natural.  Além disso, a norma busca regulamentar a outorga de autorização para a construção e operação das instalações de produção, que poderão ser detidas tanto por um produtor quanto por agentes de *midstream* que não tenham intenção de ser produtor, mas de prestar os serviços de refino, de processamento ou de formulação de combustíveis.  Diante de todo o exposto e buscando agregar mais clareza ao escopo da norma em seu artigo inicial, propomos nova redação para o art. 1º. |
| IBP | Art. 1º, § 1º | § 1º A autorização de operação da instalação produtora de derivados de petróleo e gás natural somente poderá ser outorgada à ~~pessoa jurídica~~ empresa ou consórcio de empresas, constituídos sob as leis brasileiras, com sede e administração no país, que atender, em caráter permanente, ao disposto nesta Resolução. | Ajuste no texto considerando que o §2º do presente artigo prevê que a atividade de produção de derivados de gás engloba o processamento de gás natural, bem como que o artigo 43 da Lei nº 11.909/2009 prevê que “*qualquer empresa ou consórcio de empresas, desde que constituídos sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, poderão receber autorização da ANP para exercer as atividades de construção, ampliação de capacidade e operação de unidades de processamento ou tratamento de gás natural*”. Da mesma forma, a Lei 9.478/1997, em seu artigo 53, utiliza a terminologia proposta, conforme transcrito a seguir: *“Qualquer empresa ou consórcio de empresas que atenda ao disposto no art. 5o desta Lei poderá submeter à ANP proposta, acompanhada do respectivo projeto, para a construção e operação de refinarias e de unidades de processamento, de liquefação, de regaseificação e de estocagem de gás natural, bem como para a ampliação de sua capacidade”.* Neste sentido, sugerimos a alteração assinalada, refletindo a mesma ao longo da presente minuta, conforme trechos assinalados. |
| ABIQUIM | Art. 1º, § 1º | § 1º ~~A autorização de operação da instalação produtora de derivados de petróleo e gás natural~~ As autorizações previstas no caput somente ~~poderá~~ poderão ser outorgadas ~~à pessoa jurídica constituída~~ a empresas ou consórcios de empresas constituídos sob as leis brasileiras, com sede e administração no país, que atenderem, em caráter permanente, ao disposto nesta Resolução. | O referido ajuste busca tornar a minuta proposta compatível com a legislação vigente, uma vez que se fala em “empresas ou consórcio de empresas” e não pessoa jurídica (art. 43 da Lei nº 11.909/09 e art. 53 da Lei 9.478/97). |
| ABIQUIM | Art. 1º, § 2º | § 2º ~~A atividade de produção de derivados de petróleo e gás natural distingue-se entre:~~ Para fins de outorga de autorização de construção e de operação, consideram-se instalações sujeitas a esta Resolução:  I - refino de petróleo;  II - processamento de gás natural;  III - formulação de gasolina e óleo diesel; e  IV - produção de combustíveis em central petroquímica.  V - produção secundária de produtos derivados de petróleo e gás natural;  VI - produção de matérias-primas e insumos que substituam os produtos derivados de petróleo e gás natural a partir de fontes renováveis ou recicladas. | Propomos ajuste para inserção de novos incisos que prevejam a totalidade das atividades de centrais petroquímicas, para que contemple todos os produtos, que inevitavelmente resultam da produção de petróleo e gás natural nessas instalações. Isto porque, deve ficar claro aos agentes econômicos a possibilidade de produção e comercialização destes “resíduos” do processo produtivo. Estes secundários são produzidos de forma inevitável em decorrência da produção principal e a regulação vigente deve permitir sua comercialização, sob risco de inibir a atividade econômica e o aproveitamento de produtos que são comercialmente viáveis.  Dessa forma, é necessário prever no regulamento a existência desses produtos e seu tratamento pela ANP, para não gerar insegurança jurídica aos produtores quando forem destinar esse produto secundário, seja vendendo para reutilização, seja destinando como resíduo. E como não se trata de produção intencional, mas inerente à atividade já regulada pela ANP, a comercialização destes secundários não deve se sujeitar às mesmas restrições cabíveis aos produtos primários, dado que a eventual autorização à atividade primária já contempla esta produção secundária inerente ao processo autorizado.  Além disso, excluiu-se da redação a limitação de produção de combustíveis por centrais petroquímicas, uma vez que o objeto da norma é a produção de derivados de petróleo e gás natural e que essas instalações são capazes de fazê-lo, conforme acima exposto. |
| BRASKEM | Art. 1º, § 2º | § 2º ~~A atividade de produção de derivados de petróleo e gás natural distingue-se entre:~~ Para fins de outorga de autorização de construção e de operação, consideram-se instalações sujeitas a esta Resolução:  I - refinarias~~o~~ de petróleo;  II - unidades de processamento de gás natural;  III - plantas de formulação de gasolina e óleo diesel; e  IV - produção ~~de combustíveis~~ em centrais~~l~~ petroquímicas produtoras de derivados e produtos equiparados. | Propomos o ajuste na redação para deixar claro que estas são as instalações que ficarão sujeitas ao processo de obtenção de autorização de operação nos termos desta resolução.  Além disso, altera-se a referência apenas à produção de combustíveis pelas centrais petroquímicas, tendo em vista que estas são capazes de produzir outros derivados de petróleo e de gás natural não enquadráveis no conceito de combustível. Como a maioria destes derivados é objeto também da resolução em discussão, importante prever que as centrais petroquímicas também estarão autorizadas a produzi-los. |
| IBP | Art. 1º, § 3º | § 3º A ~~pessoa jurídica~~ empresa ou consórcio de empresas deverá apresentar comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ referente à instalação em questão e o correspondente à sua sede, em atividade econômica compatível com a solicitação. ~~constituir um CNPJ específico para exercer a atividade de produção de derivados de petróleo e gás natural, caso já seja autorizada ao exercício de outra atividade regulada pela ANP.~~ | Idem à justificativa feita para a proposta de alteração no § 1º do Art. 1º.  Ainda, sugerimos a revisão do §3º tendo em vista não haver uma justificativa clara e razoável para imposição da necessidade de abertura de uma filial exclusivamente para exercício da atividade de produção de combustíveis e de derivados de gás natural.  Tendo em vista que o escopo da norma é a desburocratização e retirada de restrições desproporcionais ao exercício de atividades econômicas, entende-se que tal exigência não está alinhada com o espírito de revisão da norma.  A proposta de apresentação do comprovante de inscrição no CNPJ visa à harmonização dos termos com a RANP 17/2010. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 1º, § novo | § xx O disposto na presente norma não se aplica aos seguintes derivados de petróleo:  I - Solventes, regulado pela Portaria ANP nº 63/99;  II - Lubrificantes, regulado pela Resolução ANP nº 804/2019;  III - Asfalto, regulado pela Resolução ANP nº 02/2005. | Pelo exposto na Nota Técnica nº 1/2020/SPC/ANP-RJ, não é objeto da referida norma a produção de solventes, que virá a ser objeto de CP posterior. Ademais, apesar do exposto nos art. 20-23, a norma visa regulamentar derivados de petróleo e gás natural utilizados como combustíveis, o que não é o caso para lubrificantes e asfalto. Propomos a redação exposta para trazer maior clareza sobre o que não é objeto da referida norma e evitar insegurança jurídica, tendo em vista que a definição de derivados trazida pela minuta permitiria a inclusão destes três derivados. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 1º, § novo | § xx As empresas autorizadas ao exercício da atividade de produção, na forma do caput, poderão solicitar autorização para construção e operação das instalações previstas no §4º ou contratar sua utilização com os prestadores de serviço autorizados pela ANP a operar tais instalações. | Considerando a alteração no caput por nós proposta, que evidencia as atividades objeto da presente norma, a produção de derivados de petróleo e gás natural poderá acontecer em instalação própria ou de terceiros – hipótese de contratação do serviço, - nesse sentido, buscando trazer maior clareza a essa distinção, propomos que se evidencie que: i) quando o produtor for titular da própria instalação, a outorga de autorização para produzir estará atrelada à sua autorização de operação; ii) quando se tratar de produção a partir da instalação de terceiros, será necessária a autorização desta D. Agência para produção.  Considerando a alteração proposta no caput e também outros dispositivos da minuta, que já permitem a contratação de instalações de produção por outros produtores, entendemos que a produção de derivados de petróleo e gás natural poderá acontecer em instalação própria ou de terceiros – hipótese de contratação do serviço. Nesse sentido, buscando trazer mais clareza a essa distinção, propomos que se evidencie que: i) quando o produtor for titular da própria instalação, a outorga de autorização para produzir estará atrelada à sua autorização de operação; ii) que será possível autorizar um agente a ser produtor de derivados ainda que este não seja proprietário de uma instalação de produção, desde que ele comprove ter contrato com terceiros que prestem o serviço de refino, processamento ou de formulação. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 1º, § novo | § xx O Grupo Econômico ou consórcio deverá apontar ao menos um CNPJ específico para a outorga de autorização para a atividade de produção de derivados de petróleo e gás natural, bem como os demais CNPJs das empresas que compõem o Grupo Econômico ou consórcio, que poderão comercializar e transferir entre si os produtos derivados de petróleo e gás natural. | Entendemos que a ANP não pode intervir na liberdade societária e organização empresarial para que possa regulamentar a produção de petróleo e gás natural. Por este motivo, entendemos que o §3º deve ser reformulado para que se adote o conceito de Grupo Econômico e de consórcio, para que esta concentração de empresas possa estabelecer a melhor forma de se organizar.  O conceito de Grupo econômico não precisa ser definido nesta norma, posto que já definido, por exemplo na RESOLUÇÃO CADE Nº 2, DE 29 DE MAIO DE 2012, abaixo transcrita.  Propomos que ou esta D. Agência não traga conceito novo ou reproduza o conceito exposto pelo CADE, para garantir segurança jurídica e previsibilidade sobre conceitos já existentes na legislação.  “Art. 4º (...)  *§1º Considera-se grupo econômico, para fins de cálculo dos faturamentos constantes do art. 88 da Lei 12.529/11, cumulativamente: (Redação dada pela Resolução nº 09, de 1º de outubro de 2014) I – as empresas que estejam sob controle comum, interno ou externo; e II – as empresas nas quais qualquer das empresas do inciso I seja titular, direta ou indiretamente, de pelo menos 20% (vinte por cento) do capital social ou votante”.* |
| BRASKEM  ABIQUIM | Art. 1º, § novo | § xx Para fins de aplicação da presente norma, equipara-se à produção de derivados de petróleo e de gás natural a produção secundária e a produção de matérias primas e insumos que substituam os produtos derivados de petróleo e gás natural a partir de fontes renováveis ou recicladas. | Propomos ajuste para inserção de novo parágrafo que preveja também a possibilidade de (i) produção secundária de derivados e (ii) produção de matérias primas e insumos renováveis e reciclados. Assim, a norma passaria a contemplar a totalidade das atividades de centrais petroquímicas, abrangendo todos os produtos que inevitavelmente resultam da produção de petróleo e gás natural nessas instalações.  Isto porque, deve ficar clara aos agentes econômicos a possibilidade de produção e comercialização destes “resíduos” do processo produtivo. Estes secundários são produzidos de forma inevitável em decorrência da produção principal e a regulação vigente deve permitir sua comercialização, sob o risco de inibir a atividade econômica e o aproveitamento de produtos que são comercialmente viáveis.  Dessa forma, é necessário prever no regulamento a existência desses produtos e seu tratamento pela ANP, para não gerar insegurança jurídica aos produtores quando forem destinar esse produto secundário, seja vendendo para reutilização, seja destinando como resíduo. E como não se trata de produção intencional, mas inerente à atividade já regulada pela ANP, a comercialização destes secundários não deve se sujeitar às mesmas restrições cabíveis aos produtos primários, dado que a eventual autorização à atividade primária já contempla esta produção secundária inerente ao processo autorizado.  Esse novo parágrafo busca garantir segurança jurídica também para a produção a partir de fontes renováveis ou recicladas, dado que as novas tecnologias produtivas de substitutos de derivados do petróleo e gás natural já são realidade e a norma já deve refletir este novo cenário de inovação, a fim de que seja garantido tratamento regulatório isonômico aos produtos de origem renovável ou reciclada, que podem substituir os produtos derivados de petróleo e gás natural.  Tal medida evita a necessidade de norma específica futura para o tratamento destas novas fontes produtivas, o que está alinhado com a Lei de Liberdade Econômica e ainda viabiliza soluções sustentáveis que também devem ser incentivadas pela Administração Pública. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, I | I - análise de risco: documento, estruturado com base em metodologias apropriadas, elaborado por equipe multidisciplinar, que visa identificar sistematicamente perigos, estimar riscos da instalação ~~produtora~~ de produçãode derivados de petróleo e gás natural e determinar as medidas preventivas ou mitigadoras; | Considerando o escopo das atividades propostas no âmbito desta norma, propomos a alteração de “instalação produtora” para “instalação de produção” ao longo desta minuta, para que não haja confusão entre o produtor (que pode produzir em instalação própria ou de terceiro) e a instalação produtora. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, VI | VI - capacidade autorizada: capacidade de processamento de petróleo ou gás natural da instalação ~~produtora~~ de produção e das unidades de processo e auxiliares, excluindo as utilidades; | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| IBP | Art. 2º, IX | IX - Central Petroquímica: ~~instalação~~ complexo industrial que processa condensado, gás natural e seus derivados, nafta petroquímica ou outros insumos, para produzire comercializar predominantemente matérias-primas para a indústria química, tais como eteno, propeno, butenos, butadieno e suas misturas, benzeno, tolueno, xilenos e suas misturas. | Sugere-se a manutenção da definição constante na RANP n º 17/2010, de forma a refletir o exposto na seção IV. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, IX | IX - central petroquímica: ~~instalação~~ complexo industrial que processa condensado, gás natural e seus derivados, nafta petroquímica ou outros insumos, inclusive de fonte renovável ou reciclada,para produzir predominantemente matérias-primas para a indústria química, tais como eteno, propeno, buteno, butadieno e suas misturas, benzeno, tolueno, xileno e suas misturase que em decorrência destes processos, também produz de forma incidental produtos secundários derivados do petróleo e derivados de gás natural, tais como outros combustíveis, óleos, lubrificantes, solventes e outras substâncias obtidas de processo petroquímico; | Sugerimos a manutenção da definição constante na RANP n º 17/2010, de forma a refletir o exposto na seção IV.  Além disso, propomos a inclusão das novas fontes de matriz energética (renováveis e reciclada), dado que já são realidade e devem ser reguladas.  Ainda, considerando que as centrais produzem também os produtos secundários, de forma não intencional, como decorrência do processo produtivo dos derivados de petróleo e gás natural, entendemos que tal atividade também deve constar da definição de Central Petroquímica.  Tais ajustes são necessários para garantir mais segurança jurídica à Centrais Petroquímicas para produzir, armazenar e comercializar seus produtos. |
| IBP | Art. 2º, XI | XI - derivado de gás natural: produtos decorrentes do fracionamento do gás natural, tais como gás natural processado, gases liquefeitos de petróleo, etano, propano, fração C5+ (gasolina natural) e líquido de gás natural (LGN); os quais são considerados como bens fungíveis; | A definição foi ajustada com a inclusão de exemplos de derivados, de modo a compatibilizar com a definição de Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), tendo sido incluído etano e propano na lista de possíveis produtos.  Além disso, a inclusão do termo ‘fungível’ visa a dar mais clareza a um aspecto relevante para fins fiscais, principalmente em operações de mútuo e demais atividades que necessitem de compartilhamento de infraestrutura, de que os derivados de gás natural são bens fungíveis. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, XII | XII - derivado de petróleo: produto decorrente da transformação do petróleo, tais como gás liquefeito de petróleo - GLP; gás natural; gasolina automotiva A e C; gasolina de aviação; óleo combustível; óleo combustível marítimo (*bunker oil*); óleo diesel A, B e BX a B30; óleo diesel marítimo DMA e DMB; e querosenes de aviação: querosene de aviação (QAV-1); querosene de aviação alternativo (QAV alternativo); e querosene de aviação C (QAV-C); e aos combustíveis importados relacionados na Resolução ANP nº 680, de 5 de junho de 2017, conforme descrito na Resolução nº 828/20, com exceção dos biocombustíveis; | A Lei nº 9478/97 traz o conceito de derivados de petróleo de forma genérica, tal como exposto na minuta, entretanto, a Resolução ANP nº 828/20 traz um detalhamento do que seriam combustíveis.  Nesse sentido, e para trazer mais clareza para a norma, propomos que se exponha o rol de quais produtos são considerados derivados de petróleo para fins da referida resolução.  A Lei nº 9478/97 traz o conceito de derivados de petróleo de forma genérica, tal como exposto na minuta, podendo abranger tanto derivados que são utilizados como combustíveis quanto outros derivados.  Como o rol de combustíveis é extenso, para evitar dúvidas e necessidades de esclarecimentos futuros, propomos já deixar expresso na norma alguns dos combustíveis que são alcançados pela resolução. Tal previsão não seria taxativa. Ou seja, caso haja outros combustíveis não previstos no rol, estes também seriam alcançados pela nova resolução. |
| IBP | Art. 2º, XII | XII - derivado de petróleo: produto decorrente da transformação do petróleo, tais como nafta, solvente, gasolina, querosene, óleo diesel, lubrificante, óleo combustível, gás combustível, gás natural processado, gases liquefeitos de petróleo, asfalto e coque; os quais são considerados como bens fungíveis; | A definição foi ajustada com a inclusão de exemplos de derivados, de modo a compatibilizar com a definição de refinaria de petróleo. |
| IBP | Art. 2º, XIII | XIII - desativação permanente: ~~encerramento definitivo total ou parcial~~ ~~de qualquer~~ retirada de operação de unidade de processo ou instalação produtora de derivados de petróleo e gás natural autorizada pela ANP; | O termo total ou parcial pode gerar dúvidas quanto a abrangência da desativação. Assim sugere-se utilizar os termos definidos “unidade de processo” e “instalação produtora”, para se referir à desativação respectivamente, de apenas uma unidade ou de toda a planta industrial. Além disso como está se propondo a inserção da definição de desativação temporária, inseriu-se o termo permanente nesta definição. |
| ABIQUIM | Art. 2º, XIII | XIII - desativação permanente: ~~encerramento definitivo total ou parcial de~~ retirada de operação de unidade de processoou instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural autorizada pela ANP; | Como não há elucidação do que significaria a desativação total e parcial, entendemos que a redação proposta traz insegurança jurídica. Propomos que se trate a desativação em função da unidade de processo ou instalação de produção, para que haja mais clareza e segurança jurídica sobre a incidência da norma proposta.  O termo total ou parcial pode gerar dúvidas quanto à abrangência da desativação. Assim sugere-se utilizar os termos definidos unidade de processo e instalação produtora, para se referir a desativação respectivamente, de apenas uma unidade ou de toda a planta industrial. Além disso como está se propondo a inserção da definição de desativação temporária, inseriu-se o termo permanente nesta definição. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, XIV | XIV - estudo de classificação de áreas: documento, elaborado por profissional habilitado, amparado em normas técnicas, que visa a analisar e classificar ambientes sujeitos à presença de atmosferas explosivas, com o objetivo de fundamentar a escolha e a instalação de equipamentos apropriados à condição de operação segura da instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural; | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| IBP | Art. 2º, XVII | XVII - gás natural: todo hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, cuja composição poderá conter gases úmidos, secos e residuais, podendo se referir ao gás natural não processado ou gás natural processado, sendo, em qualquer caso, um bem fungível em termos energéticos; | A existência de uma definição de gás natural não processado faz necessária para diferenciar o gás após o processamento do gás antes do processamento. Quanto a fungibilidade, trata-se de um aspecto do gás natural relevante para fins fiscais em operações de mútuo e demais atividades que necessitem de compartilhamento de infraestrutura. |
| EGCEL | Art. 2, XX | XX - instalação de formulação de gasolina e óleo diesel: instalação destinada à produção de gasolina e óleo diesel, exclusivamente por mistura mecânica de correntes de hidrocarbonetos líquidos e derivados de gás natural; | - O Butano, por exemplo, é uma das frações que compõem o gás natural, cuja propriedade possui alta octanagem e pressão de vapor elevada, auxiliando no enquadramento da especificação da Gasolina A.  - Ampliar a possibilidade de compra de correntes de hidrocarbonetos. |
| IBP | Art. 2º, XXI | XXI - instalação produtora de derivados de petróleo e gás natural ou instalação produtora: área industrial destinada à produção de derivados de petróleo e gás natural, sendo refinaria de petróleo, ~~polo de processamento de gás natural~~ Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), instalação de formulação de gasolina e óleo diesel ou central petroquímica; | Não fica clara a diferenciação entre Unidade de Processamento de Gás Natural e polo de processamento de gás natural, sob o risco de a UPGN não ser entendida como uma instalação produtora de derivados de petróleo e gás natural. Polo de processamento de gás natural só é utilizado nesta definição e no Art. 37 da minuta, sendo que, em ambos os casos, parece ser cabível a utilização do termo Unidade de Processamento de Gás Natural. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, XXI | XXI - instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural ou instalação produtora: área industrial destinada à produção de derivados de petróleo e gás natural, sendo refinaria de petróleo, polo de processamento de gás natural, unidade de processamento de gás natural (UPGN), ~~instalação~~ planta de formulação de gasolina e óleo diesel ou central petroquímica; | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I e inserindo também o conceito de UPGN exposto nessa norma para contemplar todas as instalações de produção elencadas na norma. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, XXII | XXII - laudo do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA): laudo técnico conclusivo, amparado em normas técnicas e regulamentadoras, elaborado por profissional habilitado, com registro das inspeções e medições realizadas, avaliando as condições do sistema destinado a proteger a instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural contra os efeitos das descargas atmosféricas; | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, XXIII | XXIII - laudo do sistema de aterramento elétrico: laudo técnico conclusivo, amparado em normas técnicas e regulamentadoras, elaborado por profissional habilitado, avaliando a condição de aterramento dos equipamentos elétricos da instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural; | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, XXV | XXV - memorial descritivo do processo: documento, elaborado por profissional habilitado, que descreve o processo de produção da instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural, em consonância com o fluxograma de processo; | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| IBP  ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, XXVI | ~~XXVI - parada não programada: interrupção das operações da instalação produtora de derivados de petróleo e gás natural ou de suas unidades por período superior a vinte e quatro horas, conforme estabelecido na Resolução ANP nº 44, de 22 de dezembro de 2009;~~ | A parada não programada é tratada na RANP 44/2009 que apresenta as exigências regulatórias próprias. Desta forma solicita-se a retirada do termo desta minuta para evitar conflito com os procedimentos da RANP 44/2009.  Como a parada não programada é objeto da RANP nº 44/09, estando ali dispostas as regras incidentes sobre esse tipo de ocorrência. Nesse sentido, e para garantir a consistência sistêmica da legislação, propomos que seja retirada essa menção da norma. |
| IBP | Art. 2º, XXVII | XXVII - parada programada: interrupção ~~total~~ ~~ou parcial~~ das operações da instalação produtora de derivados de petróleo e gás natural ou de suas unidades de processo, decorrente de planejamento prévio visando à segurança das operações ou ajustes operacionais decorrentes de adequação ao mercado, que causem impactos à programação de produção; | O termo total ou parcial pode gerar dúvidas quanto a abrangência da desativação. Assim sugerimos utilizar os termos definidos unidade de processo e instalação produtora, para se referir a desativação respectivamente, de apenas uma unidade ou de toda a planta industrial.  A referência de unidade de processo é uma definição mais precisa, não gerando dúvidas para seu cumprimento. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, XXVII | XXVII - parada programada: interrupção ~~total~~ ~~ou parcial~~ das operações da instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural ou de suas unidades de processo, decorrente de planejamento prévio visando à segurança das operações ou ajustes operacionais decorrentes de adequação ao mercado, que causem impactos à programação de produção; | Para trazer mais clareza e segurança jurídica, propomos a exclusão do termo total ou parcial desse conceito e que se agregue o termo já introduzido na norma de unidade de processo. Além disso, propomos a alteração do ter instalação produtora por instalação de produção, conforme exposto na justificativa do art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, XXVIII | XXVIII - perfil de produção: perfil típico da instalação ~~produtora~~ de produção, expresso em percentual da produção esperada de cada derivado de petróleo e gás natural; | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, XXXI | XXXI - plano de comissionamento: documento contendo o planejamento do processo de comissionamento, com definição das ações, dos responsáveis e da programação de cada atividade de verificação, inspeção e testes de equipamentos e sistemas, com o intuito de liberar a partida da instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural; | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, XXXII | XXXII - plano de emergência: documento, elaborado por equipe multidisciplinar, amparado em normas técnicas, que descreve o conjunto de medidas que determinam e estabelecem as responsabilidades setoriais e as ações a serem desencadeadas imediatamente após um incidente, e que definem os recursos humanos, materiais e equipamentos adequados à prevenção, controle e resposta ao incidente na instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural e das populações circunvizinhas; | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, XXXIII | XXXIII - plano de inspeção e manutenção: documento atualizado, em formulário próprio ou sistema informatizado, amparado em normas regulamentadoras, técnicas e/ou manuais de fabricantes, abrangendo cronogramas e procedimentos de inspeção e manutenção de equipamentos, máquinas, tubulações, acessórios, instrumentos e sistemas da instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural, identificando os responsáveis capacitados e elencando métodos e condutas de segurança e saúde; | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, XXXIV | XXXIV - plano de transição e continuidade operacional: documento, assinado pelas partes envolvidas no processo de transferência de titularidade da autorização de operação, contendo, no mínimo, o detalhamento das ações a serem empreendidas para garantia da transição e continuidade operacional da instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural de forma segura, com cronograma e identificação dos responsáveis pelo acompanhamento; | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, XXXVI | XXXVI - planta de arranjo geral: desenho que estabelece a disposição, em planta, na versão conforme construído (as built), das diversas áreas da instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural, abrangendo produção, armazenamento, recebimento, expedição, sistema de proteção contra incêndio, sistema de tratamento de resíduos e efluentes, ruas internas, prédio administrativo e demais edificações dentro dos limites no terreno da instalação ~~produtora~~ de produção, destacando a localização e a identificação de tanques e principais equipamentos; | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| IBP  Petrogal | Art. 2º, XXXVIII | ~~XXXVIII - polo de processamento de gás natural: instalação industrial constituída de unidades de processamento e tratamento de gás natural e suas frações, e condensado de gás natural e suas frações, incluindo unidades auxiliares;~~ | Sugerimos exclusão da definição tendo em vista que não há uma diferenciação entre UPGN e polo de processamento de gás, na medida que ambas seriam unidades produtoras.  Sugerimos que as definições “XXXVIII – Polo de Processamento de Gás Natural” e” XLV – UPGN” sejam consolidadas em uma única definição, considerando que inexiste distinção entre elas. |
| SPC | Art. 2º, XXXIX | XXXIX - procedimento operacional: documento, amparado em normas técnicas, que contém instruções para o desenvolvimento das atividades operacionais da instalação produtora de derivados de petróleo e gás natural, abrangendo, no mínimo, as situações de ~~partida inicial~~ pré-operação, operação normal, operação temporária, operação em emergência, parada ~~programada~~ normal, ~~e~~ parada de emergência ~~emergencial~~ e operação pós-emergência;  **Nova redação:** XXXIX - procedimento operacional: documento, amparado em normas técnicas, que contém instruções para o desenvolvimento das atividades operacionais da instalação produtora de derivados de petróleo e gás natural, abrangendo, no mínimo, as situações de pré-operação, operação normal, operação temporária, operação em emergência, parada normal, parada de emergência e operação pós-emergência; | Adequar a redação aos termos da Norma Regulamentadora nº 20 (NR-20), com a inclusão das situações onde são necessárias instruções claras para o desenvolvimento das atividades de produção de derivados de petróleo e gás natural. |
| IBP | Art. 2º, XXXIX | XXXIX - procedimento operacional: documento, amparado em normas técnicas, que contém instruções para o desenvolvimento das atividades operacionais da instalação produtora de derivados de petróleo e gás natural, abrangendo, no mínimo, as situações de partida inicial, operação normal, parada programada ~~e parada emergencial;~~ | Sugerimos a exclusão do termo parada emergencial visto que não há definição para a mesma.  Além disso paradas não programadas são tratadas na RANP 44/2009. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, XXXIX | XXXIX - procedimento operacional: documento, amparado em normas técnicas, que contém instruções para o desenvolvimento das atividades operacionais da instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural, abrangendo, no mínimo, as situações de partida inicial, operação normal~~,~~ e parada programada ~~e parada emergencial~~; | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I e conforme justificativa exposta para o art. 2º XXVI. |
| IBP | Art. 2º, XL | XL - produtor de derivados de petróleo e gás natural: empresa ou consórcio de empresas ~~pessoa jurídica~~ autorizada pela ANP a exercer a atividade de produção de derivados de petróleo e gás natural, sendo refinador de petróleo, processador de gás natural, formulador de gasolina e óleo diesel ou produtor de combustíveis em central petroquímica; | Idem à justificativa feita para a proposta de alteração no § 1º do Art. 1º.  Ajuste no texto pois a central petroquímica já está no rol de produtores de derivados de petróleo e gás natural, não sendo necessária a redundância. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, XL | XL - produtor de derivados de petróleo e gás natural: pessoa jurídica autorizada pela ANP a exercer a atividade de produção, armazenamento e comercialização de derivados de petróleo e gás natural, sendo refinaria ~~refinador~~ de petróleo, ~~processador~~ unidade de processamento de gás natural, ~~formulador de gasolina e óleo diesel~~ planta de formulação de combustível ou ~~produtor de combustíveis em~~ central petroquímica; | Propomos a redação apresentada conforme justificativa proposta no caput do art. 1º e para evidenciar as distintas hipóteses de atuação de instalações de produção, que também poderão comercializar e armazenar. |
| IBP | Art. 2º, XLI | XLI - refinaria de petróleo: instalação industrial que processa petróleo e suas frações, gás natural não processado e suas frações, podendo processar ~~óleo vegetal~~ matérias primas renováveis, como óleos vegetais e gorduras animais, produzindo derivados, ~~tais como nafta, solvente, gasolina, querosene, óleo diesel, lubrificante, óleo combustível, gás combustível, gás natural processado, gases liquefeitos de petróleo, asfalto e coque,~~ por meio de processos físicos e químicos de refino, que inclui ~~incluindo~~ unidades de processo e auxiliares; | Sugestão no sentido de se evitar alguma restrição de processamento de matérias primas que são comercialmente utilizadas para produção de combustíveis. |
| ABIQUIM | Art. 2º, XLI | XLI - refinaria de petróleo: instalação industrial que processa petróleo e suas frações, gás natural e suas frações, podendo processar matérias primas renováveis, como óleos vegeta~~l~~is e gorduras animais, produzindo derivados, tais como nafta, solvente, gasolina, querosene, óleo diesel, lubrificante, óleo combustível, gás combustível, gás processado, gases liquefeitos de petróleo, asfalto e coque, por meio de processos físicos e químicos de refino, incluindo unidades de processo e auxiliares; | Propomos a referida redação no sentido de não restringir as possibilidades de produção de refinarias de petróleo, não coibindo a livre iniciativa e a liberdade econômica. |
| BRASKEM | Art. 2º, XLI | XLI - refinaria de petróleo: instalação industrial que processa petróleo e suas frações, gás natural e suas frações, podendo processar matérias primas renováveis, como óleos vegeta~~l~~is e gorduras animais, produzindo derivados, ~~tais como nafta, solvente, gasolina, querosene, óleo diesel, lubrificante, óleo combustível, gás combustível, gás processado, gases liquefeitos de petróleo, asfalto e coque,~~ por meio de processos físicos e químicos de refino, que inclui ~~incluindo~~ unidades de processo e auxiliares; | Sugestão no sentido de se evitar alguma restrição de processamento de matérias primas que são comercialmente utilizadas para produção de combustíveis. |
| ABIQUIM | Art. 2º, XLIV | ~~XLIV - unidade auxiliar: unidade industrial que se destina a fornecer insumos à operação das unidades de processo ou a tratar rejeitos dessas unidades, incluindo as utilidades necessárias ao processo;~~ | Caso excluída a definição de polo de processamento de gás natural, poder-se-ia excluir também a definição de unidade auxiliar que só é utilizada naquela definição. |
| SPC | Art. 2º, XLV | XLV - Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN): unidade industrial que objetiva separar as frações existentes no gás natural, gerando derivados, tais como gás processado, gases liquefeitos de petróleo, fração C5+ (gasolina natural) e líquido de gás natural (LGN), não contemplando unidade de processamento primário;  **Nova redação:** XLV - Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN): unidade industrial que objetiva separar as frações existentes no gás natural, gerando derivados, tais como gás processado, gases liquefeitos de petróleo, fração C5+ (gasolina natural) e líquido de gás natural (LGN), não contemplando unidade de processamento primário; | Deixar a redação clara, indicando que não estão contempladas nessa definição as unidades de processamento primário de gás natural, uma vez que são parte integrante do sistema de produção de petróleo e gás natural. |
| IBP | Art. 2º, XLV | XLV - Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN): unidade industrial que objetiva separar as frações existentes no gás natural não processado, gerando derivados de gás natural~~, tais como gás processado, gases liquefeitos de petróleo, fração C5+ (gasolina natural) e líquido de gás natural (LGN),~~ que inclui unidades de processos e auxiliares e os tanques de armazenamento necessários à operação da UPGN; e | A alteração visa à aplicação dos termos definidos ‘derivados de gás natural’ e ‘gás natural não processado’ e, ainda, descrever de forma simplificada a abrangência das instalações. |
| ABIQUIM | Art. 2º, XLV | XLV - Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN): unidade industrial que objetiva separar as frações existentes no gás natural, gerando derivados, tais como gás processado, etano, propano,gases liquefeitos de petróleo, fração C5+ (gasolina natural) e líquido de gás natural (LGN); | Buscando trazer mais clareza e segurança jurídica sobre os produtos passíveis de produção em UPGNs, propomos a inserção dos produtos mencionados, para que se evidencie a possibilidade de comercialização dos mesmos. |
| ABRACE | Art. 2º, novo inciso | xx - Contratante de Prestação de Serviço: agente produtor de combustíveis em central petroquímica, refinador, processador de gás natural, comercializador, importador, ou usuário final, devidamente cadastrado na ANP, por meio de encaminhamento da documentação exigida, para contratar o serviço de refino de petróleo ou processamento de gás natural. | Considera-se fundamental a inclusão da definição do agente de contratação de prestação de serviço, no art. 2º, assim como a retirada de restrições de agentes qualificáveis. A criação de restrição, além de ser uma medida injustificável, tem o potencial de inviabilizar a consecução do efetivo acesso de terceiros às UPGNs. Todos os agentes da cadeia que tem interesse em processar gás natural devem ter possibilidade de fazê-lo. Não enxergamos motivação para restringir à produtores de petróleo e gás. |
| Petrogal | Art. 2º, novo inciso | “contratante da atividade de produção de derivados de petróleo e gás natural - significa qualquer empresa que obtiver cadastro nos termos do parágrafo 3º do art. 27.” | Sugerimos a inclusão de termo definido para fins de clareza e que o termo seja “contratante da atividade de produção de derivados de petróleo e gás natural” e não “contratante de prestação de serviço”.  Caso essa sugestão seja aceita, o termo deverá ser padronizado. |
| Petrobras | Art. 2º, novo inciso | xx - consumidor final: pessoa jurídica que utiliza os produtos para consumo próprio sem revendê-los, para a produção de bens ou para a prestação de serviços. | Importante inserir a definição de consumidor final, termo que é amplamente utilizado nesta minuta de resolução. |
| Petrobras Distribuidora | Art. 2º, novo inciso | xx - Processador de Gás Natural: empresa ou consórcio de empresas ou consórcio a quem foi autorizada pela ANP a exercer a atividade de produção de derivados de petróleo e gás natural, através de Unidade de Processamento de Gás Natural; | INCLUSÃO para deixar explícito que o operador/proprietário da UPGN/Refinaria é o produtor de derivados de petróleo e gás natural, evitando qualquer confusão em relação à terminologia utilizada no art. 18, V, da Res. 49/2016. |
| Petrobras Distribuidora | Art. 2º, novo inciso | xx- Refinador de Petróleo: pessoa jurídica ou consórcio a quem foi autorizada pela ANP a exercer a atividade de produção de derivados de petróleo, através de Unidade de Refino de Petróleo; | INCLUSÃO considerando que os termos Processador e Refinador são utilizados na definição de produtor de derivados de petróleo e gás natural e na Seção II da Resolução objeto da presente Consulta Pública. Entretanto, na Res. 49/2016, a terminologia utilizada é a seguinte:  *“Produtor de GLP: Refinaria, Unidade de Processamento de Gás Natural e Central de Matéria-Prima Petroquímica;”*  Sendo assim, é importante deixar explícito que o operador/proprietário da UPGN/Refinaria é o produtor de derivados de petróleo e gás natural, evitando qualquer confusão em relação à terminologia utilizada no art. 18, V, da Res. 49/2016. |
| SIM | Art. 2º, novo inciso | Incluir nas definições o conceito de Chamada Pública:    xx - Chamada Pública: procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade estimar a demanda efetiva por serviços de processamento de gás natural, na forma da regulação da ANP. | Definir o conceito de Chamada Pública, que foi incluído no novo art. 5º. |
| IBP | Art. 2º, novo inciso | xx - Desativação temporária: retirada de operação, por um período de tempo pré-determinado, de unidade de processo ou instalação produtora de derivados de petróleo e gás natural autorizada pela ANP; | A minuta utiliza este termo, por isso sugere-se deixá-lo como termo definido. |
| IBP | Art. 2º, novo inciso | xx - contratante da atividade de refino de petróleo e de processamento de gás natural: agente cadastrado na ANP para a contratação da atividade de refino de petróleo e processamento de gás natural, que equipara-se ao refinador de petróleo e ao processador de gás natural; | Incluir definição de contratante para suportar o art. 27 |
| IBP | Art. 2º, novo inciso | xx - Gás natural não processado: é o gás natural que não passou pela Unidade de Processamento de Gás Natural ou pela refinaria de petróleo, considerado como bem fungível; | A existência de uma definição de gás natural não processado faz-se necessária para diferenciar o gás após o processamento ou refino do gás produzido nas unidades produtoras. Quanto à fungibilidade, trata-se de um aspecto do gás natural relevante para fins fiscais, principalmente em operações de mútuo e demais atividades que necessitem de compartilhamento de infraestrutura. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, novo inciso | xx - consumidor final: pessoa jurídica que utiliza os produtos para consumo próprio, inclusive como matéria prima na produção de bens ou na prestação de serviços; | Propomos a definição de consumidor final, pois é objeto desta norma a comercialização com esses agentes, sendo necessária sua definição. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, novo inciso | xx - desativação temporária: retirada de operação, por um período de tempo pré-determinado, de unidade de processo ou instalação de produção de derivados de petróleo e de gás natural autorizada pela ANP; | Por clareza, propomos que se utilize esse termo, pois já é o utilizado nesta minuta. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, novo inciso | xx - Produtos secundários derivados de petróleo e gás natural: produtos incidentais resultantes dos processos produtivos com condensado, gás natural e seus derivados ou nafta petroquímica ou outros insumos, inclusive de fonte renovável ou reciclada, produzidos de forma não intencional na instalação produtora de derivados de petróleo e gás natural. | Pela garantia da segurança jurídica, propomos a criação do conceito de Produtos secundários derivados de petróleo e gás natural para incluir os produtos que são incidentais dos processos desenvolvidos durante a produção de centrais petroquímicas, como é o caso de solventes, óleos combustíveis, combustíveis e derivados de gás natural. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, novo inciso | XLI - Processador de Gás Natural: empresa ou consórcio de empresas a quem foi autorizada pela ANP a operação de Unidade de Processamento de Gás Natural; | Os termos Processador e Refinador são utilizados na definição de produtor de derivados de petróleo e gás natural e na Seção II da Resolução objeto da presente Consulta Pública. Entretanto, na Res. 49/2016, a terminologia utilizada é a seguinte:  *“Produtor de GLP: Refinaria, Unidade de Processamento de Gás Natural e Central de Matéria-Prima Petroquímica;”*  Sendo assim, é importante deixar explícito que o operador/proprietário da UPGN/Refinaria é o produtor de derivados de petróleo e gás natural, evitando qualquer confusão em relação à terminologia utilizada no art. 18, V, da Res. 49/2016.  Sendo assim, é importante deixar explícito que existe a figura do processador e do refinador, que poderá prestar serviços de processamento na forma desta resolução, independente de ser produtor de derivados.  Com a abertura dos mercados de derivados no Brasil, é esperada a entrada de investidores no *midstream* que não necessariamente estarão verticalizados para as atividades de produção e de comercialização dos produtos obtidos do processo de refino e de processamento. Tais agentes poderão ser tão somente operadores logísticos que prestarão serviços a outros agentes da cadeia. Essa possibilidade já está prevista na minuta em discussão, propomos apenas a inserção do conceito nas definições para reiterá-la. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, novo inciso | XLII - Refinador de Petróleo: empresa ou consórcio de empresas a quem foi autorizada pela ANP a operação de Refinaria de Petróleo; | Cf. justificativa proposta no art. 2º, novo inciso, processador de gás natural. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, novo inciso | xx - declaração prévia de conformidade: documento a ser emitido pela ANP se solicitado pelo agente interessado em construir instalação de produção de derivados de petróleo e de gás natural; e | Embora a nova norma busque simplificar o procedimento de outorga de construção de instalações de produção de derivados de petróleo e gás natural, entendemos como benéfica a existência de faculdade (do interessado) de obtenção de documento que comprove a conformidade do projeto com as regras e boas práticas existentes. Esse tipo de documento pode viabilizar o financiamento de novos projetos de instalações de produção, o que será benéfico ao setor. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, novo inciso | xx - Comercialização de derivados de petróleo e de derivados de gás natural: atividade de compra e venda de derivados de petróleo e de gás natural, a ser exercida nos termos desta Resolução. | Conforme já exposto na justificativa do art. 1º caput, são três as atividades disciplinadas por esta norma: i) comercialização de derivados de petróleo e gás natural; ii) produção de derivados de petróleo e gás natural [própria ou de terceiros]; e iii) prestação de serviços de produção ofertados por instalações produtoras de derivados de petróleo e gás natural. Considerando a possibilidade do exercício da atividade de comercialização, que trará mais dinâmica ao setor, faz-se necessária a definição do que engloba tal atividade. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 2º, novo inciso | xx - contratante da atividade de refino de petróleo e de processamento de gás natural: atividade exercida por refinador, central petroquímica e sociedade produtora de petróleo e gás natural no Brasil, conforme disposto no art. 27 desta Resolução. | Propomos a redação exposta de forma a tornar mais claro o escopo das atividades passíveis de contratação propostas por essa norma. |
| BRASKEM | Art. 2º, novo inciso | xx - Grupo Econômico: empresas, inclusive suas filiais, conforme definido pela Resolução CADE nº 2/2012, ou outra norma que venha a substituí-la: I- que estejam sob controle comum, interno ou externo; II - e as empresas nas quais qualquer das empresas de “I” seja titular, direta ou indiretamente, de pelo menos 20% (vinte por cento) do capital social ou votante” | Considerando a sugestão indicada no §5º do artigo 1º, há a necessidade de se indicar qual definição de grupo econômico. Como este é um conceito já definido em outra norma, sugerimos a inclusão da norma usada como referência para o conceito de Grupo Econômico previsto nesta norma. |
| IBP | Art. 2º, novos incisos | xx - Processador de gás natural: empresa ou consórcio de empresas a quem foi autorizada pela ANP a exercer a atividade de produção de derivados gás natural, através de Unidade de Processamento de Gás Natural;  xx - Refinador de Petróleo: empresa ou consórcio a quem foi autorizada pela ANP a exercer a atividade de produção de derivados de petróleo, através de Unidade de Refino de Petróleo | O termo Processador de Gás Natural é utilizado na definição de produtor de derivados de petróleo e gás natural e na Seção II da Resolução objeto da presente Consulta Pública. Entretanto, na Res. 49/2016, a terminologia utilizada é a seguinte:  *“Produtor de GLP: Refinaria, Unidade de Processamento de Gás Natural e Central de Matéria-Prima Petroquímica;”*    Sendo assim, é importante deixar explícito que o operador/proprietário da UPGN é o produtor de derivados de petróleo e gás natural, evitando qualquer confusão em relação à terminologia utilizada no art. 18, V, da Res. 49/2016.  Adicionalmente, entendemos importante caracterizar as diferenças entre o agente contratante e o agente operador/proprietário da Unidade de Processamento de Gás Natural. |
| ABEDA | Art. 2º, novos incisos | |  | | --- | | Inclusão dos conceitos de:    Prestador/prestação de Serviços  Contratante de Prestação de Serviço | | Sugere-se a inclusão dos conceitos em questão, de forma a facilitar a compreensão da Resolução pelos agentes regulados e pela aplicador da norma. |
| Raízen | Art. 2º, novos incisos | xx - Refinador por equiparação: pessoa jurídica controlada direta ou indiretamente por produtor de petróleo ou por refinador ou por produtor de combustíveis em central petroquímica ou por distribuidor ou por empresa pertencente ao grupo econômico destes agentes e que não poderá conter, em seu objeto social, a produção ou qualquer outra forma de industrialização de petróleo.  xx - Produtor de gás natural por equiparação: pessoa jurídica controlada direta ou indiretamente por processador de gás natural ou por produtor em central petroquímica ou por produtor de gás natural ou por empresa pertencente ao grupo econômico destes agentes e que não poderá conter, em seu objeto social, a produção ou qualquer outra forma de industrialização de gás natural.  xx - Grupo Econômico: grupo formado por sociedades empresariais relacionadas entre si por controle direto ou indireto, ou por coligação, que estejam sob direção ou administração comum, organizando-se em grupo industrial, comercial ou de quaisquer outras atividades econômicas correlacionadas. | Da análise da proposta de norma, depreende-se que houve esforço no sentido de trazer maior flexibilidade para que os produtores possam estabelecer modelos de negócio diferenciados. Uma destas medidas é a previsão da figura do “contratante da prestação de serviços”.  A autorização para a prestação de serviços de industrialização de óleo cru, pelo refinador, é positiva e encontra paralelo na experiência de outros países. Embora se trate de medida adequada e alinhada às finalidades gerais que nortearam a elaboração da proposta de norma, a Raízen Combustíveis S.A., considerando a realidade do setor de derivados, entende cabível a realização de 2 sugestões específicas neste tema.  A *primeira* sugestão se refere ao *rol de agentes* que estarão aptos a contratar o serviço de industrialização. A *segunda* contribuição diz respeito aos *requisitos* que deverão ser observados *para que um agente possa contratar* tais serviços junto a um refinador.  Em relação ao *primeiro* ponto, a proposta de norma autoriza apenas que os serviços sejam contratados por outro refinador, produtor de central petroquímica ou produtor de petróleo. No entanto, nos parece que deveria ser prevista, também, a possibilidade de agentes que atuam no elo da distribuição e que, portanto, já atuam na venda de derivados, possam contratar o serviço de industrialização de óleo cru. Trata-se de uma alternativa que autorizaria tais agentes a adotar novo modelo de negócio e com ganhos potenciais à sua atuação também no elo da distribuição. Diante disso, sugere-se que também seja admitida a contratação deste serviço pelos distribuidores.  A *segunda* contribuição da Raízen, em relação ao tema, decorre da percepção de que a proposta de norma admite a contratação *direta* do serviço de industrialização, junto ao refinador, pelo *próprio agente regulado* a que se refere (refinador, produtor de petróleo e produtor em central petroquímica). No entanto, na visão da Raízen Combustíveis S.A., seria de grande importância que, para contratar serviços de industrialização de óleo cru, tais agentes (e os distribuidores, como sugerido) devessem constituir uma pessoa jurídica distinta, com CNAE idêntico ao de refinador, e obter uma habilitação específica junto à ANP – sendo sugerida, para isso, a criação da figura do “Refinador por Equiparação”.  Os motivos para a criação desta sistemática (e utilização da denominação supramencionada) são referidos abaixo:   1. **Mitigação da assimetria tributária existente na hipótese de inexistência de uma pessoa jurídica específica**: ao contratar serviços de industrialização, tais agentes passarão a competir, diretamente, com os refinadores, haja vista que, pela proposta de norma, o derivado de petróleo poderá ser comercializado com os mesmos clientes dos refinadores.   No entanto, na medida em que o contratante da prestação de serviços (ex. produtor de petróleo) não possuirá CNAE de refinador e tampouco preencherá os requisitos da regulação para que obtenha autorização perante a ANP (e, portanto, perante os órgãos fazendários), é de suma relevância que estes agentes constituam uma pessoa jurídica, que possa se habilitar, perante a ANP, como “refinador por equiparação” e receber o mesmo tratamento tributário perante os órgãos competentes.  Do contrário, é possível que seja criada uma assimetria tributária inadequada entre tais agentes e que, em última análise, pode comprometer a isonomia concorrencial entre eles e levar à perda de arrecadação tributária.   1. **A criação de uma Pessoa Jurídica autônoma permite maior transparência e controle por parte da ANP**: mediante a constituição de uma pessoa jurídica autônoma para contratar os serviços de industrialização de petróleo, permite-se que estas atividades sejam segregadas das demais atividades desenvolvidas pelos seus controladores (que atuem na distribuição ou produção de petróleo, por exemplo).   Isso tende a facilitar a apuração de eventuais infrações e, também, a própria análise, pela Agência, dos resultados obtidos com a introdução regulatória deste novo agente regulado, que será de fundamental importância para a avaliação, em momento posterior, quanto a eventuais aperfeiçoamentos a serem implantados no modelo.  Ademais, por meio da existência de uma nova pessoa jurídica, permite-se que haja maior controle das movimentações em instalações de forma individualizada. Inclusive, na hipótese de cometimento de infrações, eventuais falhas cometidas pelo “refinador por equiparação” não afetarão a atividade principal de seu controlador, e vice-versa, constituindo uma proteção ao abastecimento nacional e aos consumidores.   1. **A criação de uma Pessoa Jurídica autônoma permite maior controle de eventuais práticas anti-concorrenciais**: na medida em que o exercício de atividades será segregado, permite-se maior controle quanto ao cometimento de eventuais práticas anti-competitivas pelo agente que contratará os serviços.   Entendemos que esta questão assume especial relevância no caso de contratação de serviços de industrialização por parte das empresas que atuam no elo de produção de petróleo e que, por este motivo, detém a matéria prima (necessária para que os próprios refinadores possam desempenhar suas atividades).  Para que não seja criado um “monopólio” por parte dos produtores de petróleo/gás natural e, portanto, sejam adotadas práticas anticompetitivas por estes agentes, é importante a existência de outra pessoa jurídica (voltada a comercialização), dotada de independência, governança própria e que permita maior controle por parte dos órgãos de defesa da concorrência. Ou seja: evitam-se conflitos de interesse e práticas anticompetitivas.   1. **A segregação de atividades em uma pessoa jurídica distinta reduz o risco de evasão fiscal:** a existência de uma nova pessoa jurídica contribui para evitar práticas de evasão fiscal, na medida em que traz segregação contábil, financeira e patrimonial entre as pessoas jurídicas. Além disso, a possibilidade de tais agentes se habilitarem, perante a ANP, para atuar como “refinadores por equiparação” é de suma relevância para que a empresa consiga cadastro de atividade compatível com a atividade de refinador ou produtor de gás natural, desempenhada por equiparação, de modo a evitar assimetrias tributárias entre agentes que desempenhem a mesma atividade, já mencionadas no item (i).   Além da constituição de uma nova pessoa jurídica, seria de grande importância estabelecer requisitos que deverão ser atendidos por tais agentes para que possam contratar serviços de industrialização junto a refinadores. Alguns requisitos essenciais foram indicados na sugestão trazida na coluna à direita.  Em especial, merece destaque aquele requisito relativo à necessidade de comprovação de existência de contrato de transporte firme. A ampliação do rol de agentes que podem contratar serviços junto a refinadores não pode provocar o risco de comprometimento do adequado balanço entre produção e saídas. A tancagem existente nas refinarias devem assegurar este equilíbrio, porém, na hipótese de demora, dos clientes, para a retirada de produtos, é possível que os tanques acabem restando ocupados por tempo excessivo e essa situação comprometa a programação do produtor. Sendo assim, a fim de que não haja desequilíbrio no balanço e fluxo de produção e saídas e, com isso, risco à continuidade do abastecimento em determinada localidade, é de grande importância que os eventuais interessados na contratação de serviço de industrialização – que, provavelmente, envolverá elevado volume –, comprovem a existência de contratos firmes de transporte que lhe permitam entregar e retirar produto das instalações do produtor de derivado/gás natural contratado.  Justificativa também válida para os arts. 24 e 27. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Capítulo III | CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE PRODUÇÃO | Cf. justificativa proposta no art. 1º caput e §1º. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 3º, caput | Art. 3º A construção de nova instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural ou a alteração de instalação existente fica dispensada de autorização da ANP. | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| IBP | Art. 3º, § 1º | § 1º Antes de iniciar a construção de nova instalação produtora de derivados de petróleo e gás natural, a empresa ou consórcio de empresas ~~pessoa jurídica~~ interessada deverá encaminhar comunicado à ANP, conforme modelo disponível na página da ANP na internet (<http://www.anp.gov.br>), contendo: | Idem à justificativa feita para a proposta de alteração no § 1º do art. 1º. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 3º, § 1º | § 1º Antes de iniciar a construção de nova instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural, a ~~pessoa jurídica~~ empresa ou consórcio de empresas interessada deverá encaminhar comunicado à ANP, conforme modelo disponível na página da ANP na internet (<http://www.anp.gov.br>), contendo: | Cf. justificativa proposta no art. 1º §1º e art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 3º, § 1º, I | I - endereço completo da nova instalação ~~produtora~~ de produção; | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 3º, § 1º, IV | IV - licenciador da tecnologia e sociedade responsável pelo projeto da instalação ~~produtora~~ de produção; | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 3º, § 1º, V | V - capacidade de processamento, no caso de ~~refinador~~ refinaria de petróleo e ~~processador~~ de unidade de processamento de gás natural, e capacidade de produção, para ~~o~~as demais ~~produtores~~ instalações de produção de derivados de petróleo e gás natural; |  |
| COPAPE | Art. 3º, § 1º, novo inciso | IX - no caso de novas construções para formuladores, que o projeto contemple a tancagem mínima de 15.000 m³ (quinze mil metros cúbicos) e 5 (cinco) dias de autonomia de produção de combustível, tomada como base a capacidade máxima de produção autorizada pela ANP, dentro da mesma área física; | A atividade de formulação difere das outras formas de produção de derivados. O que se observa é a necessidade de diligencia por parte da ANP em relação à atividade de formulação, a qual a supressão de exigências mínimas de caráter técnico pode levar a uma facilitação da entrada de agentes econômicos sem qualquer compromisso com o sistema nacional de abastecimento.  Por oportuno cabe destacar que a utilização de bases desativadas para inserir no mercado a atividade de formulação coloca em risco a qualidade da produção e o próprio sistema de abastecimento. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 3º, § 1º, novo inciso | xx - comprovação de integralização de capital social mínimo de R$20 milhões (vinte milhões de Reais); | Embora seja positiva e louvável a iniciativa da ANP para simplificar o processo de autorização, é necessário, por outro lado, garantir que somente agentes com capacidade de atuação tenham acesso ao mercado de combustíveis. Dessa forma, sugerimos que sejam resgatados alguns pontos da Resolução ANP 05/2012, para que na etapa de comunicação à ANP sobre a construção, sejam encaminhados documentos mais robustos, de forma que os agentes comprovem um capital social mínimo, capacidade de tancagem mínima e autonomia mínima de produção de combustíveis, especialmente no caso de formuladores. Para tanto, foram inseridos mais dois incisos, quais sejam: incisos IX e X.  Cabe destacar a necessidade desta previsão, em especial para formuladores, a fim de evitar formulação indiscriminada. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 3º, § 1º, novo inciso | xx - comprovação da regularidade fiscal, mediante habilitação parcial perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou mediante a apresentação das correspondentes certidões negativas de débito (certidão negativa da Receita Federal; Estadual e Municipal, se houver; INSS e FGTS); | Conforme já exposto, considerando que é necessária robusta capacidade financeira para construção e operação de instalações de produção de derivados de petróleo e gás natural, propomos que também se comprove a regularidade fiscal do agente, vez que é reflexo da saúde financeira do mesmo. |
| Petrobras Distribuidora | Art. 3º, § 1º, novos incisos | ...  IX - comprovação de integralização de capital social mínimo de R$ 20 milhões (vinte milhões de Reais);  X - tancagem mínima de 15.000 m³ e 5 dias de autonomia de produção de combustível, no caso de projetos de plantas de formulação de combustíveis;  XI - que comprove a regularidade fiscal, mediante habilitação parcial perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou mediante a apresentação das correspondentes certidões negativas de débito (certidão negativa da Receita Federal; Estadual e Municipal, se houver; INSS e FGTS). | INCLUSÃO - As sugestões têm o intuito de apresentar requisitos mínimos para que um agente demonstre capacidade para atuar no mercado regulado. Não se trata de burocratização, mas sim, de comprovação quanto à possibilidade de assunção das diversas responsabilidades legais e regulatórias, razões pelas quais entende-se que um capital social mínimo e a capacidade de tancagem e autonomia mínimas, podem capturar essas preocupações, conforme previsto na RANP 05/2012.  Quanto à regularidade fiscal sugerimos a inclusão tendo em vista que é um dos meios de demonstrar a solvabilidade do agente que pretende atuar num mercado regulado, com diversas responsabilidades e obrigações. Ademais, em apreço à isonomia, a exigência consta expressamente a outros agentes, como as distribuidoras, nos termos da RANP 58/2014, cabendo, portanto, exigência similar para outros entes da cadeia produtiva. |
| IBP  Ipiranga | Art. 3º, § 1º, novos incisos | xx - comprovação de integralização de capital social mínimo de R$20 milhões (vinte milhões de Reais);  xx - tancagem mínima de 15.000 m³ e 5 dias de autonomia de produção de combustível, no caso de projetos de plantas de formulação de combustíveis.  xx - comprovação de regularidade fiscal, mediante habilitação parcial perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou mediante a apresentação das correspondentes certidões negativas de débito (certidão negativa da Receita Federal; Estadual e Municipal, se houver; INSS e FGTS); | Embora seja positiva e louvável a iniciativa da ANP para simplificar o processo de autorização, é necessário, por outro lado, garantir que somente agentes com capacidade de atuação tenham acesso ao mercado de combustíveis. Dessa forma, sugerimos que sejam resgatados alguns pontos da Resolução ANP 05/2012, para que na etapa de comunicação à ANP sobre a construção, sejam encaminhados documentos mais robustos, de forma que os agentes comprovem um capital social mínimo, capacidade de tancagem mínima e autonomia mínima de produção de combustíveis, especialmente no caso de formuladores. Para tanto, foram inseridos mais dois incisos, quais sejam: incisos IX e X.  Cabe destacar a necessidade desta previsão, em especial para formuladores, a fim de evitar formulação indiscriminada.  O fato de se permitir o ingresso de um novo agente na cadeia, sem a exigência de capital social mínimo e regularidade fiscal vai de encontro a legislação vigente empresarial já que uma Pessoa Jurídica detentora de personalidade jurídica é titular de direitos e obrigações devendo, por conseguinte, demonstrar solvabilidade empresarial.  Este agente passará a exercer uma atividade regulada e no exercício de sua atividade estará sujeita a obrigações, portanto, a regularidade de sua constituição com previsão do capital social é garantia mínima do cumprimento de suas obrigações legais e serve de definição mínima da responsabilidade de seus sócios e ou acionistas constituindo elemento fundamental das futuras operações empresariais realizadas pela empresa.  A exigência da prova de regularidade fiscal da nova sociedade é obrigação constante na atual resolução 5/2012, assim como na RANP 58/2014, aplicável às distribuidoras, e deveria ser igualmente mantida. |
| IBP | Art. 3º, § 2º | § 2º Antes de iniciar a alteração da instalação produtora de derivados de petróleo e gás natural, nos casos previstos no art. 5º, incisos II e III, a empresa ou consórcio de empresas ~~pessoa jurídica~~ interessada deverá encaminhar comunicado à ANP, conforme modelo disponível na página da ANP na internet, contendo os documentos constantes do § 1º, incisos III a VIII. | Idem à justificativa feita para a proposta de alteração no § 1º do art. 1º. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 3º, § 2º | § 2º Antes de iniciar a alteração da instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural, nos casos previstos no art. 5º, incisos II e III, a ~~pessoa jurídica~~ empresa ou consórcio de empresas interessada deverá encaminhar comunicado à ANP, conforme modelo disponível na página da ANP na internet, contendo os documentos constantes do § 1º, incisos III a VIII. | Cf. justificativa proposta no art. 1º, §1º e art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 3º, § 3º | § 3º A ANP poderá, a qualquer tempo e sem prévia comunicação, vistoriar a construção da nova instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural ou a alteração de instalação existente. | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| IBP | Art. 3º, novo § | § 4º Para os casos previstos neste artigo, é facultado ao agente solicitar à ANP a emissão de declaração quanto ao cumprimento dos requisitos de construção; | Deveria ser prevista a hipótese facultativa de submissão do pedido pelo agente. Em alguns casos, o agente pode querer buscar o atestado de conformidade dos padrões adotados antes da construção da instalação (por exemplo como exigência do arranjo de financiamento, i.e. condição precedente imposta pelo offtaker da capacidade / produto, exigência do financiador, etc). |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 3º, novo § | § 4º Para os casos previstos neste artigo, é facultado ao agente solicitar à ANP a emissão declaração prévia de conformidade, com o objetivo de assegurar o atendimento aos requisitos estabelecidos pela regulação setorial. | Propomos a emissão da declaração na forma exposta pois, em alguns casos, o agente poderá querer o atestado de conformidade dos padrões adotados antes da construção da instalação (por exemplo como exigência do arranjo de financiamento, i.e. condição precedente imposta pelo offtaker da capacidade/produto, exigência do financiador, etc). |
| IBP  ABIQUIM  BRASKEM | Art. 3º, novo § | § 5º As informações previstas no §1º, inciso I, II, V e VI serão publicadas pela ANP em seu sítio na internet. | Recomendamos que a ANP dê publicidade ao mercado quanto aos projetos a serem iniciados. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 4º, caput | Art. 4º A construção de nova instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural ou a alteração de instalação existente deverá observar, no mínimo, normas e regulamentos editados pela ANP, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), pelo Corpo de Bombeiros e pelo órgão ambiental competente. | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| SIM | Novo art. 5º | Incluir o seguinte artigo na minuta de resolução após o artigo 4º:    Art. 5º A construção de nova instalação de tratamento e processamento de gás natural ou a ampliação de capacidade de tratamento e processamento de instalação existente deverá ser precedida de chamada pública de modo a assegurar o acesso não discriminatório e negociado de terceiros interessados na utilização dessas instalações de tratamento processamento de gás natural. | Atualmente há um conjunto das iniciativas governamentais em curso cujo objetivo é incentivar o uso eficiente da infraestrutura e facilitar à entrada de novos agentes no mercado de gás natural brasileiro. Dentre as mais relevantes estão:  1. Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC) firmado entre a Petrobras e o CADE em 2019, o qual prevê, entre outras medidas, que a estatal negociará de forma não discriminatória a concessão do acesso de terceiros às suas UPGNs;  2. Publicação do Decreto 9.616/18, o qual prevê, entre outras medidas, que a ANP deve estabelecer diretrizes para a elaboração de códigos comuns de acesso que incluem as instalações de processamento;  3. Criação de Grupo de Trabalho interno da ANP (Boletim de Pessoal 271/2020), cujo objetivo é estabelecer as diretrizes para o acesso, conforme o comando do Decreto 9.616/18; e  4. Programa “Novo Mercado de Gás”, cujo marco legal já foi aprovado na Câmara dos Deputados (Projeto de Lei 6.407/2013) e encontra-se atualmente em trâmite no Senado Federal (Projeto de Lei 6.407/2013 4.476/2020).  Considerando o papel fundamental das UPGNs no acesso de agentes econômicos ao mercado de gás natural (essencial facility), sugerimos que a construção e/ou ampliação de capacidade das UPGNs seja precedida por Chamada Pública, a ser conduzida pela empresa responsável pelo projeto, sob supervisão da ANP.  Tal procedimento tem o objetivo de permitir que potenciais interessados na utilização do serviço de processamento de gás natural possam manifestar seu interesse, e permitir que o proponente do projeto possa alterá-lo para acomodar demandas adicionais.  Devido ao seu caráter de indústria de rede, o desenvolvimento do mercado de gás natural demanda um planejamento coordenado da expansão de seus diversos segmentos. Nesse contexto, avaliamos a Chamada Pública como um mecanismo fundamental para compatibilizar a capacidade de processamento aos planos de produção de gás natural e à expansão do sistema de transporte.  Tal proposição está alinhada com o papel da ANP na garantia do abastecimento nacional de combustíveis previsto na Lei do Petróleo, conforme evidencia o Art. 8º, Parágrafo Único e Inciso I, abaixo transcrito:  “*Art. 8º A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, cabendo-lhe:*  *(…)*  *Parágrafo único. (…), com ênfase na garantia do abastecimento nacional de combustíveis, (…), a ANP poderá exigir dos agentes regulados, conforme disposto em regulamento:*  *(…)*  *II - garantias e comprovação de capacidade para atendimento ao mercado de combustíveis e biocombustíveis, mediante a apresentação de, entre outros mecanismos, contratos de fornecimento entre os agentes regulados*.” (grifos nossos)  Nesse sentido, é mister citar o Acórdão TCU TC 036.591/2018-1 referente à greve dos caminhoneiros (TC 036.591/2018-1). Apesar de ter como foco o mercado de combustíveis líquidos, muitas das avaliações nele apresentadas são aplicáveis também ao mercado de gás natural.  Neste documento, o TCU enfatiza o papel do Governo Federal no planejamento setorial para o abastecimento nacional de combustíveis, citando explicitamente o objetivo da política energética nacional relativo à proteção dos interesses do consumidor quanto a preço e oferta dos produtos (inciso III do art. 1º da Lei do Petróleo).  O relatório do TCU cita também as conclusões do relatório do Relatório do 1º Workshop Desafios do Estado Brasileiro no Desenvolvimento do Setor de Óleo e Gás, promovido pela SeinfraPetróleo em 2018. Pesquisa junto aos participantes apontou a quebra do monopólio de fato da Petrobras e a consequente eliminação de barreiras à entrada de novos entrantes como o terceiro maior entrave para desenvolvimento do setor.  Vale citar, ainda, o documento “Implementing Gas Market Reform in Brazil: Insights from European experience”, publicado pela Agência Internacional de Energia em 2020, no qual é analisada a atual proposta de reforma do mercado de gás natural brasileiro à luz da experiência europeia.  O documento dá especial importância para os mecanismos de planejamento da expansão do sistema de transporte, destacando que as plantas de processamento de gás são parte integrante do sistema de transporte. Ressalta, ainda, que a expansão das plantas de processamento deve ser coordenada com o desenvolvimento de dutos, compressores, pontos de entrega às distribuidoras e terminais de GNL, salientando que no Brasil a regulação e planejamento de cada segmento são feitos de forma independente (pág. 11) e que em alguns países, os próprios dutos de escoamento da produção passam pelo planejamento centralizado.  Nos parece claro, portanto, que a livre instalação de UPGNs, sem nenhum mecanismo de planejamento bem como de acompanhamento de custos que possa compatibilizar suas capacidades às necessidades do sistema e/ou do mercado, não contribuirá para um desenvolvimento coordenado dos diversos elos da cadeia do gás natural no Brasil, nem tampouco para obtenção de preços de energia módicos, pois todos os custos investidos são suportados pela sociedade. Seguindo caminho oposto ao apontado no Relatório do TCU e a recomendação do IEA.  Neste sentido, a ANP possui competência legal de garantir o abastecimento nacional e proteger os interesses dos consumidores quanto a preço. Em linha com esse comando central, destacamos o Decreto 2.455/1998 que regulamenta as ações da ANP, o qual prevê:  *Art. 3º Na execução de suas atividades, a ANP observará os seguintes princípios:*  *“III - regulação para uma apropriação justa dos benefícios auferidos pelos agentes econômicos do setor, pela sociedade e pelos consumidores e usuários de bens e serviços da indústria do petróleo;*  *IV - regulação pautada na livre concorrência, na objetividade, na praticidade, na transparência, na ausência de duplicidade, na consistência e no atendimento das necessidades dos consumidores e usuários;*  *V - criação de condições para a modicidade dos preços dos derivados de petróleo, dos demais combustíveis e do gás natural, sem prejuízo da oferta e da qualidade;*  *VII - criação de ambiente que incentive investimentos na indústria do petróleo e nos segmentos de distribuição e revenda de derivados de petróleo e álcool combustível;* “  A mesma indicação observada no Relatório do IEA e no Decreto 2455/98 é observada na Lei do Gas Americana, conforme abordado no Webinar U.S.-Brazil Energy Forum (USBEF) – Workshop on Natural Gas, ocorrido nos dias 26 e 27/10/2020, cuja regulação para apropriação justa é apontada abaixo:  *U.S. Code § 717*  *c. Rates and charges*  *(a) Just and reasonable rates and charges*  *All rates and charges made, demanded, or received by any natural gas company for or in connection with the transportation or sale of natural gas subject to the jurisdiction of the Commission, and all rules and regulations affecting or pertaining to such rates or charges, shall be just and reasonable, and any such rate or charge that is not just and reasonable is declared to be unlawful.*  De acordo com a Nota Técnica Nº 1/2020/SPC-RJ, o procedimento de publicidade nunca foi efetivo, já que não houve nenhuma manifestação de agentes durante todo o período recente. No entanto, o desenho do Novo Mercado de Gás, com múltiplos agentes produtores interessados em vender o gás natural já especificado nos hubs de negociação, indica que haverá interesse de diversos agentes em contratar o serviço de processamento. Tal fato reforça o papel da etapa de Chamada Pública na otimização da infraestrutura a ser construída.  Pelo conjunto razões acima elencadas, reforçamos nossa recomendação de que, anteriormente ao efetivo início da construção, a ANP planeje e dimensione as instalações necessárias para atender o abastecimento nacional e que seja dada publicidade dos projetos de plantas de processamento para que os interessados em construir possam investir de forma segura e previsível no segmento, atendendo assim o disposto no referido decreto regulamentador da ANP. |
| IBP | Art. 5º, caput | Art. 5º A empresa ou consórcio de empresas ~~pessoa jurídica~~ deverá enviar à ANP o requerimento de autorização de operação da instalação produtora de derivados de petróleo e gás natural, conforme modelo disponível na página da ANP na internet, nos seguintes casos: | Idem à justificativa feita para a proposta de alteração no § 1º do art. 1º. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 5º, caput | Art. 5º A empresa ou consórcio de empresas ~~pessoa jurídica~~ deverá enviar à ANP o requerimento de autorização de operação da instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural, conforme modelo disponível na página da ANP na internet, nos seguintes casos: | Cf. justificativa proposta no art. 1º, §1º e art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 5º, I, II e III | I - nova instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural;  II - alteração física que amplie ou reduza a capacidade autorizada da instalação ~~produtora~~ de produção ou de suas unidades;  III - ampliação da capacidade autorizada da instalação ~~produtora~~ de produção ou de suas unidades por melhoria no processo, que altere as condições de processamento ou os insumos, sem a adição de equipamentos para esse fim; | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| IBP | Art. 6º, caput | Art. 6º Após a conclusão da construção da instalação produtora, caso previsto no art. 5º, inciso I, a empresa ou consórcio de empresas ~~pessoa jurídica~~ deverá requerer a autorização de operação da instalação produtora de derivados de petróleo e gás natural, acompanhada da seguinte documentação: | Idem à justificativa feita para a proposta de alteração no § 1º do Art. 1º |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 6º, caput | Art. 6º Após a conclusão da construção da instalação ~~produtora~~ de produção, caso previsto no art. 5º, inciso I, a empresa ou consórcio de empresas ~~pessoa jurídica~~ deverá requerer a autorização de operação da instalação produtora de derivados de petróleo e gás natural, acompanhada da seguinte documentação: | Cf. justificativa proposta no art. 1º, §1º e art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 6º, II | II - estatuto ou contrato social, acompanhado de ata de eleição de seus administradores, no caso de sociedade por ações, devidamente registrados na Junta Comercial e indicação das demais empresas integrantes do Grupo Econômico ou consórcio, se aplicável; | Propomos a redação exposta para que no momento da apresentação da documentação que instruirá a outorga, já sejam compartilhadas informações das demais empresas do Grupo Econômico ou Consórcio que poderão comercializar e transferir os produtos derivados de petróleo e gás natural entre si. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 6º, IV, VII, IX e XII | IV - atestado de comissionamento assinado pelo responsável técnico de que a instalação ~~produtora~~ de produção encontra-se pronta para operar, ou seja, com obras concluídas, equipamentos instalados e conectados e tendo sido realizadas as intervenções necessárias ao cumprimento das normas e padrões técnicos aplicáveis à atividade, conforme modelo disponível na página da ANP na internet, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida pelo Conselho de Classe competente;  VII - dados de projeto da instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural atualizados, em conformidade com as normas e os padrões técnicos aplicáveis;  IX - relatório fotográfico da instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural;  XII - confirmação ou atualização das informações prestadas no comunicado da construção de nova instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural, consolidando as alterações realizadas, com as devidas remissões às informações originais, se houver. | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| COPAPE | Art. 6º, VII | VII - dados de projeto da instalação produtora de derivados de petróleo e gás natural atualizados, em conformidade com as normas e os padrões técnicos aplicáveis, sendo que para a atividade de formulação exige-se a certificação da qualidade dos seus produtos, mediante a estruturação de laboratório próprio, capaz de realizar os testes e ensaios discriminados na legislação vigente; | Um dos diferenciais da atividade de formulação diz respeito à existência de laboratório próprio cuja finalidade é a certificação imediata dos produtos, capaz de realizar testes e ensaios exigidos na legislação pertinente.  O Art. 8o da Lei do Petróleo (9.478/97), prescreve que a ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, cabendo-lhe: (...) XIII - fiscalizar o adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata o art. 4º da Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991. |
| COPAPE | Art. 6º, XI | XI - certidão negativa de débitos perante a Fazenda Federal e para os formuladores, a apresentação que comprovante de regularidade fiscal, mediante habilitação parcial perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF; | Destaque-se que a exigência se faz necessária para os formuladores, diante da atividade possuir particularidades, como a de produção com menor complexidade de operação, devendo-se exigir o SICAF com o objetivo de selecionar agentes econômicos com o mínimo de lastro patrimonial e financeiro. |
| ABEDA | Art. 6º, novo inciso | |  | | --- | | XIII - dados de projeto do laboratório próprio de controle de qualidade de derivados de petróleo, em atendimento às normas técnicas aplicáveis. | | Solicita-se a inclusão de dispositivo que exija dos produtores laboratórios de controle de qualidade próprios. Mesmo que tal exigência esteja subentendida em outros dispositivos da norma, é importante que tal obrigação esteja expressa. |
| COPAPE | Art. 6º, novo inciso | XIII - documentação que comprove, no caso dos formuladores, a integralização do capital social mínimo de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e a capacidade financeira correspondente ao montante de recursos necessários ao empreendimento e à atividade pretendida, inclusive os tributos envolvidos, devendo ser apresentados balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já apresentados na forma da lei, exceto se a Requerente houver sido constituída há menos de 1 (um) ano, caso em que deverá ser apresentado o balanço de abertura ou balanço parcial, contemplando o último trimestre; | A atividade de formulação denota grandes investimentos para que a atividade possa produzir adequadamente, evitando que novos agentes econômicos, sem qualquer lastro financeiro venham a operar sem a devida capacidade econômica, deixando à margem todo o sistema nacional de abastecimento. Considerando a consolidação das atividades de produção de derivados de petróleo em um único ato normativo, com a equiparação das exigências entre os diversos produtores é possível na redação da minuta inserir a determinação de um capital social mínimo como requisito para outorga de autorização. |
| Raízen | Art. 6º, caput e novos incisos | Art. 6º ~~Após a conclusão da construção da instalação produtora,~~ Nos casos previstos no art. 5º, a pessoa jurídica deverá requerer a autorização de operação da instalação produtora de derivados de petróleo e gás natural, acompanhada da seguinte documentação:  xx - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/ME referente à instalação em questão e o correspondente à sua sede, em atividade econômica compatível com a solicitação;  xx - Comprovante de inscrição no cadastro de contribuinte estadual e municipal, se houver, relativo à instalação, e cadastro de atividade econômica compatível com a atividade a ser desempenhada;  XIII - ~~certidão negativa de débitos perante a~~ ~~Fazenda Federal; e~~ Comprovação da regularidade fiscal, mediante habilitação parcial perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou mediante a apresentação das correspondentes certidões negativas de débito (certidão negativa da Receita Federal; Estadual e Municipal, se houver; INSS e FGTS);  xx - Certidão simplificada da Junta Comercial atualizada, que comprove o capital social integralizado de, no mínimo, R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);  xx - Comprovação da propriedade, do arrendamento ou da posse mansa e pacífica do terreno, mediante apresentação mínima de cópia autenticada da Certidão do Registro de Imóveis ou do instrumento contratual de arrendamento ou comodato;  xx - Comprovação de tancagem mínima de 15.000 m³ e 5 (cinco) dias de autonomia de produção de combustível, tomada como base a capacidade máxima de produção autorizada pela ANP, dentro da mesma área física; | Com o objetivo de simplificar as exigências regulatórias existentes, a proposta de norma acabou por suprimir determinadas exigências previstas na regulação aplicável.  Como mencionado em nossa primeira contribuição, a Raízen Combustíveis S.A. entende que, no setor de combustíveis, a eliminação de exigências deve se dar com cautela, a fim de que não se coloque em risco o abastecimento nacional, a qualidade do produto, a proteção ao consumidor, a segurança, o meio ambiente e um ambiente de livre competição (saudável).  Justamente por isso, na visão da companhia, a proposta de norma deve ser revista no que se refere aos requisitos estabelecidos para que determinados agentes possam atuar no elo da produção. A própria Lei do Petróleo, ciente dos riscos envolvidos no exercício destas atividades, se ocupou de prever que o órgão regulador seria responsável por estabelecer os “requisitos técnicos, econômicos e jurídicos a serem atendidos pelos proponentes e as exigências de projeto quanto à proteção ambiental e à segurança industrial das populações (art. 53, par. 1º).  A exigência de requisitos mínimos favorece a concorrência leal e o desenvolvimento da atividade de forma aderente ao compliance legal**.** A eliminação de exigências regulatórias mínimas, abre espaço para a atuação de inúmeros agentes que podem, no exercício de suas atividades, trazer prejuízos de variadas ordens ao mercado.  Sendo assim, nos parece que exigências relativas à comprovação de tancagem mínima, capital social, regularidade fiscal e posse/propriedade das instalações, longe de constituir mera burocracia regulatória, são requisitos indispensáveis para o atendimento da legislação aplicável e, mais do que isso, a satisfação do interesse público setorial. Alguns destes aspectos foram perfeitamente colocados no Parecer Jurídico nº 139/2020/PFANP/PGF/AGU.  No entanto, na medida em que a proposta de norma não refletiu as alterações sugeridas pelo órgão jurídico e que, além dos requisitos apontados, existem outros aspectos a serem considerados, a Raízen Combustíveis S.A. entende necessária a inclusão de determinados requisitos mínimos para que um determinado agente se possa atuar como agente produtor de derivados de petróleo, a saber:     1. **Comprovação de regularidade fiscal**: a previsão de comprovação da regularidade fiscal dos agentes, no momento da autorização de operação, é importante para permitir que a Agência atue na fiscalização e penalização de agentes que estejam em situação irregular. A atuação da ANP como garantidora do *compliance* legal e tributário dos agentes é essencial para a promoção de um mercado saudável e leal, do ponto de vista da concorrência.   A supressão de tais exigências, não é mera simplificação administrativa, e como foi enfatizado no parecer da Procuradoria Federal junto à ANP, mostra-se ilegal e desvinculado dos desígnios da Lei, haja vista que a Lei do Petróleo exige que sejam estabelecidos requisitos “econômicos” para a atuação de refinadores (art. 53, par. 1º).  Ao deixar de exigir que os agentes comprovem à ANP sua regularidade fiscal ou a obtenção de outras autorizações/licenças exigidas, a Agência não terá mecanismos para coibir a atuação de agentes que cometem evasão fiscal, ilegalidades e outras fraudes. Esse tipo de situação, longe de fomentar a concorrência, propicia a concorrência desleal e, portanto, distorções concorrenciais.   1. **Incorporação da previsão de capital social mínimo e comprovante de propriedade de terreno**: a exigência de capital social mínimo integralizado e de comprovação de propriedade do terreno constituem relevantes mecanismos de proteção à terceiros. Tais requisitos garantem que o produtor terá condições de responder (inclusive com seu patrimônio) por danos causados à Administração Pública e à coletividade em geral, por exemplo em caso de danos ao meio ambiente – além de eventuais danos a financiadores, consumidores e clientes.   A comprovação de solvabilidade do produtor é especialmente importante para agentes que sejam autorizados a atuar como formuladores, porque, nesse caso específico, a atividade não exige a realização de investimentos de grande porte, como é o caso de instalação de plantas de refino e centrais petroquímicas.   1. **Exigência de tancagem mínima para os produtores:** deve ser prevista a exigência de atendimento à tancagem mínima pelos produtores, de modo a garantir a segurança do abastecimento nacional e desincentivando a permanência no mercado de agentes que não estejam comprometidos com a continuidade e estabilidade do fornecimento de derivados e combustíveis – ênfase que deve ser perseguida pela ANP na implementação da política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, conforme definido no art. 8º, inc. I da Lei do Petróleo.   Embora tal requisito não viesse sendo exigido, até o momento, para a obtenção de autorização de operação por refinadores (apenas para formuladores), o contexto atual faz com que seja necessária uma correção da omissão da regulação atual. Com o programa de desinvestimento da Petrobrás no elo do refino e, portanto, criação de condições mais adequadas para a existência de mercado livre, é possível que surjam novos agentes interessados em investir em refinarias. Essa situação faz com que seja necessária a fiscalização desta agência para se certificar de que tais entrantes atendem os requisitos técnicos esperados – tratando-se, portanto, de momento oportuno para sua regulamentação.  Note-se que a existência de tancagem mínima é absolutamente fundamental para a continuidade das atividades do parque de refino nacional, haja vista que constitui elemento crucial para assegurar o adequado balanço entre entradas e saídas, cabendo à ANP se certificar de que os agentes atuantes neste elo terão condições de construir (ou até manter) instalações que assegurem minimamente a continuidade do abastecimento.  Mais importante do que promover suposta “simplificação regulatória”, a ANP deve ter como prioridade o estabelecimento de um mercado ético e concorrencialmente saudável, garantindo que os agentes comprovem que atendem a requisitos mínimos para serem autorizados a atuar como produtores de derivados. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 6º, §§ 1º e 2º | § 1º Os dados de projeto da instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural, de que trata o inciso VII, deverão conter:  § 2º Os dados de projeto e a capacidade dos tanques de armazenamento, referidos nos incisos VII e VIII, respectivamente, devem ser compatíveis com a operação pretendida pela instalação ~~produtora~~ de produção. | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| BRASKEM | Art. 6º, novo § | §3º A autorização de operação poderá ser outorgada ao arrendatário das instalações de produção que atenda aos demais requisitos previstos nesta Resolução. | Entendemos que esta possibilidade já está contemplada na redação proposta à consulta. Para maior segurança jurídica, contudo, seria importante deixa-la expressamente prevista. |
| BRASKEM | Art. 6º, novo § | §4º Em casos de transferência de autorização e de arrendamento de instalações de produção na forma prevista no §3º, a ANP poderá autorizar a transferência ou a operação ainda que pendente a conclusão do processo de transferência de titularidade da Licença de Operação perante os órgãos ambientais. | A licença ambiental atesta a viabilidade do empreendimento, o que não é alterado pela transferência de titularidade da instalação. No entanto, na prática, os órgãos ambientais costumam levar tempo consideração para averbação da transferência da LO, o que atraso o processo de transferência da autorização ou sua outorga a um arrendatário da instalação (que ainda não é titular da licença ambiental). |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 7º, II | II - quando se tratar de redução de capacidade, os documentos constantes do art. 6º, incisos III, IV, VII, e IX, o memorial descritivo das alterações, o estudo de gestão de mudanças e a análise de risco que demonstre que a instalação ~~produtora~~ de produção continuará operando com os riscos controlados nas condições de processamento, acompanhada de ART. | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 8º | Art. 8º Nos casos previstos no art. 5º, inciso III, o produtor de derivados de petróleo e gás natural deverá encaminhar à ANP os documentos constantes do art. 6º, incisos III, V, VI e VII, o memorial descritivo das alterações, o estudo de gestão de mudanças e a análise de risco que demonstre que a instalação ~~produtora~~ de produção continuará operando com os riscos controlados nas novas condições de processamento, acompanhada de ART. | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 9º, caput e § 2º, I | Art. 9º Nos casos previstos no art. 5º, inciso IV, quando não ocorrer alteração na instalação ~~produtora~~ de produção, o novo titular deverá encaminhar à ANP os documentos constantes do art. 6º, incisos I, II, V, VI e XI, sendo os incisos V e VI acompanhados dos protocolos de solicitação de mudança de titularidade dos referidos documentos junto aos órgãos competentes.  I - plano de transição e continuidade operacional da instalação ~~produtora~~ de produção; | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| IBP | Art. 9º, § 2º | §2º Para o refinador de petróleo e o processador de gás natural, além dos documentos estabelecidos no caput, deverão ser encaminhados à ANP: | A operação de uma UPGN compartilhada também tem especificidades e precisa que a atividade seja garantida mesmo em caso de mudança de titularidade/operação. |
| Petrobras Distribuidora | Art. 9º, § 2º, I | I - plano de transição e continuidade operacional da instalação produtora, comprovando-se a mitigação, entre outros, do risco de desabastecimento; | ALTERAÇÃO para evidenciar e reforçar o que foi aventado na Nota Técnica nº 1/2020/SPC/ANP, com relação aos riscos nas operações de transferência de titularidade. |
| Raízen | Art. 9º, § 2º, I e novo § | I - ~~plano de transição e continuidade operacional da instalação produtora;~~ declaração de responsabilidade, pelo adquirente, de comunicar previamente a ANP sobre eventual descontinuidade de determinada unidade operacional, com antecedência prévia de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias;  § 3º A ANP deverá se manifestar quanto à transferência da titularidade da autorização de operação no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data de recebimento da documentação pela Agência. | A proposta de norma buscou simplificar os requisitos exigidos para a transferência de titularidade. Apesar disso, da análise da Nota Técnica nº 01/2020/SPC/ANP-RJ, verifica-se que houve intenção no sentido de estabelecer requisitos diferenciados no caso de transferências envolvendo refinarias de petróleo devido à “atual situação do plano de desinvestimento da Petrobrás no refino”, de modo que foram sugeridos “documentos adicionais, sendo eles: plano de transição e a continuidade operacional da instalação produtora e a declaração de conformidade com a Resolução ANP nº 05/2014” (item 3.5.3.8).  Na visão da Raízen combustíveis, é razoável a exigência de apresentação de declaração de conformidade com a Resolução ANP nº 05/2014.  No entanto, a proposta de apresentação de “plano de transição e continuidade operacional da instalação” deve ser reavaliada. Isso porque se trata de exigência extremamente subjetiva e que confere uma ampla discricionariedade para a Agência avaliar se irá deferir, ou não, o pedido. Além disso, cria-se insegurança jurídica na medida em que há uma completa imprevisibilidade em relação aos requisitos que serão considerados pela Agência em sua avaliação, o que coloca em risco o próprio êxito da política pública de desinvestimento da Petrobrás no refino. Por fim, é preciso que se considere que, na medida em que não se exige a apresentação de tal documento para a construção ou obtenção de autorização de operação de refinarias, não cabe exigi-lo por ocasião da transferência de titularidade, constituindo exigência desproporcional.  Por outro lado, nos parece que seria razoável e factível a substituição da exigência de apresentação de “plano de transição e continuidade operacional da instalação produtora”, pela **declaração** do adquirente, **no sentido de que determinada unidade operacional não será descontinuada** sem prévia comunicação à Agência e que os regulamentos serão cumpridos, sob pena de responsabilização. Em atenção à segurança e estabilidade do abastecimento nacional, entende-se que a ANP deve ser comunicada com antecedência mínima de 120 dias quanto a eventual descontinuidade de determinada unidade operacional.  Por meio da apresentação deste documento, nos parece que a preocupação da Agência possa ser adequadamente acomodada e, da mesma forma, elimina-se boa dose de insegurança e instabilidade no âmbito do processo de alienação de ativos de refino.  Ademais, outra contribuição da companhia em relação ao texto da proposta de norma consiste na incorporação de um prazo limite para manifestação da Agência quanto a avaliação da documentação e aprovação da transferência da titularidade da autorização de operação. Essa previsão garante maior previsibilidade no processo de alteração da titularidade das autorizações e maior segurança jurídica. Assim, na medida em que a política de desinvestimento da Petrobrás no Refino constitui uma política pública governamental, cabe à ANP colaborar para que sua estruturação ocorra de forma bem sucedida e com segurança jurídica. |
| SPC | Art. 9º, novo § | § xx Para o processador de gás natural, além dos documentos estabelecidos no caput, deverão ser encaminhados à ANP os documentos constantes do § 2º, incisos I e II. | Considerando o plano de desinvestimentos da Petrobras, com a possibilidade de vendas de polos de processamento de gás natural, e a preocupação da ANP relacionada com a continuidade operacional e a operação segura das instalações, serão exigidos documentos adicionais no processo de transferência de titularidade da autorização, assim como para as refinarias de petróleo, sendo eles: plano de transição e continuidade operacional da instalação produtora e perfil de produção previsto. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Capítulo IV  Seção II | **Vistoria da Instalação ~~Produtora~~ de Produção** | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 12, caput, § 1º e XIV | Art. 12 Após o atendimento ao disposto nos arts. 6º, 7º e 8º, a ANP realizará a vistoria da instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural, ficando esta facultada nos seguintes casos:  § 1º Deverão ser mantidos atualizados e disponíveis na instalação ~~produtora~~ de produção, para fins de vistoria da ANP, os seguintes documentos:  XIV - Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) de todas as substâncias químicas utilizadas na instalação ~~produtora~~ de produção. | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| IBP  ABIQUIM  BRASKEM | Art. 13, III | III - da empresa ou consórcio de empresas ~~pessoa jurídica~~: | Idem à justificativa feita para a proposta de alteração no § 1º do art. 1º.  Cf. justificativa proposta no art. 1º, §1º. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 13, III, a | a) com a inscrição no CNPJ da instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural suspensa, inapta, baixada, nula ou similar; | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| IBP | Art. 13, III, b | Comentário sobre:  *b) com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) no CNPJ não compatível com as atividades econômicas exercidas;* | Existe um CNAE específico para processamento (35.20-4-01 - Produção de gás; processamento de gás natural), mas não existe um CNAE próprio para comercializador de gás natural. |
| Petrogal | Art. 13, III, d | “que tenha ~~em seu quadro de administradores, acionistas controladores ou sócios, pessoa física ou jurídica responsável por pessoa jurídica que~~, nos cinco anos anteriores à solicitação, ~~tenha~~ tido a autorização para o exercício de atividade regulada pela ANP revogada em decorrência de penalidade aplicada em processo administrativo com decisão definitiva, nos termos do art. 10 da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999;” | A certificação de conformidade da empresa requerente não deverá ser prejudicada por outra empresa do grupo, nem mesmo por acionistas em comum das empresas. Além disso, a redação não está clara quando refere à “pessoa jurídica responsável por pessoa jurídica que [..]”. Sugerimos a exclusão desse trecho de modo a excluir eventual má interpretação e trazer previsibilidade e segurança jurídica ao texto. |
| COPAPE | Art. 13, III, novo inciso | f) quando forem constatadas, durante a vistoria, situações específicas em que possa haver comprometimento dos aspectos relacionados à segurança operacional, saúde dos trabalhadores e prevenção dos impactos ao meio ambiente, com risco iminente de danos. | A medida visa justamente trazer maior segurança aos processos e procedimentos relacionados à produção. Tal dispositivo já se encontrava na Resolução ANP 5/2012 para os formuladores e por certo tem o condão de adequar os procedimentos às leis e normas vigentes. |
| IBP  ABIQUIM  BRASKEM | Art. 14 | ~~Art. 14. Poderão ser solicitados documentos, informações ou providências adicionais que a ANP considerar pertinentes à instrução da outorga da autorização de operação.~~ | Entende-se que tal disposição poderá gerar insegurança jurídica e eventuais entraves para obtenção da respectiva autorização, por possibilitar que a ANP solicite qualquer documento para sua outorga.  Deste modo, sugere-se a sua exclusão ou, alternativamente, que sejam listados os eventuais documentos, informações ou providências adicionais que poderão ser solicitados pela Agência.  Considerando que a finalidade da norma é reduzir o número de exigências para a implementação de instalações de produção de derivados de petróleo e gás natural, entendemos que este dispositivo não está em conformidade com o fim exposto. Pela celeridade e previsibilidade do processo de emissão da outorga de operação, propomos que esta D. Agência exponha todos os documentos que serão passíveis de exigência para que o agente possa apresentar de imediato, caso contrário, entendemos que o referido dispositivo deva ser excluído integralmente. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 15, caput | Art. 15. Cumpridos os requisitos constantes desta Resolução, a ANP outorgará a autorização de operação da instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural em até 30 (trinta) dias da vistoria ou da apresentação da documentação quando a vistoria for facultativa. | Considerando que esta D. Agência expôs que a finalidade da referida norma proposta é tornar mais dinâmico e célere o procedimento de outorga de construção e operação das instalações de produção, parece-nos que os prazos propostos na Resolução ANP nº 808/2020 (120/90/60 dias) para emissão de liberação de atividade econômica são incompatíveis com a finalidade aqui exposta. Nesse sentido, e considerando que o prazo se iniciará da apresentação da documentação complexa ou da vistoria, o prazo de 30 dias é compatível e suficiente para que esta D. Agência analise a documentação apresentada e emita a autorização. |
| IBP | Art. 15, § 1º | § 1º A empresa ou consórcio de empresas ~~pessoa jurídica~~ somente poderá iniciar a operação da instalação produtora após a publicação da autorização de operação no Diário Oficial da União (DOU). | Idem à justificativa feita para a proposta de alteração no § 1º do Art. 1º. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 15, §§ 1º e 2º | § 1º A empresa ou consórcio de empresas ~~pessoa jurídica~~ somente poderá iniciar a operação da instalação ~~produtora~~ de produção a após a publicação da autorização de operação no Diário Oficial da União (DOU).  § 2º Fica vedada a operação da instalação ~~produtora~~ de produção em desacordo com o disposto na autorização de operação outorgada pela ANP. | Cf. justificativa proposta no art. 1º, §1º e art. 2º, I. |
| IBP  ABIQUIM  BRASKEM | Art. 15, § 3º | ~~§ 3º Os derivados de petróleo e gás natural somente poderão ser comercializados após a publicação da autorização de operação no DOU, observado o Capítulo VIII.~~ | O § 1º condiciona o início da operação da instalação produtora à publicação da autorização no Diário Oficial da União (DOU), sendo assim, tampouco seria possível a comercialização de produtos antes do início da operação.  Propomos a exclusão desse parágrafo porque o § 1º já prevê que o início da operação – que antecede a própria comercialização do produto – só poderá ser realizada após a publicação no DOU. |
| SPC | Art. 15, novo § | § xx A operação da instalação produtora deverá observar, no mínimo, as normas e os regulamentos editados pela ANP, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), pela prefeitura municipal, pelo Corpo de Bombeiros e pelo órgão ambiental competente, observada a Norma ABNT NBR 17.505 para a operação da área de armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis. | Explicitar a necessidade de observância de normas pertinentes à operação da instalação produtora, com destaque para a Norma ABNT NBR 17.505 no que se refere à operação da área de armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 16, caput | Art. 16. A realização de teste de capacidade na instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural autorizada por esta Resolução fica condicionada à aprovação da ANP. | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 16, § 2º | § 2º ~~O produtor~~ A instalação de produção de derivados de petróleo e gás natural deverá encaminhar à ANP a análise de risco relativa ao teste de capacidade, que demonstre que os riscos estão controlados e atendem aos critérios de aceitação de risco, e a Licença de Operação ou outro documento que a substitua, emitido pelo órgão ambiental competente. | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | CAPÍTULO VI | APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DA INSTALAÇÃO ~~PRODUTORA~~ DE PRODUÇÃO | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 17, caput | Art. 17. O produtor de derivados de petróleo e gás natural deverá requerer aprovação para efetivar a alteração física da instalação ~~produtora~~ de produção, que modifique as condições de segurança operacional, o perfil de produção ou a qualidade final dos produtos, sem que haja alteração da capacidade autorizada, ressalvada a alteração na área de armazenamento de que trata o art. 18, encaminhando os documentos constantes do art. 6º, incisos III, IV, VII e IX, bem como os dos incisos V e VI, quando aplicáveis, além do memorial descritivo das alterações, do estudo de gestão de mudanças e da análise de risco, acompanhada de ART. | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 17, §§ 1º e 2º | § 1º O produtor de derivados de petróleo e gás natural somente poderá efetivar a alteração física da instalação ~~produtora~~ de produção após aprovação da ANP por ofício.  § 2º Fica facultada a vistoria da instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural, observado o art. 12, § 1º. | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| Petrobras Distribuidora  IBP  ABIQUIM  BRASKEM | Art. 17, novo § | § xx Caso a ANP não responda à solicitação do agente em até 30 (trinta) dias corridos a contar da data de protocolo do pedido, a alteração submetida será considerada tacitamente aprovada. | INCLUSÃO - A proposta normativa se volta à redução da burocracia relacionada à construção e implementação das infraestruturas de produção de combustíveis derivados de petróleo e derivados de gás natural. A redação originalmente proposta vai no caminho inverso.  Na prática, o exposto no art. 17 levará ao engessamento das obras e qualquer intervenção física nas instalações dos produtores, na medida em que propõe – sem propor prazo de resposta – que todas as alterações, mesmo sem mudanças na capacidade instalada, precisem de autorização da ANP.  Na nossa avaliação, o objetivo da ANP é que, para os casos nos quais haverá qualquer modificação pelo agente sem que haja alteração da capacidade autorizada, a ANP deva ser informada sobre a alteração, sem contudo haver a necessidade de fiscalização e vistoria mais minuciosa (a exemplo da hipótese de emissão de autorização de operação prevista para construção de novas instalações). A redação proposta do dispositivo acabou ficando mais burocrática do que os casos de construção de nova instalação.  De modo que sugerimos – assim como proposto na justificativa do art. 15 – que haja prazo para a manifestação desta D. Agência diante dos casos de modificação das instalações expostas neste artigo.  Além disso, destacamos que não nos parece se tratar de hipótese de incidência da Resolução ANP nº 808/2020, pois a manifestação da ANP no caso em tela não configurará uma liberação de atividade econômica na forma ali exposta, mas uma tomada de ciência da alteração das instalações, vez que neste dispositivo não há modificação de fato das mesmas. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 18, caput e § 1º | Art. 18. ~~O produtor de derivados~~ A instalação de produção de petróleo e gás natural deverá requerer aprovação para operação da área de armazenamento após as alterações realizadas, observado o disposto no art. 4º, parágrafo único, acompanhada da seguinte documentação:  § 1º O ~~produtor~~ titular da instalação de produção de derivados de petróleo e gás natural somente poderá iniciar a operação da área de armazenamento alterada após aprovação da ANP por ofício. | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 18, novo § | § xx Caso a ANP não responda ao pedido de aprovação do agente em até 30 (trinta) dias corridos a contar da data de protocolo, a operação será considerada tacitamente aprovada. | Cf. justificativa proposta no art. 15. |
| SPC | Art. 18, III | III - no caso de alteração da classe de produto armazenado, quando envolver troca de produto de menor risco para maior risco, nos termos da Norma ABNT NBR 17.505, os documentos constantes do art. 6º, incisos V, VI e VIII, a planta de arranjo geral, a planta baixa e de corte, o memorial descritivo das alterações, o estudo de gestão de mudanças, ~~e~~ a análise de risco e o relatório fotográfico da área de armazenamento.  **Nova redação:** III - no caso de alteração da classe de produto armazenado, quando envolver troca de produto de menor risco para maior risco, nos termos da Norma ABNT NBR 17.505, os documentos constantes do art. 6º, incisos V, VI e VIII, a planta de arranjo geral, a planta baixa e de corte, o memorial descritivo das alterações, o estudo de gestão de mudanças, a análise de risco e o relatório fotográfico da área de armazenamento. | Compatibilizar as exigências com as demais situações envolvendo a alteração da área de armazenamento. |
| Petrobras Distribuidora  IBP  Ipiranga  ABIQUIM  BRASKEM | Art. 19, caput | Art. 19. As alterações dos dados cadastrais do produtor de derivados de petróleo e gás natural, bem como as alterações do capital social previsto nesta Resolução deverão ser informadas à ANP mediante atualização da ficha cadastral a que se refere o art. 6º, inciso I, no prazo máximo de trinta dias contados da efetivação do ato. | INCLUSÃO considerando os comentários anteriores no artigo 3º sobre a necessidade de comprovar capital social mínimo.  Cf. justificativa proposta no art. 15 e em conformidade com a proposta de alteração do art. 3º, § 1º, II. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 19, § 2º | § 2º Quando da alteração do responsável técnico da instalação ~~produtora~~ de produção , adicionalmente ao previsto no caput, o produtor de derivados de petróleo e gás natural deverá encaminhar à ANP a ART emitida pelo Conselho de Classe competente. | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| Petrobras  IBP  ABIQUIM  BRASKEM | CAPÍTULO VIII  COMERCIALIZAÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL | CAPÍTULO VIII  COMERCIALIZAÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, DE GÁS NATURAL E DE PRODUTOS RENOVÁVEIS | Alteração necessária tendo em vista que o refinador também pode comercializar não só derivados, mas também outros produtos renováveis.  Propomos a redação exposta para que a norma não limite a comercialização de produtos renováveis que possam ser produzidos pelas instalações de produção, sobretudo em refinarias.  Propomos a redação exposta para que fique claro que as regras também são aplicáveis aos produtos renováveis, cuja norma se aplica por equiparação, conforme sugestão acima. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Seção I | **~~Refinador de Petróleo~~**  **Produtor e Comercializador de Derivados de Petróleo** | A dinâmica do setor de combustíveis e derivados de petróleo no Brasil vem mudando nos últimos anos a partir da introdução de novas práticas ao mercado, como formas de contratação e arranjos comerciais. Com os desinvestimentos de ativos de refino e logística pela Petrobras em curso, o segmento de *Downstream* ficará ainda mais competitivo e dinâmico, sendo esperada a adoção de novos arranjos comerciais e relações entre os diversos agentes de mercado.  No novo contexto do mercado brasileiro, é fundamental que os agentes econômicos tenham a liberdade de escolha dos seus fornecedores e clientes, de forma a buscar as melhores condições de comercialização dos derivados no mercado aberto e fomentar a competitividade.  De modo a compatibilizar outros dispositivos regulamentares com a sugestão de inclusão do inciso XIII, faz-se necessário alterar o Art.9º da Resolução ANP n.18/2006, que regula o exercício da atividade de revenda de combustíveis de aviação, de modo a prever a possibilidade de aquisição de combustíveis pelo revendedor direto do produtor.  Sugere-se a utilização do termo produtos no lugar de derivados, visto que o refinador também pode comercializar não só derivados, mas também outros produtos renováveis.  Ademais, propôs-se a inserção do comercializador no dispositivo considerando haver total coincidência entre os produtos comercializados por refinarias e comercializadores de derivados de petróleo e gás natural. |
| Petrobras Distribuidora | Art. 20, caput | Art. 20. O refinador de petróleo poderá comercializar seus derivados, livremente e de acordo com as condições de mercado, nos termos da regulamentação vigente para cada atividade regulada, somente com: | ALTERAÇÃO para preservar a liberdade de contratar entre entes privados, nos termos dos art. 2º e 4º da Lei nº 13.874/2019 (“Lei da Liberdade Econômica”). |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 20, caput | Art. 20. O ~~refinador~~ produtor e o comercializador de derivados de petróleo poder~~á~~ão comercializar seus ~~derivados~~ produtos, nos termos da regulamentação vigente para cada atividade regulada, somente com: | Cf. justificativa proposta na Seção I, Capítulo VIII. |
| Petrobras | Art. 20, caput e novos incisos | Sugere-se incluir os novos incisos XIII, XIV e XV no art. 20:  Art. 20. O refinador de petróleo poderá comercializar seus ~~derivados~~ produtos nos termos da regulamentação vigente para cada atividade regulada, somente com:  (...)  XIII - comercial importadora autorizada pela ANP;  XIV - importador de derivados de petróleo autorizado pela ANP;  XV - revendedor de combustíveis de aviação autorizado pela ANP. | Sugerimos a utilização do termo produtos no lugar de derivados, visto que o refinador também pode comercializar não só derivados, mas também outros produtos renováveis.  A dinâmica do setor de combustíveis e derivados de petróleo no Brasil vem mudando nos últimos anos a partir da introdução de novas práticas ao mercado, como formas de contratação e arranjos comerciais. Com os desinvestimentos de ativos de refino e logística pela Petrobras em curso, o segmento de *Downstream* ficará ainda mais competitivo e dinâmico, sendo esperada a adoção de novos arranjos comerciais e relações entre os diversos agentes de mercado.  No novo contexto do mercado brasileiro, é fundamental que os agentes econômicos tenham a liberdade de escolha dos seus fornecedores e clientes, de forma a buscar as melhores condições de comercialização dos derivados no mercado aberto e fomentar a competitividade.  De modo a compatibilizar outros dispositivos regulamentares com a sugestão de inclusão do inciso XIII, faz-se necessário alterar o Art.9º da Resolução ANP nº 18/2006, que regula o exercício da atividade de revenda de combustíveis de aviação, de modo a prever a possibilidade de aquisição de combustíveis pelo revendedor direto do produtor. |
| Petrobras Distribuidora | Art. 20, X | ~~X - consumidor final, observado o art. 25;~~ | EXCLUSÃO em decorrência da assimetria concorrencial, (i) tanto pelo tratamento tributário mais favorável ao produtor em relação aos demais agentes que comercializam (substituição tributária), (ii) quanto pelo do custo do crédito de descarbonização (CBIO), obrigatório apenas para as distribuidoras (Lei nº 13.576/2017).  Cabe considerar, ainda, que essa concorrência não isonômica poderá ter impacto negativo (ineficácia) no Programa Renovabio, já que é possível que a venda pelos produtores não estimule a redução do consumo de combustíveis fósseis, tal como objetivado pela Lei nº 13.576/2017. Lembra-se que a premissa do Programa, conforme Nota Explicativa do MME (http://www.mme.gov.br/documents/36224/459938/Nota+Explicativa+RENOVABIO+-+Documento+de+CONSOLIDACAO+-+site.pdf/dc4b6756-d7ca-ab6a-4aac-226c4b8bf436 - vide em especial, páginas 14 e 15), não considera a venda direta do produtor para o consumidor final. Logo, a expressa previsão no normativo que se propõe e a entrada de novos agentes, especialmente com os desinvestimentos da Petrobras, afetam diretamente as premissas do Programa, com potencial para causar distorções indesejadas à Política Nacional de Biocombustíveis.  Assim, a regulação da forma proposta não só contraria o art.4º, I da Lei da Liberdade Econômica, por falta de isonomia concorrencial, mas também, a própria essência do Renovabio.  Ademais, com mais agentes atuando na comercialização, é necessário que se cumpram as mesmas exigências previstas para outros agentes a fim de manter a qualidade, a segurança e a rastreabilidade dos produtos, da forma como exigido de distribuidores, p. ex., também a fim de confirmar um tratamento isonômico entre concorrentes.  Apenas a título de contribuição, para esse ponto de isonomia concorrencial, em que pese o âmbito de aplicação, vale mencionar para fins consultivos a Instrução Normativa SEAE nº 111 de 05/11/2020, a qual apresenta diversos parâmetros e procedimentos para se avaliar a onerosidade regulatória e de forma a garantir a isonomia entre os concorrentes, evitando-se distorções concorrenciais. |
| Raízen | Art. 20, X | ~~X - consumidor final, observado o art. 25;~~ | Diferentemente da regulação atual, a proposta de norma traz um rol exaustivo dos agentes que poderão adquirir os produtos industrializados pelos produtores.  Na visão da Raízen Combustíveis, a admissão da venda direta de refinadores a consumidores finais, na forma como foi prevista na proposta de norma divulgada, produz graves efeitos negativos. A medida, se mantida no texto, ocasionará forte assimetria concorrencial entre os agentes, pois não contempla obrigações regulatórias e tributárias a que estão sujeitas às distribuidoras.  Caso a previsão constante na proposta de norma seja mantida, haverá uma flexibilização do regime incidente sobre a atividade dos produtores, que serão ainda beneficiados pela não sujeição às obrigações previstas no RenovaBio e regime tributário diferenciado.  No tocante ao Renovabio, a legislação exige que os distribuidores adquiram CBios e atendam às metas universais de descarbonização. No entanto, ao autorizar que os produtores passem a vender combustíveis ao consumidor final, não será exigido que esse agente adquira CBios ou esteja obrigado a atender meta individual de descarbonização. Dessa forma, a alteração regulatória proposta pela ANP introduz assimetria entre os agentes no mercado na venda de produtos aos seus clientes, com custos díspares em virtude de um regime mais benéfico incidente exclusivamente sobre produtores de derivados. Ou seja, trata-se de medida que produz condições insustentáveis de concorrência no mercado, uma vez que os distribuidores enfrentarão situação bastante desequilibrada para competirem com produtores.  Igualmente, deve-se destacar a assimetria existente no regime tributário incidente entre produtores e distribuidores. Não há incidência de ICMS para aquisição de biodiesel, diesel e álcool anidro, por produtores, diferentemente do que ocorre na sua aquisição por distribuidores. Nesse cenário, os agentes não estão em condições de paridade para comercializar o produto aos consumidores finais. Ao mesmo tempo, esta ampla liberalização também produzirá efeitos nefastos da perspectiva dos cofres públicos, haja vista que haverá forte impacto da perspectiva da arrecadação tributária. Assim, na medida em que a alteração regulatória proposta pela ANP acirra assimetrias concorrenciais entre os agentes na venda de seus produtos aos consumidores finais, ela não deveria ser autorizada pela Agência.  É de se notar que a mesma preocupação se aplica para o caso de aquisição, por consumidor final, de asfalto e de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), haja vista que, em ambos os casos, a liberação para a venda direta ao consumidor final tende a criar forte assimetria regulatória para o desenvolvimento das atividades dos distribuidores de asfalto e de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).  Diante disso, a Raízen sugere a alteração dos arts. 20, 22 e 23, que preveem o rol de agentes que podem ser clientes, respectivamente, do refinador, do formulador de gasolina e óleo diesel e do produtor de combustíveis em central petroquímica.  Justificativa válida também para os arts. 22 e 23. |
| Ipiranga | Art. 20, X | ~~X - consumidor final, observado o art. 25;~~ | A permissão da forma proposta tende a gerar desequilíbrios concorrências e tratamento não isonômico entre os agentes regulados pelos motivos abaixo:   1. O produtor não é parte obrigada pelo Renovabio. Ou seja, não possui a obrigação de aquisição de CBIOS, ao passo que as distribuidoras, que também comercialização derivados com consumidores finais, possuem essa obrigação; 2. Em operação estadual, considerando que o produtor tributará somente do ICMS próprio no momento do faturamento e as Distribuidoras terão direito ao ressarcimento do ICMS cobrado por substituição tributária, teoricamente teremos isonomia tributária, entretanto, na prática, não se observa este tratamente isonômico, conforme exemplificado abaixo:   • Alguns Estados exigem a comprovação do Artigo 166 do CTN, isto é, não ter repassado o valor pleiteado no preço (Ex. Goiás);  • Obrigações acessórias de enorme complexidade para poder exercer o direito ao ressarcimento (Ex. Paraná e Santa Catarina);  • Permissão de buscar o valor somente em conta gráfica, mas na maioria dos estados há saldo credor de ICMS (Ex. Paraná);  • Tempo na análise dos processos (Ex. São Paulo);  • Certidões de regularidade Estaduais (Ex. Mato Grosso, São Paulo);  • Não reconhece a decisão do STF para conceder o ressarcimento (Ex. Rio de Janeiro)   1. Em operação interestadual a Refinaria utilizará o valor da mercadoria como base de cálculo do ICMS a ser pago para UF de destino, isto dará uma distorção no valor do ICMS, visto que o SCANC (obrigação acessória utilizada pelas Distribuidoras para fazer o repasse do ICMS ) hoje faz o repasse pelo valor do PMPF, gerando um diferencial competitivo para o produtor   Não obstante, os distribuidores possuem uma série de obrigações regulatórias previstas na resolução ANP 58/2014 que não são previstas aos produtores, devendo ser feita uma análise de forma a garantir o devido equilíbrio entre os agentes.  Desta forma, é importante que se discuta de forma estruturada os mecanismos necessários para a manutenção da isonomia entre os agentes e de um ambiente concorrencialmente equilibrado, seja através de obrigações regulatórias, seja através de obrigações tributárias.  Assim, solicitamos a discussão do item até que tais mecanismos sejam definidos e seus impactos devidamente avaliados.  Justificativa válida também para os arts. 22, III, c; 23, VII e 25. |
| SIM | Art. 20, novo inciso | XIII - transportador dutoviário, no exercício da exceção prevista no art. 4º, inciso I, da Resolução ANP n º 35, de 13 de novembro de 2012, ou norma superveniente. | A Resolução ANP n º 35, de 13 de novembro de 2012, regulamenta o uso, por terceiros interessados, de dutos de transporte destinados à movimentação de petróleo, seus derivados e biocombustíveis. De acordo com o art. 4º, caput e inciso I, o Transportador não pode comprar produtos, exceto para uso próprio na operação da Instalação de Transporte ou para reposição a Carregadores por perdas ou contaminações ocorridas no transporte;  Quando o Transportador necessita adquirir produtos nas condições excepcionadas por essa norma, apesar de lhe ser permitido comprar, o texto atual da minuta em consulta pública não permite que o **refinador** possa vender seus produtos a esse agente. |
| BRASKEM | Art. 20, novo inciso | xx - importador de derivados de petróleo autorizado pela ANP | Cf. justificativa proposta na Seção I, Capítulo VIII. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 20, novos incisos | xx - revendedor de combustíveis de aviação autorizado pela ANP;  xx - produtores de solventes autorizados pela ANP | Cf. justificativa proposta na Seção I, Capítulo VIII. |
| ABTL | Art. 20, novo parágrafo único | Parágrafo único. Fica vedada a importação de derivados de petróleo refinados, destinados à revenda e comercialização no mercado interno, sob qualquer denominação, pelo Refinador de Petróleo. | É necessário fazer a inclusão do parágrafo único no art. 20 da minuta, com o escopo de delimitar a abrangência de atuação do Refinador do Petróleo como possível importador/armazenador/revendedor de derivados de petróleo advindos do mercado externo.  A função precípua do Refinador do Petróleo é atividade de produção de derivados de petróleo, e não atuar como importador/armazenador/comercializador. É necessária literal disposição regulatória para delimitar a atividade do refinador de petróleo, sob pena de que a ausência regulatória sirva de salvo conduto modificação do *core bussines* do refinador de petróleo, para aquisição e comercialização no mercado interno de derivados produzidos em outros países.  Sem delimitação literal da atividade de produção de derivados de petróleo, a atividade inerente indústria de produção pode ser colocada em segundo plano, enfraquecendo a atividade de refino no país. |
| BRASKEM | Art. 21 | ~~Art. 21. O processador de gás natural poderá comercializar seus derivados, nos termos da regulamentação vigente para cada atividade regulada, somente com:~~  ~~I - concessionária estadual de gás natural canalizado;~~  ~~II - distribuidor de gás natural comprimido (GNC) a granel autorizado pela ANP;~~  ~~III - distribuidor de gás natural liquefeito (GNL) a granel autorizado pela ANP;~~  ~~IV - comercializador de gás natural autorizado pela ANP;~~  ~~V - carregador de gás natural autorizado pela ANP;~~  ~~VI - transportador de gás natural;~~  ~~VII - consumidor final de gás natural, nos termos da legislação vigente;~~  ~~VIII - distribuidor de GLP autorizado pela ANP;~~  ~~IX - outro produtor de derivados de petróleo e gás natural autorizado pela ANP;~~  ~~X - exportador de derivados de petróleo e gás natural autorizado pela ANP; e~~  ~~XI - mercado externo, mediante autorização da ANP para o exercício da atividade de comércio exterior.~~  ~~Parágrafo único. A atividade de exportação de gás natural somente poderá ser exercida por pessoa jurídica autorizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).~~ | Sugerimos a retirada deste dispositivo, tendo em vista que (i) a comercialização de gás natural já está prevista em outras normas setoriais; e (ii) a comercialização de derivados de gás natural não está sujeita a restrições de contraparte, pode ser feita livremente entre os agentes da cadeia, independentemente de autorização. |
| Petrobras Distribuidora | Art. 21, caput | Art. 21. O processador de gás natural poderá comercializar seus derivados, livremente e de acordo com as condições de mercado,nos termos da regulamentação vigente para cada atividade regulada, somente com: | ALTERAÇÃO para preservar a liberdade de contratar entre entes privados, nos termos dos art. 2º e 4º da Lei nº 13.874/2019 (“Lei da Liberdade Econômica”). |
| IBP | Art. 21, caput | Art. 21. O processador de gás natural poderá comercializar seus derivados de gás natural, nos termos da regulamentação vigente para cada atividade regulada, somente com: | Ajuste para utilização do termo definido ‘derivado de gás natural’. |
| SIM | Art. 21, VI | VI - transportador de gás natural, no exercício das exceções previstas no art. 12 da Resolução ANP n º 11, de 18 de março de 2016 ou de regulamentação que venha a substituí-las. | Adequar o inciso VI às restrições impostas pela RANP nº 11/2016, já conferindo flexibilidade para adequá-la às alterações previstas para a regulamentação do modelo de entrada e saída (possibilidade do transportador comprar gás para fins de balanceamento do sistema de transporte. |
| Petrobras Distribuidora | Art. 21, VII | VII - consumidor ~~final~~ livre de gás natural, nos termos da legislação vigente; | ALTERAÇÃO em razão da adequação da Lei do Gás, artigo 2º, XXXI da Lei nº 11.909/2009 e das diretrizes do novo mercado.  Hoje a atuação do consumidor livre se baseia em regulação estadual (já vigente em alguns estados) e a atuação do comercializador e agente produtor norteiam-se por regulamentação federal. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 21, VII | VII - consumidor final de derivados de gás natural, nos termos da legislação vigente; | A legislação setorial trata gás natural e derivados de gás natural de forma distinta. Entendemos que neste caso a intenção desta D. Agência foi tratar de derivados de gás natural. |
| IBP | Art. 21, XI | XI - mercado externo diretamente~~, mediante autorização da ANP para o exercício da atividade de comércio exterior~~. | A proposta visa à equiparação da comercialização do processador de gás natural com o mercado externo, tal qual o estabelecido para o refinador (art. 20), formulador de gasolina e óleo diesel (art. 22) e produtor de combustíveis em central petroquímica (art. 23). |
| Petrobras | Art. 21, novo inciso | Sugere-se incluir um novo inciso “XII” no art. 21:  XII - consumidor final de GLP. | Possibilitar a comercialização de GLP produzido nas plantas de processamento de gás natural com consumidores finais. |
| SIM | Art. 21, novo inciso | *Inclusão de novo inciso:*  XII - transportador dutoviário, no exercício das exceções previstas no art. 4º, inciso I, da Resolução ANP n º 35, de 13 de novembro de 2012, ou norma superveniente. | A Resolução ANP n º 35, de 13 de novembro de 2012, regulamenta o uso, por terceiros interessados, de dutos de transporte destinados à movimentação de petróleo, seus derivados e biocombustíveis. De acordo com o art. 4º, caput e inciso I, o Transportador não pode comprar produtos, exceto para uso próprio na operação da Instalação de Transporte ou para reposição a Carregadores por perdas ou contaminações ocorridas no transporte;  Quando o Transportador necessita adquirir produtos nas condições excepcionadas por essa norma, apesar de lhe ser permitido comprar, o texto atual da minuta em consulta pública não permite que o **processador de gás natural** possa vender seus produtos a esse agente. |
| IBP | Art. 21, novos incisos | XII - formulador de gasolina;  XIII - produtor de combustíveis em central petroquímica;  XIV - distribuidor de solventes autorizado pela ANP;  XV - consumidor industrial de solventes cadastrado na ANP; | A minuta de resolução permite indiretamente (inciso IX) a comercialização com este agente. A proposta de inclusão deste inciso visa a tornar direta esta permissão.  A minuta de resolução permite indiretamente (inciso IX) a comercialização com este agente. A proposta de inclusão deste inciso visa a tornar direta esta permissão.  Falta clareza quanto à comercialização de solventes, incluindo C5+.  Falta clareza quanto à comercialização de solventes, incluindo C5+. |
| IBP  ABIQUIM  BRASKEM | Art. 21, parágrafo único | Parágrafo único. ~~A atividade de exportação de gás natural somente poderá ser exercida por pessoa jurídica autorizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME).~~ Qualquer empresa ou consórcio de empresas, desde que constituídos sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, poderá receber autorização do Ministério de Minas e Energia (MME) para exercer as atividades de exportação de gás natural, nos termos da respectiva legislação. | Propõem-se ajuste de texto para harmonização com o artigo 36 da Lei nº 11.909/2009 que prevê que:  “*Art. 36.  Qualquer empresa ou consórcio de empresas, desde que constituídos sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, poderão receber autorização do Ministério de Minas e Energia para exercer as atividades de importação e exportação de gás natural.*  *Parágrafo único.  O exercício das atividades de importação e exportação de gás natural observará as diretrizes estabelecidas pelo CNPE, em particular as relacionadas com o cumprimento do disposto no* [*art. 4o da Lei no 8.176, de 8 de fevereiro de 1991*](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8176.htm#art4)”. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 22, II, a | a) refinaria~~refinador~~de petróleo autorizado pela ANP; |  |
| ABIQUIM | Art. 22, II, b, c | b) ~~produtor de combustíveis em~~ central petroquímica produtora de derivados autorizad~~o~~a pela ANP; e  c) importador de derivados de petróleo e derivados de gás natural autorizado pela ANP. | Como já exposto, a dinâmica do setor de combustíveis e derivados de petróleo no Brasil vem mudando nos últimos anos a partir da introdução de novas práticas ao mercado, como formas de contratação e arranjos comerciais. Com os desinvestimentos de ativos de refino e logística pela Petrobras em curso, o segmento de Downstream ficará ainda mais competitivo e dinâmico, sendo esperada a adoção de novos arranjos comerciais e relações entre os diversos agentes de mercado.  No novo contexto do mercado brasileiro, é fundamental que os agentes econômicos tenham a liberdade de escolha dos seus fornecedores e clientes, de forma a buscar as melhores condições de comercialização dos derivados no mercado aberto e fomentar a competitividade. |
| BRASKEM | Art. 22, II, b, c | b) ~~produtor de combustíveis em~~ central petroquímica produtora de derivados e de produtos equiparados autorizad~~o~~a pela ANP; e  c) importador de derivados de petróleo e derivados de gás natural autorizado pela ANP. | Idem à justificativa da ABIQUIM para o art. 22, II, b, c. |
| EGCEL | Art. 22, II, nova alínea | Proposta de inclusão: Aquisição de Correntes de Hidrocarbonetos de produtores secundários de solventes; | Ampliar a possibilidade de compra de correntes de hidrocarbonetos. |
| EGCEL | Art. 22, II, nova alínea | Proposta de inclusão: Aquisição de correntes de hidrocarbonetos com produtor de derivados de petróleo e gás natural | Ampliar a possibilidade de compra de correntes de hidrocarbonetos, por exemplo, o condensado. |
| IBP | Art. 22, II, nova alínea | d) processador de gás natural autorizado pela ANP. | A dinâmica do setor de combustíveis e derivados de petróleo no Brasil vem mudando nos últimos anos a partir da introdução de novas práticas ao mercado, como formas de contratação e arranjos comerciais. Com os desinvestimentos de ativos de refino e logística pela Petrobras em curso, o segmento de Downstream ficará ainda mais competitivo e dinâmico, sendo esperada a adoção de novos arranjos comerciais e relações entre os diversos agentes de mercado.  No novo contexto do mercado brasileiro, é fundamental que os agentes econômicos tenham a liberdade de escolha dos seus fornecedores e clientes, de forma a buscar as melhores condições de comercialização dos derivados no mercado aberto e fomentar a competitividade.  A inclusão da alínea “d” visa a equiparação da comercialização do processador de gás natural com formuladores de gasolina e óleo diesel, tal qual o estabelecido para o refinador (alínea a) e produtor de combustíveis em central petroquímica (alínea b). |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 22, III, b e novo inciso | b) exportador de derivados de petróleo e derivados de gás natural autorizado pela ANP;  xx) outro produtor de derivados de petróleo autorizado pela ANP. | Cf. justificativa proposta no art. 22, II, b, c. |
| Petrobras Distribuidora | Art. 22, III, c | ~~c) consumidor final, observado o art. 25; e~~ | EXCLUSÃO em decorrência da assimetria concorrencial, (i) tanto pelo tratamento tributário mais favorável ao produtor em relação aos demais agentes que comercializam (substituição tributária), (ii) quanto pelo do custo do crédito de descarbonização (CBIO), obrigatório apenas para as distribuidoras (Lei nº 13.576/2017).  Cabe considerar, ainda, que essa concorrência não isonômica poderá ter impacto negativo (ineficácia) no Programa Renovabio, já que é possível que a venda pelos produtores não estimule a redução do consumo de combustíveis fósseis, tal como objetivado pela Lei nº 13.576/2017. Lembra-se que a premissa do Programa, conforme Nota Explicativa do MME (http://www.mme.gov.br/documents/36224/459938/Nota+Explicativa+RENOVABIO+-+Documento+de+CONSOLIDACAO+-+site.pdf/dc4b6756-d7ca-ab6a-4aac-226c4b8bf436 - vide em especial, páginas 14 e 15), não considera a venda direta do produtor para o consumidor final. Logo, a expressa previsão no normativo que se propõe e a entrada de novos agentes, especialmente com os desinvestimentos da Petrobras, afetam diretamente as premissas do Programa, com potencial para causar distorções indesejadas à Política Nacional de Biocombustíveis.  Assim, a regulação da forma proposta não só contraria o art. 4º, I da Lei da Liberdade Econômica, por falta de isonomia concorrencial, mas também, a própria essência do Renovabio.  Ademais, com mais agentes atuando na comercialização, é necessário que se cumpram as mesmas exigências previstas para outros agentes a fim de manter a qualidade, a segurança e a rastreabilidade dos produtos, da forma como exigido de distribuidores, p. ex., também a fim de confirmar um tratamento isonômico entre concorrentes.  Apenas a título de contribuição, para esse ponto de isonomia concorrencial, em que pese o âmbito de aplicação, vale mencionar para fins consultivos a Instrução Normativa SEAE nº 111 de 05/11/2020, a qual apresenta diversos parâmetros e procedimentos para se avaliar a onerosidade regulatória e de forma a garantir a isonomia entre os concorrentes, evitando-se distorções concorrenciais. |
| Raízen  Ipiranga | Art. 22, III, c | ~~c) consumidor final, observado o art. 25; e~~ | Idem às justificativas para a exclusão do art. 20, inciso X. |
| EGCEL | Art. 22, III, nova alínea | Proposta de inclusão: Venda de Insumos (correntes de hidrocarbonetos) e Produto Final (Gasolina A e Óleo Diesel) entre empresas Formuladoras de Combustíveis. | Ampliar possibilidades comerciais entres as empresas do setor. |
| Petrobras | Art. 22, III, nova alínea | Sugere-se incluir uma nova alínea “e” no inciso III do art. 22:  e) outro produtor de derivados de petróleo autorizado pela ANP. | Como dito anteriormente, a dinâmica do setor de combustíveis e derivados de petróleo no Brasil vem mudando nos últimos anos a partir da introdução de novas práticas ao mercado, como formas de contratação e arranjos comerciais. Com os desinvestimentos de ativos de refino e logística pela Petrobras em curso, o segmento de *Downstream* ficará ainda mais competitivo e dinâmico, sendo esperada a adoção de novos arranjos comerciais e relações entre os diversos agentes de mercado.  No novo contexto do mercado brasileiro, é fundamental que os agentes econômicos tenham a liberdade de escolha dos seus fornecedores e clientes, de forma a buscar as melhores condições de comercialização dos derivados no mercado aberto e fomentar a competitividade. |
| SIM | Art. 22, III, nova alínea | e) transportador dutoviário, no exercício da exceção prevista no art. 4º, inciso I, da Resolução ANP n º 35, de 13 de novembro de 2012, ou norma superveniente. | A Resolução ANP n º 35, de 13 de novembro de 2012, regulamenta o uso, por terceiros interessados, de dutos de transporte destinados à movimentação de petróleo, seus derivados e biocombustíveis. De acordo com o art. 4º, caput e inciso I, o Transportador não pode comprar produtos, exceto para uso próprio na operação da Instalação de Transporte ou para reposição a Carregadores por perdas ou contaminações ocorridas no transporte;  Quando o Transportador necessita adquirir produtos nas condições excepcionadas por essa norma, apesar de lhe ser permitido comprar, o texto atual da minuta em consulta pública não permite que o **formulador de gasolina e óleo diesel** possa vender seus produtos a esse agente. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Seção IV | **~~Produtor de Combustíveis em~~ Central Petroquímica Produtora de Derivados de Petróleo e de Gás Natural** | Considerando que o objeto da norma é regular a atividade de produção de derivados de petróleo e gás natural em instalações de produção, propomos nova redação para que este dispositivo reflita a finalidade proposta.  Ajustado conforme ampliação do escopo do que poderá ser produzido pelas Centrais Petroquímicas, não restrito aos combustíveis. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 23, caput | Art. 23. ~~O~~ A ~~produtor de combustíveis em~~ central petroquímica produtora de derivados de petróleo e de gás natural poderá comercializar ~~combustíveis~~ os produtos derivados de petróleo e gás natural, também de fontes renováveis e recicladas, combustíveis, óleos e produtos secundários, nos termos da regulamentação vigente para cada atividade regulada, somente com: | Considerando que as centrais petroquímicas possuem instalações com compatibilidade técnica para produzir todos os produtos enumerados no rol proposto para refinarias, propomos que seja evidenciada a possibilidade de produção dos referidos produtos por essas instalações.  Além disso, evidencia-se a possibilidade de produção e comercialização de produtos secundários por essas instalações, garantindo-se que exista infundado impedimento para a comercialização de todos os produtos gerados por Centrais Petroquímicas. |
| Petrobras Distribuidora | Art. 23, VII | ~~VII - consumidor final, observado o art. 25;~~ | EXCLUSÃO em decorrência da assimetria concorrencial, (i) tanto pelo tratamento tributário mais favorável ao produtor em relação aos demais agentes que comercializam (substituição tributária), (ii) quanto pelo do custo do crédito de descarbonização (CBIO), obrigatório apenas para as distribuidoras (Lei nº 13.576/2017).  Cabe considerar, ainda, que essa concorrência não isonômica poderá ter impacto negativo (ineficácia) no Programa Renovabio, já que é possível que a venda pelos produtores não estimule a redução do consumo de combustíveis fósseis, tal como objetivado pela Lei nº 13.576/2017. Lembra-se que a premissa do Programa, conforme Nota Explicativa do MME (http://www.mme.gov.br/documents/36224/459938/Nota+Explicativa+RENOVABIO+-+Documento+de+CONSOLIDACAO+-+site.pdf/dc4b6756-d7ca-ab6a-4aac-226c4b8bf436 - vide em especial, páginas 14 e 15), não considera a venda direta do produtor para o consumidor final. Logo, a expressa previsão no normativo que se propõe e a entrada de novos agentes, especialmente com os desinvestimentos da Petrobras, afetam diretamente as premissas do Programa, com potencial para causar distorções indesejadas à Política Nacional de Biocombustíveis.  Assim, a regulação da forma proposta não só contraria o art. 4º, I da Lei da Liberdade Econômica, por falta de isonomia concorrencial, mas também, a própria essência do Renovabio.  Ademais, com mais agentes atuando na comercialização, é necessário que se cumpram as mesmas exigências previstas para outros agentes a fim de manter a qualidade, a segurança e a rastreabilidade dos produtos, da forma como exigido de distribuidores, p. ex., também a fim de confirmar um tratamento isonômico entre concorrentes.  Apenas a título de contribuição, para esse ponto de isonomia concorrencial, em que pese o âmbito de aplicação, vale mencionar para fins consultivos a Instrução Normativa SEAE nº 111 de 05/11/2020, a qual apresenta diversos parâmetros e procedimentos para se avaliar a onerosidade regulatória e de forma a garantir a isonomia entre os concorrentes, evitando-se distorções concorrenciais. |
| Raízen  Ipiranga | Art. 23, VII | ~~VII - consumidor final, observado o art. 25;~~ | Idem às justificativas para a exclusão do art. 20, inciso X. |
| SIM | Art. 23, novo inciso | X - transportador dutoviário, no exercício da exceção prevista no art. 4º, inciso I, da Resolução ANP n º 35, de 13 de novembro de 2012, ou norma superveniente. | A Resolução ANP n º 35, de 13 de novembro de 2012, regulamenta o uso, por terceiros interessados, de dutos de transporte destinados à movimentação de petróleo, seus derivados e biocombustíveis. De acordo com o art. 4º, caput e inciso I, o Transportador não pode comprar produtos, exceto para uso próprio na operação da Instalação de Transporte ou para reposição a Carregadores por perdas ou contaminações ocorridas no transporte;  Quando o Transportador necessita adquirir produtos nas condições excepcionadas por essa norma, apesar de lhe ser permitido comprar, o texto atual da minuta em consulta pública não permite que o **produtor de combustíveis em central petroquímica** possa vender seus produtos a esse agente. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 23, novos incisos | xx - distribuidor de asfalto autorizado pela ANP;  xx - produtor de óleo lubrificante acabado autorizado pela ANP;  xx - comercial exportadora autorizada pela ANP; | Cf. justificativa proposta no art. 23, caput. |
| ABTL | Art. 23, novo parágrafo único | Parágrafo único. Fica vedada a importação de derivados de petróleo refinados, destinados à revenda e comercialização no mercado interno, sob qualquer denominação, pelo Produtor de Combustíveis em Central Petroquímica. | É necessário fazer a inclusão do parágrafo único no art. 23 da minuta, com o escopo de delimitar a abrangência de atuação do Produtor de Combustíveis em Central Petroquímica, como possível importador/armazenador/comercializador de derivados de petróleo advindos do mercado externo.  A função precípua do Produtor de Combustíveis em Central Petroquímica é atividade de produção de derivados de petróleo, e não atuar como importador/armazenador/comercializador. É necessária literal disposição regulatória para delimitar a atividade do Produtor de Combustíveis em Central Petroquímica, sob pena de que a ausência regulatória sirva de salvo conduto modificação do core bussines do refinador de petróleo, para aquisição e comercialização no mercado interno de derivados produzidos em outros países.  Sem delimitação literal da atividade de produção de derivados de petróleo, a atividade inerente indústria de produção pode ser colocada em segundo plano, enfraquecendo a atividade de refino no país. |
| IBP | Seção V | **Contratante da atividade do refinador de petróleo ou do processador de gás natural ~~de Prestação de Serviço~~** | A atividade de refino de petróleo ou de processamento de gás natural é qualificada como uma espécie de “industrialização por encomenda”, desempenhada no curso da cadeia de circulação do gás natural, resultando na incidência do ICMS. A jurisprudência atual contribui para o entendimento de que as atividades de industrialização por encomenda desenvolvidas no curso da cadeia produtiva devem ser consideradas insumos ao processo industrial ou comercial, e, por isso, sujeitas ao ICMS. Dessa forma, sugerimos exclusão da terminologia “prestação de serviço”. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Seção V | **Contratante de Prestação de Serviço da atividade do Refinador de petróleo ou do Processador de gás natural** | A atividade de refino de petróleo ou de processamento de gás natural é qualificada como uma espécie de “industrialização por encomenda”, desempenhada no curso da cadeia de circulação do gás natural, resultando na incidência do ICMS. A jurisprudência atual contribui para o entendimento de que as atividades de industrialização por encomenda desenvolvidas no curso da cadeia produtiva devem ser consideradas insumos ao processo industrial ou comercial, e, por isso, sujeitas ao ICMS. Dessa forma, sugerimos exclusão da terminologia “prestação de serviço”. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 24 | Art. 24 Para fins de comercialização, o contratante ~~de prestação de serviço~~ da atividade, cadastrado na ANP de acordo com o disposto no art. 27, § 3º, fica equiparado à~~ao~~ ~~refinador~~ refinaria de petróleo ou ~~ao~~ à ~~processador~~ unidade de processamento de gás natural, podendo comercializar seus derivados, respectivamente, nos termos dos arts. 20 e 21. |
| Petrogal | Art. 24 | Art. 24. Para fins de comercialização, o contratante de prestação de serviço, cadastrado na ANP de acordo com o disposto no art. 27, § 3º, fica equiparado ao produtor de derivados de petróleo e gás natural, especificamente, refinador de petróleo e processador de gás natural, podendo comercializar seus derivados, respectivamente, nos termos dos arts. 20 e 21.” | Alinhar a menção à definição de “produtor de derivados de petróleo e gás natural”.  Além disso, sugerimos avaliar se o art. 25 que trata da comercialização pelo produtor não deveria ser referenciado neste item 24. |
| IBP | Art. 24 | Art. 24. Para fins de comercialização, o contratante ~~de prestação de serviço~~ da atividade, cadastrado na ANP de acordo com o disposto no art. 27, § 3º, fica equiparado ao refinador de petróleo ou ao processador de gás natural, podendo comercializar seus derivados, respectivamente, nos termos dos arts. 20 e 21. | A atividade de refino de petróleo ou de processamento de gás natural é qualificada como uma espécie de “industrialização por encomenda”, desempenhada no curso da cadeia de circulação do gás natural, resultando na incidência do ICMS. A jurisprudência atual contribui para o entendimento de que as atividades de industrialização por encomenda desenvolvidas no curso da cadeia produtiva devem ser consideradas insumos ao processo industrial ou comercial, e, por isso, sujeitas ao ICMS. Dessa forma, sugerimos exclusão da terminologia “prestação de serviço”. |
| Raízen | Art. 24, caput, novos incisos, alíneas e §§ | **Seção V**  **~~Contratante de Prestação de Serviço~~**  **Refinador ou Produtor de Gás Natural por equiparação**  Art. 24. ~~Para fins de comercialização, o contratante de prestação de serviço, cadastrado na ANP de acordo com o disposto no art. 27, § 3º, fica equiparado ao refinador de petróleo ou ao processador de gás natural, podendo comercializar seus derivados, respectivamente, nos termos dos arts. 20 e 21.~~ O cadastramento como refinador por equiparação ou produtor de gás natural por equiparação ~~contratante de prestação de serviço, citado nos §§ 1º e 2º,~~ somente poderá ser requerido por sociedade que ~~produtora de petróleo e gás natural no Brasil, que deverá~~ comprove ~~encaminhar~~ à ANP o atendimento dos seguintes requisitos: ~~documentos constantes do art. 6º, incisos I e II.~~ **(trazido do art. 2, § 3º)**  I - Ficha cadastral, conforme modelo disponível na página da ANP na internet;  II - Estatuto ou contrato social, acompanhado de ata de eleição de seus administradores, no caso de sociedade por ações, devidamente registrados na Junta Comercial, demonstrando que:   1. No caso de requerimento para refinador por equiparação, a empresa seja controlada direta ou indiretamente por produtor de petróleo ou por refinador ou por produtor de combustíveis em central petroquímica ou por distribuidor ou por empresa pertencente ao grupo econômico destes agentes; 2. No caso de requerimento para produtor de gás natural por equiparação, a empresa seja controlada direta ou indiretamente por processador de gás natural ou por produtor em central petroquímica ou por produtor de gás natural ou por empresa pertencente ao grupo econômico destes agentes.   III - Comprovante de inscrição e de situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da matriz, bem como cadastro de atividade econômica compatível com a atividade desempenhada por equiparação;  IV - Cópia autenticada da certidão da Junta Comercial, contendo histórico de todas as alterações dos atos constitutivos da pessoa jurídica;  V - Certidão Simplificada da Junta Comercial atualizada, da qual conste o capital social de, no mínimo, R$ 4.500.000 (quatro milhões e quinhentos mil reais);  VI - Comprovação de regularidade fiscal, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa perante a receita federal, estadual e municipal relativa à sua sede;  VII - Contratos firmes de transporte que lhe comprove capacidade para movimentação de petróleo cru, dos derivados ou do gás natural industrializados pelos respectivos produtores contratados.  § 1º Será indeferido o cadastro do refinador ou produtor de gás natural por equiparação ~~o contratante de prestação de serviço~~ nos casos dispostos no art. 13, incisos II e III. **(trazido do art. 27, § 3º)**  § 2º O refinador ou produtor de gás natural por equiparação ~~O contratante de prestação de serviço~~, de modo análogo ao produtor de derivados de petróleo e gás natural, deverá atender ao disposto no art. 29, inciso I. **(trazido do art. 27, § 5º)**  § 3º ~~Para fins de comercialização,~~ O refinador ou produtor de gás natural por equiparação, contratante de prestação de serviço de produtor de derivados de petróleo e gás natural, cadastrado na ANP de acordo com o disposto neste artigo ~~no art. 27, § 3º~~, fica equiparado ao refinador de petróleo ou ao processador de gás natural, podendo comercializar seus derivados, respectivamente, nos termos dos arts. 20 e 21. **(trazido do art. 24, caput)** | Idem à justificativa para a inclusão de novos incisos no art. 2º. |
| Petrobras Distribuidora | Art. 25 | ~~Seção VI~~  ~~Comercialização Direta com Consumidor Final~~  ~~Art. 25 O produtor de derivados de petróleo e gás natural poderá comercializar seus derivados diretamente com consumidor final desde que atenda aos seguintes requisitos:~~  ~~I - quando da comercialização de óleo diesel A, deverá assegurar a contratação de distribuidor de combustíveis líquidos autorizado pela ANP para realização da mistura obrigatória de óleo diesel A com biodiesel B100, nos termos da legislação vigente; e~~  ~~II - quando da comercialização de gasolina A, deverá assegurar a contratação de distribuidor de combustíveis líquidos autorizado pela ANP para realização da mistura obrigatória de gasolina A com etanol anidro, nos termos da legislação vigente.~~  ~~§ 1º O disposto no caput não se aplica ao processador de gás natural.~~  ~~§ 2º No caso previsto no inciso I, o refinador de petróleo poderá realizar a mistura obrigatória de óleo diesel A com biodiesel B100, nos termos da regulamentação vigente.~~  ~~§ 3º O consumidor final deverá possuir ponto de abastecimento, nos termos da Resolução ANP nº 12, de 21 de março de 2007, observados os incisos I e II.~~ | EXCLUSÃO em decorrência da assimetria concorrencial, (i) tanto pelo tratamento tributário mais favorável ao produtor em relação aos demais agentes que comercializam (substituição tributária), (ii) quanto pelo do custo do crédito de descarbonização (CBIO), obrigatório apenas para as distribuidoras (Lei nº 13.576/2017).  Cabe considerar, ainda, que essa concorrência não isonômica poderá ter impacto negativo (ineficácia) no Programa Renovabio, já que é possível que a venda pelos produtores não estimule a redução do consumo de combustíveis fósseis, tal como objetivado pela Lei nº 13.576/2017. Lembra-se que a premissa do Programa, conforme Nota Explicativa do MME (http://www.mme.gov.br/documents/36224/459938/Nota+Explicativa+RENOVABIO+-+Documento+de+CONSOLIDACAO+-+site.pdf/dc4b6756-d7ca-ab6a-4aac-226c4b8bf436 - vide em especial, páginas 14 e 15), não considera a venda direta do produtor para o consumidor final. Logo, a expressa previsão no normativo que se propõe e a entrada de novos agentes, especialmente com os desinvestimentos da Petrobras, afetam diretamente as premissas do Programa, com potencial para causar distorções indesejadas à Política Nacional de Biocombustíveis.  Assim, a regulação da forma proposta não só contraria o art. 4º, I da Lei da Liberdade Econômica, por falta de isonomia concorrencial, mas também, a própria essência do Renovabio.  Ademais, com mais agentes atuando na comercialização, é necessário que se cumpram as mesmas exigências previstas para outros agentes a fim de manter a qualidade, a segurança e a rastreabilidade dos produtos, da forma como exigido de distribuidores, p. ex., também a fim de confirmar um tratamento isonômico entre concorrentes.  Apenas a título de contribuição, para esse ponto de isonomia concorrencial, em que pese o âmbito de aplicação, vale mencionar para fins consultivos a Instrução Normativa SEAE nº 111 de 05/11/2020, a qual apresenta diversos parâmetros e procedimentos para se avaliar a onerosidade regulatória e de forma a garantir a isonomia entre os concorrentes, evitando-se distorções concorrenciais. |
| Ipiranga | Art. 25 | Exclusão. | Idem à justificativa para a exclusão do art. 20, inciso X. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 25, caput | Art. 25 O produtor e o comercializador de derivados de petróleo e gás natural poderá comercializar seus derivados diretamente com consumidor final desde que atenda aos seguintes requisitos: | Ajuste para inserção da figura do comercializador. |
| Petrobras | Art. 25, caput, I e II | Art. 25 O ~~produtor de derivados de petróleo e gás natural~~ refinador de petróleo poderá comercializar seus derivados e o óleo diesel B diretamente com consumidor final, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:  I - quando da comercialização de óleo diesel A, o adquirente deverá assegurar a contratação de agente autorizado pela ANP para realização da mistura obrigatória de óleo diesel A com ~~biodiesel B100~~ biocombustível, nos termos da legislação vigente; e  II - quando da comercialização de gasolina A, o adquirente deverá assegurar a contratação de agente autorizado pela ANP para realização da mistura obrigatória de gasolina A com bicombustível ~~etanol anidro~~, nos termos da legislação vigente. | Na venda direta de óleo diesel A e gasolina A do produtor para o consumidor final, deverá ser de responsabilidade do adquirente (consumidor final) contratar o agente autorizado para fazer a mistura dos biocombustíveis, de maneira semelhante e isonômica ao que ocorre quando da aquisição desses derivados direto de importador ou quando da sua importação direta pelo consumidor.  Além disso, os ajustes propostos têm como objetivo deixar clara a possibilidade de venda do diesel B pelo refinador, consoante regulamentação vigente.  Adicionalmente, propõe-se a utilização do termo biocombustível que é mais abrangente.  Não obstante, faz-se também necessária a complementação da definição de óleo diesel B estabelecida na Resolução ANP 50/2013, incluindo a previsão de adição de diesel renovável no diesel A. Alternativamente, rever a definição de biodiesel na Resolução ANP 45/2014, compatibilizando a definição de biodiesel com a definição prevista em Lei. |
| BRASKEM | Art. 25, novos incisos | III - o refinador de petróleo e a central petroquímica poderão realizar a mistura obrigatória de Gasolina automotiva A com etanol, nos termos da regulamentação vigente; e  IV - As centrais petroquímicas poderão comercializar produtos secundários aos consumidores finais. | Sugestão de inclusão do inciso III para abrir possibilidade para que as centrais petroquímicas e refinadores possam realizar dentro de suas dependências a mistura obrigatória de gasolina, sem que tenha que subcontratar o serviço e sem movimentar os produtos para outros estabelecimentos.  Sugestão de inclusão do inciso IV para evidenciar que os produtos secundários podem ser vendidos, dado que são resíduos inevitáveis e produzidos de forma não intencional como parte inerente do processo de produção do derivado do petróleo primário.  Por este motivo, entendemos que tais produtos devem ser tratados de forma flexível para fins de que possam gerar valor ao invés de gerar custos ambientais com sua destinação final como resíduos. Dessa forma, sua livre comercialização é um dos pressupostos da desburocratização e garantia de segurança jurídica. |
| IBP | Art. 25, § 1º | *Comentário* | Solicitamos esclarecimento em relação a quais produtores de derivados a ANP se refere no caput e se não está incluído o processador de gás natural. Entendemos que não fica claro se a limitação do parágrafo primeiro é com relação ao gás natural processado ou aos derivados de gás natural (incluindo outros produtos). |
| ABEDA | Art. 25, § 1º | |  | | --- | | § 1º O disposto no caput não se aplica ao processador de gás natural e ao produtor de asfaltos. | | O asfalto é um derivado de petróleo com características distintas a dos combustíveis, tanto no que diz respeito ao formato da cadeia de suprimento quanto às suas especificidades técnicas para fins de transporte e armazenamento.  Nesse sentido, a comercialização direta do asfalto pelo refinador ao consumidor final pode trazer impactos à qualidade dos produtos e de ordem econômica, sendo necessário que haja isonomia entre os agentes regulados.  O distribuidor de asfaltos possui obrigações regulatórias distintas àquelas do produtor. Deve, por exemplo, possuir laboratório de controle de qualidade próprio e prestar assistência técnica ao consumidor final, além de realizar o transporte e o armazenamento do produto.  Da forma como foi redigida a presente minuta, a comercialização direta não garantirá que o produto chegará até o consumidor em conformidade com as especificações técnicas exigidas pela ANP e, muito menos, que este receberá a assistência técnica devida pelo refinador.  Assim, o distribuidor de asfaltos, que exerce atividade de utilidade pública (art. 1° da RANP n°. 02/2005), é o elo da cadeia que permite haver controle de qualidade do produto até a sua entrega ao consumidor, realizando o transporte e o armazenamento dos produtos adequadamente, além de complexa assistência técnica ao longo da execução dos projetos de pavimentação asfáltica no país. Deve-se lembrar que, diferentemente dos combustíveis, não existe a figura do revendedor de asfaltos, sendo este o único agente entre produtor e consumidor.  Ademais, o Poder Público, direta ou indiretamente, é o consumidor dos produtos asfálticos, sendo um produto de forte interesse público e que deve se valer de todos os mecanismos regulatórios pertinentes para o devido controle de qualidade.  Por fim, é importante lembrar que o Distribuidor autorizado pela ANP é, atualmente, o único responsável pelo abastecimento em todo o território nacional dos asfaltos consumidos no país, valendo-se para isto, de frota de veículos especiais destinados exclusivamente ao seu transporte, num mercado extremamente competitivo.  A comercialização direta poderá, nesse sentido, ensejar abusos de posição dominante pelo refinador, acarretando no alijamento de distribuidores em determinadas regiões do país e, consequentemente, no aumento de preços ao consumidor final por ausência de competitividade. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 25, § 1º | § 1º O disposto no caput não se aplica ao ~~processador de~~ gás natural eventualmente produzido por produtor de derivados de gás natural. | Entendemos que o objetivo é restringir a venda ao consumidor final fora das hipóteses legalmente autorizadas apenas no caso do gás natural. No caso dos derivados de gás natural, não há essa restrição jurídica no desenho do mercado e, portanto, entendemos que não deve ser criada essa limitação. |
| Petrobras | Art. 25, § 2º | § 2º ~~No caso previsto no inciso I,~~ O refinador de petróleo ou o distribuidor de combustíveis ~~poderá~~ poderão realizar a mistura obrigatória de óleo diesel A com biocombustível ~~biodiesel B100~~, nos termos da regulamentação vigente. | O objetivo é deixar claro quais os agentes podem efetuar a mistura do óleo diesel A ao biodiesel, compatibilizando com o disposto no art. 3º, § 1º, da Resolução ANP nº 45/2014, que estabelece que somente os distribuidores e as refinarias autorizados pela ANP poderão realizar a mistura óleo diesel A/biodiesel e/ou diesel renovável para efetivar sua comercialização. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 25, § 2º | § 2º No caso previsto no inciso I e II, ~~o refinador~~ a refinaria de petróleo e a central petroquímica produtora de combustível poderão ~~poderá~~ realizar a mistura obrigatória de óleo diesel A com biodiesel B100, nos termos da regulamentação vigente. | A refinaria e a central petroquímica ocupam posições semelhantes na cadeia. Portanto, para pleno exercício das atividades de produção de derivados, é necessário que as centrais petroquímicas também podem realizar a mistura obrigatória. |
| Petrobras | Art. 25, novo § | § 3º (novo) A mistura obrigatória de biocombustível à gasolina A deverá ser feita por distribuidor de combustíveis, nos termos da regulamentação vigente. | Propõe-se a inclusão do § 3º de forma a garantir a compatibilidade com o disposto no art. 4º da Resolução ANP 807/2020, que estabelece a especificação da gasolina de uso automotivo, e permitindo aos agentes econômicos flexibilidade e liberdade de contratação ao definir o modelo mais viável de comercialização direta de gasolina A do produtor para o consumidor final, observando o disposto na regulamentação vigente. |
| Petrobras | Art. 25, § 3º | Renumerado para §4º em função da inserção do novo parágrafo §3º.  § 4º O consumidor final de gasolina A e C, óleo diesel A e B, Querosene de Aviação (QAV-1 ou JET A-1 ou B-X) e Gasolina de Aviação (GAV ou AVGAS) deverá possuir ponto de abastecimento, nos termos da Resolução ANP nº 12, de 21 de março de 2007, observados os incisos I e II. | Compatibilizar com os derivados de petróleo abarcados pela Resolução ANP nº 12/2007. |
| Vale | Art. 25, § 3º | § 3º O consumidor final deverá possuir ponto de abastecimento ou utilizar as instalações do detentor quando se tratar de pessoa jurídica coligada, controlada ou controladora, nos termos da Resolução ANP nº 12, de 21 de março de 2007, observados os incisos I e II. | O art. 25 é um grande avanço, pois introduz maior competitividade, abertura e concorrência nos preços de derivados, e consequentemente, possibilita a redução de custos em operações logísticas e mineração.  Contudo, para consolidar esse avanço, entendemos ser imprescindível garantir que empresas coligadas, controladas ou controladoras, que muitas vezes possuem operações logísticas integradas com o detentor do ponto de abastecimento, possam utilizar parte da capacidade da instalação, de modo a adquirir os derivados diretamente do produtor e armazená-lo no ponto de abastecimento do detentor (este último funcionando como uma espécie de depositário do combustível) para abastecer exclusivamente os veículos da coligada, controlada ou controladora, otimizando assim custos que são relevantes em operações logísticas.  Assim, esse insumo (combustível) fica alocado diretamente nas coligadas, controladas ou controladoras e não no detentor do ponto de abastecimento. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 25, § 3º | § 3º Conforme aplicável,~~O~~ o consumidor final de gasolina C, óleo diesel B, Querosene de Aviação (QAV-1 ou JET A-1 ou B-X) e Gasolina de Aviação (GAV ou AVGAS) deverá possuir ponto de abastecimento ou ponto de abastecimento de aviação, nos termos da Resolução ANP nº 12, de 21 de março de 2007 e na Resolução ANP nº 17/2006, observados os incisos I e II. | Sugestões de redação para compatibilizar a obrigação de ter posto de abastecimento apenas para aqueles consumidores em relação aos quais a regulação impõe a obrigação de ter postos de abastecimento.  A previsão da obrigação de forma irrestrita pode inviabilizar a comercialização ao consumidor final de derivados para os quais não há previsão de obrigatoriedade de ponto de abastecimento. |
| Petrobras | Art. 25, novo § | § 5º Os requisitos para a venda direta pelo refinador de petróleo com o consumidor final de gasolina, diesel e combustíveis de aviação estão previstos neste art. 25. Com relação aos demais derivados, o refinador de petróleo está autorizado a comercializar com o consumidor final sem restrições, respeitando a regulação vigente. | Mitigar dúvidas em caso de comercialização direta para consumidores finais de outros combustíveis que não diesel, gasolina e QAV. |
| ABEDA | Art. 25, novo § | Proposta subsidiária: inclusão do § 4º, caso a proposta de alteração do § 1º não seja acatada:  § 4º O produtor, na hipótese de comercialização direta de asfaltos ao consumidor final, deverá promover o controle de qualidade até a entrega do produto e prestar assistência técnica, devendo o consumidor possuir instalações de armazenamento em conformidade com a Norma ABNT NBR 17.505 e a legislação ambiental aplicável. | Em caso de não deferimento da proposta anterior, a ANP deve ao menos prever uma **isonomia** entre os agentes de mercado (produtores e distribuidores).  Nesse sentido, lembra-se que é uma obrigação regulatória do distribuidor de asfaltos, nos termos da RANP n°. 02/2005, garantir a qualidade do produto e prestar toda a assistência técnica ao consumidor final. Assim, havendo a possibilidade do refinador realizar a venda direta, este deverá, da mesma maneira, prestar ao consumidor toda a assistência que lhe é devida.  Ademais, devido às peculiaridades do asfalto, produto que deve ser mantido em condições de armazenamento adequadas pelo consumidor final para que não haja a deterioração das suas características, deve-se exigir que as instalações estejam em conformidade com as normas técnicas, para garantir a preservação das suas especificações técnicas e a proteção ao meio ambiente. |
| IBP | CAPÍTULO IX | PRESTAÇÃO  ~~DE SERVIÇO~~ DE ATIVIDADE PARA TERCEIROS | A atividade de refino de petróleo ou de processamento de gás natural é qualificada como uma espécie de “industrialização por encomenda”, desempenhada no curso da cadeia de circulação do gás natural, resultando na incidência do ICMS. A jurisprudência atual contribui para o entendimento de que as atividades de industrialização por encomenda desenvolvidas no curso da cadeia produtiva devem ser consideradas insumos ao processo industrial ou comercial, e, por isso, sujeitas ao ICMS. Dessa forma, sugerimos exclusão da terminologia “prestação de serviço”. |
| Petrobras Distribuidora | Art. 26 | Art. 26. Fica permitida ao produtor de derivados de petróleo e gás natural a prestação de serviço de armazenagem de derivados, em tanques de armazenamento, inclusive, para a utilização de seus terminais e dutos de sua instalação produtora, para outro agente regulado pela ANP, nos termos da regulamentação vigente para cada atividade regulada. | INCLUSÃO em linha com o princípio de acesso às estruturas, conforme regulamentação vigente e amplamente também debatido na revisão da PANP 251. |
| ABEDA | Art. 26 | Art. 26. Fica permitida ao produtor de derivados de petróleo e gás natural a prestação de serviço de armazenagem de derivados, em tanques de armazenamento de sua instalação produtora, para outro agente regulado pela ANP, bem como contratar serviços de armazenamento junto a outros agentes regulados, nos termos da regulamentação vigente para cada atividade regulada. | Entendemos que o produtor poderá tanto ser contratado quanto ser contratante, podendo, eventualmente, utilizar das instalações de armazenagem de outros agentes regulados, a exemplo dos distribuidores de asfaltos. |
| Ipiranga | Art. 26 | Art. 26. Fica permitida ao produtor de derivados de petróleo e gás natural a prestação de serviço de armazenagem de derivados, em tanques de armazenamento de sua instalação produtora, ~~para outro agente regulado pela ANP, nos termos da regulamentação vigente para cada atividade regulada~~ somente nas hipóteses em que for necessária para a devida prestação dos serviços de produção prevista nos artigos 27 e 28. | A permissão de prestação de serviço de armazenagem é contrária as políticas públicas recentes para incentivo de construção de infraestrutura e novas licitações. A manutenção desta prestação de serviço prejudicará e frustrará os investimentos portuários já firmados e tenderá a esvaziar as novas licitações. Contudo, entende-se que, caso a armazenagem seja necessária para a atividade de prestação de produção, esta deve ser permitida. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 26 | Art. 26. Fica permitida ~~ao produtor~~ à instalação de produção de derivados de petróleo e gás natural a prestação de serviço de armazenagem de derivados, em tanques de armazenamento de sua instalação ~~produtora~~ de produção, para outro agente regulado pela ANP, nos termos da regulamentação vigente para cada atividade regulada. | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| Petrogal | Art. 26, caput e novo parágrafo único | “Art. 26. Fica permitida ao produtor de derivados de petróleo e gás natural a prestação de atividade ~~serviço~~ de armazenagem e expedição de derivados, em tanques de armazenamento de sua instalação produtora, para outro agente regulado pela ANP, nos termos da regulamentação vigente para cada atividade regulada.”  “Parágrafo Único: o produtor de derivados deverá dar acesso aos contratantes das atividades de produção de derivados de forma não discriminatória às atividades de armazenagem e expedição de derivados.” | Sugerimos que seja feita referência não somente à atividade de armazenagem como de expedição de derivados também.  Nesse sentido, ambas as atividades deverão ser oferecidas aos contratantes de forma transparente e não discriminatória. |
| ABTL | Art. 26, caput e novo parágrafo único | Art. 26. Fica vedada ~~permitida~~ ao produtor de derivados de petróleo e gás natural a prestação de serviço de armazenagem de derivados, em tanques de armazenamento de sua instalação produtora, para outro agente regulado pela ANP, nos termos da regulamentação vigente para cada atividade regulada.  Parágrafo único. Fica vedado ao produtor de derivados de petróleo e gás natural, o armazenamento de derivados de petróleo por ele não produzidos ou decorrentes de importação, nos tanques de armazenamento de sua instalação produtora. | O caput do art. 26 propõe a alteração para vedar ao produtor de derivados de petróleo e gás natural a prestação de serviço de armazenagem de derivados, em tanques de armazenamento de sua instalação produtora, para outro agente regulado pela ANP.  O parágrafo 1º esclarece a vedação ao produtor de funcionar como terminal ou base de distribuição, impedindo que produtos pode ele não produzidos, nos tanques de armazenamento de sua instalação produtora. O dispositivo busca evitar o desvirtuamento da função precípua do produtor de combustíveis, que é a atividade de produção de derivados de petróleo, vedando a possibilidade de atuar como importador/armazenador/comercializador.  É necessária literal disposição regulatória para delimitar a atividade do refinador de petróleo, sob pena de que a ausência regulatória sirva de salvo conduto modificação do *core bussines* do refinador de petróleo, para aquisição e comercialização no mercado interno de derivados produzidos em outros países. Sem delimitação literal da atividade de produção de derivados de petróleo, a atividade inerente indústria de produção pode ser colocada em segundo plano, enfraquecendo a atividade de refino no país.  **CONSIDERAÇÕES SOBRE OS IMPACTOS DA LIBERAÇÃO DA PRESTAÇÃO SERVIÇOS NO MERCADO DE TERMINAIS DE GRANÉIS LÍQUIDOS):**  **1) Da desconsideração dos limites da barreira divisória entre *midstream* e *downstream***– A proposta contida no art. 26 da minuta ultrapassa os limites da barreira divisória entre as *midstream* e *downstream*, justamente porque são definidos os papéis e responsabilidades de cada agente da cadeia de suprimento de combustíveis (produtor, transportador, distribuidor e revendedor), gerando impactos e desequilíbrios concorrenciais.  A afirmação de que essa barreira será desrespeitada, com a permissão do produtor de derivados prestar serviços de armazenagem, se assemelhando ao um terminal de combustíveis, já foram objeto de atenção pela Diretoria 2 na Proposta de Ação N. º 0369/2018. Na época em que estava sendo editada a Resolução ANP N. º 745/2018, a Diretoria 2 da ANP, na Proposta de Ação n. º 0369/2018, observou em seu relatório constante no processo de alteração da norma, que não foram mensuradas pela SDL e SDR, a desconsideração de barreira entre *midstream* e *downstream*, e que poderiam gerar impactos concorrenciais, especialmente considerando-se o forte papel centralizador desempenhado pela Petrobras e a sua possível alienação de refinarias, poderá, acarretar na criação de distorções estruturais sérias:  *“4. Entre os itens apontados, consta a modificação do Artigo 31 da RANP 58/2014, com vistas a ampliar a cessão de espaço em outros agentes. Na ocasião, a equipe técnica concluiu que esta modificação não seria de simples implementação/pacificado (fls. 05), informando que há impactos concorrenciais na desconsideração de barreira entre mid e downstream. Os impactos concorrenciais, especialmente considerando-se o forte papel centralizador desempenhado pela Petrobras, pode criar distorções estruturais sérias e - neste momento - não mensuradas pela SDL, tampouco pela SDR”. (grifos nossos)*  Frise-se que no curso do processo para aprovação da Resolução ANP n. º 745/2018, não foi possível identificar efetivamente essa mensuração por parte da ANP, mesmo que amplamente criticado pela maioria das entidades e agentes de mercado atingidos pela regulação. Atualmente, com a publicação do Aviso de Consulta e Audiência Públicas nº 16/2020, também não se identificou na Nota Técnica nº 1/2020/SPC/ANP-RJ, Parecer nº 139/2020/PFANP/PGF/AGU e Parecer nº 2/2020/SPC/ANP-RJ, qualquer avaliação sobre os impactos da permissão do produtos de derivados prestar serviços de armazenagem para outros agentes regulados.  **2) Segurança jurídica e o risco regulatório sobre a atividade de armazenagem de derivados de petróleo**  A utilização de espaços nos tanques de refinarias irá desestimular os investimentos em bases de distribuição e terminais, na medida em que a utilização das refinarias traria um enorme desequilíbrio de mercado, gerando, futuramente, uma perigosa capacidade ociosa no setor. Os projetos que vem sendo desenvolvidos pelos investidores levaram em consideração o cenário existente até o momento. As alterações propostas, relevantes e impactantes no mercado de combustíveis, podem inviabilizar diversos empreendimentos que já iniciaram seus projetos de expansão.  A exploração pelos produtores da atividade de serviços de armazenagem, por mais que ANP considere que esses contratos de cessão de espaço sejam apenas de uso secundário, em momentos que parte da tancagem existente esteja sem utilização ou subutilizada, a proposta afetará toda oferta de serviços no mercado de terminais.  Em outro aspecto, é importante assinalar que os projetos para construção de novos terminais vêm sendo desenvolvidos pelos investidores, e levam em consideração o cenário existente até o momento, sem a inclusão dos tanques de armazenamento de refinarias como possíveis espaços a serem ofertados, o que será motivo para modificação relevante e impactante no mercado de armazenamento de derivados de petróleo, o que poderia inviabilizar diversos empreendimentos que já iniciaram seus projetos de expansão.  Desta forma, existindo possibilidade dos produtores, principalmente os refinadores de derivados, prestarem de serviços de armazenagem, seguramente vão gerar enormes desequilíbrio de mercado de armazenamento, gerando, futuramente, uma perigosa capacidade ociosa no setor.  **3) Ausência da realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR)**  Destaque-se a ausência da realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR) para matéria aqui tratada, considerando a seriedade dos impactos das propostas sobre a indústria de produção de derivados de petróleo e o mercado de armazenamento em terminais.  Note-se que não se localiza qualquer avaliação sobre os impactos da permissão dos produtores prestarem serviços de armazenagem para outros agentes regulados, nos documentos que sustentam a CAP 16/2020, quais sejam: 1) Nota Técnica nº 1/2020/SPC/ANP-RJ, 2) Parecer nº 139/2020/PFANP/PGF/AGU e 3) Parecer nº 2/2020/SPC/ANP-RJ.  A Lei nº 9.478/97 não exige da ANP a realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR) como fez a lei que criou outras agências reguladoras. Entretanto, a Lei nº 13.848/2019 (art. 6) que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras e altera legislação específica, trouxe a obrigação de realizar AIR, assim como a necessidade trazer informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo.  O assunto é muito sensível e poderá ter impactos não mensurados pela 1) Nota Técnica nº 1/2020/SPC/ANP-RJ, 2) Parecer nº 139/2020/PFANP/PGF/AGU e 3) Parecer nº 2/2020/SPC/ANP-RJ, sendo ideal observar os novos regulamentos e todos os seus requisitos, com as devidas cautelas necessárias para criar a nova norma regulamentadora.  A AIR é basilar para a garantia de estabilidade jurídica, fundamental para ocorrência de investimentos, notadamente em infraestrutura.  No mesmo sentido, o Decreto n. º 10.411/2020, exige requisito para subsidiar a alterações regulatórias para revisão das normas, como conteúdo do relatório detalhado e complementado com elementos adicionais específicos do caso concreto, de acordo com o seu grau de complexidade, abrangência e repercussão da matéria em análise. Inclusive, há a necessidade de ser avaliado a razoabilidade do seu impacto econômico, alinhando-se a Lei nº 13.874/2019*.*  Desta forma, caso SPC/ANP opte por prosseguir com a proposta contida na minuta, é razoável a suspensão da iniciativa regulatória contida na Consulta e Audiência Públicas N º 16/2020, em atenção ao disposto nos dispositivos legais supramencionados, bem como ao contido no Decreto n. º 9.830/2019 (LINDB), em relação a ausência de fundamento para subsidiar a revisão regulatória. |
| Petrobras Distribuidora | Art. 26, novo parágrafo único | Parágrafo único: No caso de produtor derivados de petróleo assumirá todas as obrigações decorrentes da operação como terminal, atendendo integralmente a regulação existente, incluindo, mas não se limitando ao acesso de terceiros ao terminal quando houver capacidade de movimentação disponível e ociosa. | INCLUSÃO - em linha com o princípio de acesso às estruturas, conforme regulamentação vigente e amplamente debatido na revisão da PANP 251.  Necessário equiparar as obrigações dos agentes que prestam serviços de armazenagem segundo a RANP 784/2019, inclusive quanto à homologação de contratos. |
| IBP  BRASKEM | Art. 27, caput | Art. 27. Fica permitida a prestação de atividade ~~serviço~~ de refino de petróleo e processamento de gás natural para terceiros nas instalações autorizadas por esta Resolução. | A atividade de refino de petróleo ou de processamento de gás natural é qualificada como uma espécie de “industrialização por encomenda”, desempenhada no curso da cadeia de circulação do gás natural, resultando na incidência do ICMS. A jurisprudência atual contribui para o entendimento de que as atividades de industrialização por encomenda desenvolvidas no curso da cadeia produtiva devem ser consideradas insumos ao processo industrial ou comercial, e, por isso, sujeitas ao ICMS. Dessa forma, sugerimos exclusão da terminologia “prestação de serviço”. |
| ABIQUIM | Art. 27, caput | Art. 27. Fica permitida a prestação de serviço de refino de petróleo, ~~e~~ processamento de gás natural e formulação de combustível nas instalações autorizadas por esta Resolução. |  |
| ABAL  ABIQUIM  ABRACE | Art. 27, §§ 1º e 2º | ~~§ 1º Somente poderá contratar o serviço de refino de petróleo outro refinador, produtor de combustíveis em central petroquímica ou contratante de prestação de serviço cadastrado na ANP.~~  ~~§ 2º Somente poderá contratar o serviço de processamento de gás natural outro processador, produtor de combustíveis em central petroquímica ou contratante de prestação de serviço cadastrado na ANP.~~ | Considerando a finalidade da nova norma proposta, que é trazer mais dinâmica ao mercado de derivados, não nos parece adequado, tampouco compatível com a legislação vigente – e os intentos de abertura do mercado – a restrição à contratação  dos serviços de refino de petróleo e processamento de gás natural à agentes específicos na cadeia.  A referida limitação vai de encontro ao movimento de abertura do mercado de petróleo e gás natural iniciados pelo Governo Federal pelas iniciativas tomadas no âmbito do “novo mercado de gás” e do processo de desinvestimento da Petrobras.  Nesse sentido, propomos que qualquer agente da indústria do petróleo e do gás natural sejam possibilitados de fazer a contratação dos serviços das refinarias e UPGNs, pois é compatível com a legislação vigente.  Uma vez realizada a inclusão da definição do agente contratante de prestação de serviço no art. 2º, considera-se desnecessário o detalhamento do art. 27º. Portanto, sugere-se a exclusão dos parágrafos 1º, 2º e 3º. |
| Raízen | Art. 27, §§ 1º ao 5º | § 1º Somente poderá contratar o serviço de refino de petróleo o ~~outro refinador, produtor de combustíveis em central petroquímica ou~~ refinador por equiparação ~~contratante de prestação de serviço~~ cadastrado na ANP.  § 2º Somente poderá contratar o serviço de processamento de gás natural o ~~outro processador, produtor de combustíveis em central petroquímica ou~~ produtor de gás natural por equiparação ~~contratante de prestação de serviço~~ cadastrado na ANP.  ~~§ 3º O cadastramento como contratante de prestação de serviço, citado nos §§ 1º e 2º, somente poderá ser requerido por sociedade produtora de petróleo e gás natural no Brasil, que deverá encaminhar à ANP os documentos constantes do art. 6º, incisos I e II.~~ **(deslocado para o art. 24, *caput*)**  ~~§ 4º Será indeferido o cadastro do contratante de prestação de serviço nos casos dispostos no art. 13, incisos II e III~~. **(deslocado para o art. 24, § 1º)**  ~~§ 5º O contratante de prestação de serviço, de modo análogo ao produtor de derivados de petróleo e gás natural, deverá atender ao disposto no art. 29, inciso I~~. **(deslocado para o art. 24, § 2º)** | Idem à justificativa para a inclusão de novos incisos no art. 2º. |
| Petrobras Distribuidora | Art. 27, § 1º | § 1º Somente poderá contratar o serviço de refino de petróleo outro refinador, produtor de combustíveis em central petroquímica, distribuidoras ou contratante de prestação de serviço cadastrado na ANP. | INCLUSÃO das distribuidoras entre os agentes que podem contratar o serviço de refino. O modelo pode ampliar a atuação dos produtores, possibilitando *tolling agreements*.  Ressalta-se que o modelo já ocorre internacionalmente, com refinadores focados na operação dos ativos. |
| IBP  BRASKEM | Art. 27, § 1º | § 1º Somente poderá contratar a atividade ~~o serviço~~ de refino de petróleo outro refinador, produtor de combustíveis em central petroquímica, ou contratante da atividade de refino de petróleo ~~de prestação de serviço~~ cadastrado na ANP. | A atividade de refino de petróleo ou de processamento de gás natural é qualificada como uma espécie de “industrialização por encomenda”, desempenhada no curso da cadeia de circulação do gás natural, resultando na incidência do ICMS. A jurisprudência atual contribui para o entendimento de que as atividades de industrialização por encomenda desenvolvidas no curso da cadeia produtiva devem ser consideradas insumos ao processo industrial ou comercial, e, por isso, sujeitas ao ICMS. Dessa forma, sugerimos exclusão da terminologia “prestação de serviço”.  Manutenção dos agentes previstos na RANP 16/2010 e inclusão do contratante. |
| Petrobras Distribuidora | Art. 27, § 2º | § 2º Somente poderá contratar o serviço de processamento de gás natural outro processador, produtor de combustíveis em central petroquímica, concessionária de distribuição estadual, comercializadora de gás natural ou contratante de prestação de serviço cadastrado na ANP. | INCLUSÃO para abarcar a possibilidade de comercializadora adquirir "gás" de um produtor e contratar o "processamento" com outra empresa.  Exemplo: Comercializador contrata um gás rico de um produtor *offshore* e depois contrata o tratamento, transporte e distribuição do produto.  Em linha com o proposto para o refino. Previsão de distribuidora contratar refinador. |
| IBP  BRASKEM | Art. 27, § 2º | § 2º Somente poderá contratar a atividade ~~o serviço~~ de processamento de gás natural outro processador, produtor de combustíveis em central petroquímica ou contratante da atividade de processamento de gás natural ~~prestação de serviço~~ cadastrado na ANP. | Idem às justificativas apresentadas na Seção V  Manutenção dos agentes previstos na RANP 17/2010 e inclusão do contratante. |
| SIM | Art. 27, § 3º | Alterar a redação do §3º a fim de incluir os comercializadores de gás natural no rol de possíveis contratantes do serviço de processamento:  § 3º O cadastramento como contratante de prestação de serviço, citado nos §§ 1º e 2º, somente poderá ser requerido por sociedade produtora de petróleo e gás natural no Brasil, que deverá encaminhar à ANP os documentos constantes do art. 6º, incisos I e II, ou por comercializador de gás natural autorizado pela ANP. | Nesse ponto, é importante citar o “Modelo Conceitual do Mercado de Gás Natural”, atualmente em consulta prévia, por meio do qual a ANP buscou dar publicidade e colher contribuições a respeito de sua visão para o desenvolvimento do mercado de gás natural no Brasil.  O referido documento apresenta as interações físicas e contratuais entre os diversos agentes atuantes na indústria do gás natural que a ANP considera salutares para o desenvolvimento de um mercado de gás dinâmico, diverso e competitivo, em conformidade com as demais iniciativas governamentais já mencionadas.  O fluxograma de operações comerciais do gás natural constante do referido documento (fig. 12, pág. 38) classifica genericamente o agente que compra gás natural diretamente do produtor como “adquirente de gás (comercializador)”, sem especificar se essa transação ocorre antes ou depois do processamento. Apesar de ter optado, por razões didáticas, pela simplificação dos fluxos comerciais, não há nenhuma razão, ao nosso ver, que justifique restringir o papel de adquirente de gás às sociedades produtoras nas transações comerciais realizadas a montante do processamento.  Não é difícil imaginar casos em que o adquirente seja uma figura distinta do produtor de gás. Um comercializador pode ter interesse em adquirir gás não especificado diretamente do produtor, ficando ele responsável pela contratação do serviço de processamento.  Permitir esse tipo de operação pode facilitar, por exemplo, a destinação ao mercado da produção de pequenos produtores que, devido à falta de escala, não teriam incentivos econômicos para produzir pequenas quantidades de gás em função dos custos logísticos e de transação associados à construção da infraestrutura e/ou contratação dos serviços de escoamento e processamento.  Nesse caso, um comercializador (adquirente) poderia negociar a aquisição de gás junto a diferentes produtores de uma mesma região de produção e, assim, alcançar uma escala que justifique a negociação e contratação destes serviços.  Se, por um lado, é natural que esse papel de aglutinador seja exercido por um dos produtores atuantes na região, para atingir os objetivos de diversidade de agentes e livre competição no mercado, consideramos salutar que seja permitido que outros agentes da cadeia do gás atuem da mesma forma.  Como pode ser observado no gráfico abaixo, desde o lançamento do programa “Novo Mercado de Gás”, diversos agentes não produtores requereram autorização para exercer as atividades de carregamento e comercialização junto à SIM.    \* Até 21/10/2020  Os números acima ilustram o “apetite” do mercado e indicam que uma grande variedade de arranjos comerciais pode ocorrer.  Reforçamos, portanto, a sugestão de inclusão dos comercializadores de gás natural no rol de agentes aptos a contratar o serviço de processamento. |
| Petrogal | Art. 27, § 3º | § 3º O cadastramento como contratante ~~de prestação de serviço~~ da atividade de produção de derivados de petróleo e gás natural, citado nos §§ 1º e 2º, somente poderá ser requerido por sociedade produtora de petróleo e gás natural no Brasil ou por empresa integrante do grupo econômico da sociedade produtora de petróleo e gás natural, que dever~~á~~ão encaminhar à ANP os documentos constantes do art. 6º, incisos I e II. | Se o objetivo dessa resolução é permitir a abertura do mercado, esse parágrafo deveria ter o seu escopo ampliado de forma a possibilitar que a sociedade produtora possa definir qual a sua estrutura societária ótima para esse fim. Nesse sentido, propõe-se que seja permitido que empresas do grupo econômico da sociedade produtora também possam requerer o cadastramento como contratante da atividade. |
| ABAL  ABIQUIM | Art. 27, § 3º | § 3º O cadastramento como contratante de prestação de serviço~~, citado nos §§ 1º e 2º~~, somente poderá ser requerido ~~por sociedade produtora de~~ agente da indústria do petróleo e gás natural ~~no Brasil~~, inclusive consumidor final, que deverá encaminhar à ANP os documentos constantes do art. 6º, incisos I e II. | Idem à justificativa do art. 27, §§ 1º e 2º. |
| IBP  BRASKEM | Art. 27, § 3º e novos §§ | § 3º O cadastramento como contratante ~~de prestação de serviço~~ da atividade de refino de petróleo, citado no § 1º, somente poderá ser requerido por sociedade produtora de petróleo e gás natural no Brasil, que deverá encaminhar à ANP os documentos constantes do art. 6º, incisos I e II.  § xxº O cadastramento como contratante ~~de prestação de serviço~~ da atividade de processamento de gás natural, citado no § 2º, somente poderá ser requerido:   1. em até dois anos após a publicação desta Resolução (período de transição), por sociedade produtora de petróleo e gás natural no Brasil e por empresa integrante do grupo econômico da sociedade produtora; e 2. após o período de transição citado na alínea “a” acima, por:    * sociedade produtora de petróleo e gás natural no Brasil e por empresa integrante do grupo econômico da sociedade produtora;    * consumidor livre;    * autoprodutor;    * auto importador; e    * comercializador de gás natural autorizado pela ANP.   § xxº O agente interessado em solicitar o cadastramento como contratante da atividade de refino de petróleo ou de processamento de gás natural, de que tratam os §§ 1º e 2º~~, que~~ deverá encaminhar à ANP os documentos constantes do art. 6º, incisos I e II. | Sugerimos dividir o § 3º em duas partes para melhor endereçar as peculiaridades de cada atividade:   1. atividade de refino 2. atividade de processamento de gás natural   Com isso, ficará claro quem serão os contratantes de cada uma das atividades, bem como suas disposições transitórias  Na parte de refino, manutenção da redação original, com pequeno ajuste, cujas justificativas estão apresentadas na Seção V.  Quanto à parte de processamento de gás natural, propomos o estabelecimento de um período de transição prévio à ampliação da abrangência dos agentes aptos à contratação de processamento de gás natural, em função de dois aspectos, quais sejam:  • Risco de descontinuidades da produção de óleo e gás natural, em decorrência de falhas na expedição de derivados líquidos de gás natural;  • Limitação indicada no âmbito das discussões relativas ao Ajuste SINIEF que visa à concessão de tratamento diferenciado para o cumprimento de obrigações tributárias relacionadas ao processamento de gás natural.  No que tange ao primeiro aspecto supramencionado, o objetivo do período de transição é de possibilitar o tempo necessários à execução de estudos e implantação dos investimentos na infraestrutura necessária para suportar as perspectivas de aumento da produção de derivados líquidos, mitigando potenciais riscos de restrição à produção de petróleo e gás natural no país.  A entrada gradual de novos agentes possibilitaria uma fase inicial de organização do mercado, na medida que os produtores (incluindo as empresas integrantes do mesmo grupo econômico), possuem potencialmente um maior incentivo econômico em garantir o fluxo de produção de óleo e gás, através de uma operação mais diligente e, posteriormente, pela implantação de novas infraestruturas que reduzam eventuais gargalos nas operações logísticas dos derivados líquidos de gás natural.  Em relação à limitação indicada nas discussões relativas ao ajuste SINIEF, a inclusão de outros agentes além dos produtores, neste momento, ensejaria maior complexidade na negociação de revisão da Legislação Tributária para alteração dos termos originalmente discutidos, especialmente no que tange ao cumprimento das obrigações tributárias. Além disso, a entrada gradual de novos agentes permitirá o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle em um cenário de abertura de mercado.  Após o período de transição, propõe-se já estabelecer a possibilidade da ampliação do acesso a outros agentes, promovendo maior dinamismo e competição, através do incremento das alternativas de comercialização, dado nesta proposta o acesso às UPGNs estaria vedado somente às transportadoras de gás natural, distribuidoras de gás canalizado e os consumidores cativos.  Ajuste de redação visando deixar claro os dois tipos de contratantes, conforme proposta anterior. |
| IBP | Art. 27, § 4º | § 4º ~~Será indeferido o~~ O cadastro do contratante ~~de prestação de serviço~~ da atividade de refino de petróleo e de processamento de gás natural deverá observar o disposto ~~nos casos dispostos~~ no art. 13, incisos II e III. | A atividade de refino de petróleo ou de processamento de gás natural é qualificada como uma espécie de “industrialização por encomenda”, desempenhada no curso da cadeia de circulação do gás natural, resultando na incidência do ICMS. A jurisprudência atual contribui para o entendimento de que as atividades de industrialização por encomenda desenvolvidas no curso da cadeia produtiva devem ser consideradas insumos ao processo industrial ou comercial, e, por isso, sujeitas ao ICMS. Dessa forma, sugerimos exclusão da terminologia “prestação de serviço”. Além disso, foi sugerida a alteração da redação para melhoria de forma. |
| ABAL  ABIQUIM | Art. 27, § 4º | § 4º Será indeferido o cadastro do contratante ~~de prestação de serviço~~ da atividade de refino de  petróleo e de processamento de gás natural nos casos dispostos no art. 13, incisos II e III. | Idem à justificativa do art. 27, §§ 1º e 2º. |
| Petrogal | Art. 27, § 5º | Excluir. | Entendemos que essa Agência tem por objetivo solicitar informações dos contratantes das atividades de processamento e demais atividades de produção de derivados, assim como é solicitado aos Produtores de Derivados.  Entretanto, entendemos que, da forma como endereçado, não fica claro quais as informações a Agência visa receber desses agentes uma vez que o art. foi criado especificamente para os Produtores de Derivados, qual seja: “informações sobre suas atividades, relativas ao mês anterior, nos termos da Resolução ANP nº 729, de 11 de maio de 2018, mesmo nos meses em que a instalação produtora esteja, ainda que temporariamente, fora de operação”.  Desse modo, sugerimos excluir esse parágrafo e, caso a Agência julgue pertinente, que seja criado um item específico com a relação de informações que tem a intenção de receber dos contratantes das atividades de processamento e demais atividades de produção de derivados. Vale ressalvar que os contratantes de processamento e demais atividades de produção de derivados já enviam informações para a Agência no âmbito das respectivas regulamentações aplicáveis e as informações relativas a produção de derivados serão enviadas por tais Produtores de Derivados. |
| IBP  BRASKEM  ABAL  ABIQUIM | Art. 27, § 5º | § 5º O contratante ~~de prestação de serviço~~ da atividade de refino de petróleo e de processamento de gás natural, de modo análogo ao produtor de derivados de petróleo e gás natural, deverá atender ao disposto no art. 29, inciso I. | A atividade de refino de petróleo ou de processamento de gás natural é qualificada como uma espécie de “industrialização por encomenda”, desempenhada no curso da cadeia de circulação do gás natural, resultando na incidência do ICMS. A jurisprudência atual contribui para o entendimento de que as atividades de industrialização por encomenda desenvolvidas no curso da cadeia produtiva devem ser consideradas insumos ao processo industrial ou comercial, e, por isso, sujeitas ao ICMS. Dessa forma, sugerimos exclusão da terminologia “prestação de serviço”.  Comentário: Sugerimos explicitar quais informações devem ser prestadas pelo contratante da atividade. A nosso ver, a Agência busca uma equiparação com relação ao dever de prestação de informação, entretanto, entendemos que as informações a serem fornecidas pelos produtores de derivados não serão as mesmas que os contratantes deverão fornecer, inclusive podendo haver duplicidade de informações da forma como foi estabelecido. Caso a Agência entenda necessário, sugerimos que haja um art. específico com relação à lista de documentos que a contratante deverá apresentar.  Idem à justificativa do art. 27, §§ 1º e 2º. |
| Petrobras Distribuidora | Art. 28 | Art. 28. Fica permitida a prestação de serviço de formulação de gasolina e óleo diesel para outro formulador, refinador de petróleo, distribuidoras ou produtor de combustíveis em central petroquímica, nas instalações de formulação autorizadas por esta Resolução”. | INCLUSÃO para que distribuidoras façam parte dos agentes que possam contratar o serviço de formulação. |
| IBP | Art. 28 | Art. 28. Fica permitida a prestação ~~de serviço~~ da atividade de formulação de gasolina e óleo diesel para outro formulador, refinador de petróleo ou produtor de combustíveis em central petroquímica, nas instalações de formulação autorizadas por esta Resolução. | A atividade de refino de petróleo ou de processamento de gás natural é qualificada como uma espécie de “industrialização por encomenda”, desempenhada no curso da cadeia de circulação do gás natural, resultando na incidência do ICMS. A jurisprudência atual contribui para o entendimento de que as atividades de industrialização por encomenda desenvolvidas no curso da cadeia produtiva devem ser consideradas insumos ao processo industrial ou comercial, e, por isso, sujeitas ao ICMS. Dessa forma, sugerimos exclusão da terminologia “prestação de serviço”. |
| ABIQUIM | Art. 28 | Art. 28. Fica permitida a prestação ~~de serviço~~ da atividade de formulação de ~~gasolina e óleo diesel~~ combustível pela planta de formulação de combustível para outra planta de formulação de combustível ~~para outro formulad~~or, refinaria~~dor~~ de petróleo, ~~ou produtor de combustíveis em~~ central petroquímica produtora de combustível ou agente da indústria do petróleo e gás natural cadastrado na ANP~~, nas instalações de formulação autorizadas por esta Resolução~~. |  |
| COPAPE | Art. 28, novo parágrafo único | Parágrafo único. Havendo necessidade de utilização de espaço segregado, para armazenamento de produto final acabado, a Requerente poderá se utilizar do espaço, ficando obrigada a encaminhar ofício à ANP informando a situação e as devidas justificativas. | Tal medida visa ampliar a capacidade de armazenamento dos tanques dos formuladores, em situação análoga à distribuição, já que a minuta propõe obrigações para o produtor relativas à segurança e igualmente à continuidade operacional da instalação produtora, e ao envio de informações. |
| ABIQUIM | Art. 29, caput | Art. 29. O produtor e o titular de instalação de produção de derivados de petróleo e gás natural fica obrigado a: |  |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 29, I | I - enviar mensalmente à ANP informações sobre suas atividades, relativas ao mês anterior, nos termos da Resolução ANP nº 729, de 11 de maio de 2018, mesmo nos meses em que a instalação ~~produtora~~ de produção esteja, ainda que temporariamente, fora de operação; e | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| BRASKEM | Art. 29, II | II - encaminhar relatórios anuais à ANP, até ~~31~~ 30 de ~~janeiro~~ abril do ano seguinte ao exercício, conforme modelos disponíveis na página da ANP na internet, sendo dispensada a apresentação das informações que já tenham sido apresentadas à outros órgãos reguladores, contendo: | Sugere-se alteração no inciso II e a inclusão do §2º para evitar que os agentes econômicos tenham que apresentar a mesma informação a diversos órgãos reguladores. Além disso, as informações já disponibilizadas em questão são apresentadas perante o IBAMA, por se tratar de dados relevantes sob a ótica ambiental. Por este motivo, sugerimos que a informação de competência e já solicitada por outra agência reguladora não seja exigida no âmbito da ANP, caso já tenha sido apresentada ao outro órgão regulador.  Adicionalmente, em atenção à Lei da liberdade econômica e à necessidade de análise de impacto regulatório das normativas, requer-se reconsideração quanto à obrigatoriedade de se manter estes relatórios nesta normativa, já que os dados são informados pelo SIMP. Caso tal sugestão não seja acatada, requer-se que os formulários usados para a submissão de relatórios sejam simplificados, dado que ante as informações já requeridas no SIMP e as ora previstas neste artigo, haverá um ônus regulatório adicional e a necessidade de as empresas constituírem equipe interna exclusivamente para preparar e disponibilizar relatórios para a ANP, o que, exatamente, se objetiva evitar com a análise de impacto regulatório. |
| ABIQUIM | Art. 29, II, a | a) paradas efetivamente realizadas, se aplicável; |  |
| IBP  BRASKEM | Art. 29, II, a | ~~a) paradas efetivamente realizadas~~ | **Exclusão da alínea “a” do inciso II** – junto com a comunicação mensal informando as paradas do bimestre (item V do art.30) informar também as realizadas no mês anterior. Assim não haveria a necessidade da informação anual. |
| ABEDA | Art. 29, II, novas alíneas | f) volume de produção, por derivado de petróleo e por unidade produtora;  g) volume comercializado, por derivado de petróleo e por unidade produtora, indicando a classe do agente adquirente (distribuidor, consumidor final ou comércio exterior);  h) volume de derivados de petróleo importados, por unidade produtora;  i) capacidade nominal de produção e armazenagem. | Recomenda-se a inclusão do envio de informações pertinentes à capacidade e à produção de derivados, como forma de dar maior transparência e previsibilidade ao mercado. |
| ABRACE | Art. 29, novos incisos e §§ | III - publicar mensalmente dados de previsão de uso e de disponibilidade da capacidade de processamento da UPGN, em relação aos 12 meses seguintes, para acesso a todos agentes interessados.  IV - publicar anualmente as condições comerciais relativas à concessão do serviço de processamento de gás natural a terceiros.  § 1º As condições comerciais referenciadas no art. 2º, IV, devem estar de acordo com regulação específica da ANP.  § 2º Quaisquer alterações das condições comerciais referenciadas no art. 29, IV, devem ser publicadas com pelo menos 2 meses de antecedência em relação à data de vigência das alterações. | Conforme apresentado previamente, é fundamental que a regulação defina condições comerciais principais, de modo a efetivar o acesso às infraestruturas. Desse modo é sugerida a inserção de inciso que institui a publicação das condições comerciais relativas à concessão do serviço de processamento a terceiros, com atendimento à regulação específica a ser definida pela ANP. Adicionalmente, sugere-se que seja dada publicidade às informações de uso e de disponibilidade da capacidade de processamento da UPGN aos agentes interessados. |
| IBP | Art. 29, novo parágrafo único | Parágrafo único. Para fins de cumprimento do disposto no inciso I do caput deste artigo, quando houver prestação de atividade a terceiros, o contratante da atividade de refino de petróleo e de processamento de gás natural, cadastrado na ANP de acordo com o disposto no art. 27, fica equiparado ao refinador de petróleo ou ao processador de gás natural, devendo enviar diretamente às informações relativas às suas atividade à ANP, no que couber. | Sugere-se a inclusão de parágrafo único para que o contratante encaminhe diretamente à ANP as informações relativas à comercialização e à logística dos derivados de petróleo e de gás natural, em cumprimento ao Registro da Movimentação de que trata a Resolução ANP nº 729, de 11 de maio de 2018, dado que o agente contratado (processador ou refinador) não deverá deter as informações após a saída da Unidade de Processamento de Gás Natural e/ou refinaria de petróleo. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 29, novo parágrafo único | Parágrafo único. Para fins de cumprimento do disposto no inciso I, o contratante da atividade de refino de petróleo e de processamento de gás natural, cadastrado na ANP de acordo com o disposto no art. 27, § 3º, fica equiparado ao refinador de petróleo ou ao processador de gás natural, devendo enviar diretamente às informações relativas às suas atividades à ANP. |  |
| BRASKEM | Art. 29, novo § | §2º Para ser isento de prestar os relatórios solicitados, nos termos do inciso II, o produtor de derivados de petróleo e gás natural deverá informar a ANP em quais órgãos reguladores tais informações foram previamente apresentadas. | Cf. justificativa proposta no art. 29, II. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Capítulo X  Seção II | **Partidas e Paradas da Instalação ~~Produtora~~ de Produção ou de Unidades** | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| Petrobras | Art. 30, II | II - ~~executar a desmobilização da instalação produtora ou unidade, em caso de desativação, garantindo a destinação segura de seus inventários,~~ enviar plano de desativação permanente da instalação produtora ou unidade de processo, apresentando cronograma das atividades de desativação, descrevendo os programas/procedimentos visando a eliminação de passivos ambientais existentes e recomposição das áreas degradadas, considerando questões relativas à segurança, saúde e qualidade ambiental das comunidades circunvizinhas, além de comunicar ao órgão ambiental competente e requerer à ANP o cancelamento da autorização, no todo ou em parte, nos termos do art. 38, inciso I, alínea *c*;” | A sugestão reflete o procedimento de desativação proposto nos Regulamentos Técnicos 01 e 02/2010 da ANP. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 30, II | II - em caso de desativação ~~executar a desmobilização~~ da instalação produtora ou unidade, ~~em caso de desativação~~, garantir~~ndo~~ a destinação segura de seus inventários, além de comunicar ao órgão ambiental competente e requerer à ANP o cancelamento da autorização, no todo ou em parte, nos termos do art. 38, inciso I, alínea c; | Sugerimos o ajuste no inciso II porque o termo “desmobilização” está sujeito a diferentes interpretações e não deixa claro o seu propósito, além disso, na hipótese de desativação já existem outras normas incidentes e que disciplinam as ações necessárias para garantir a finalização das atividades. |
| IBP | Art. 30, III | III - informar à ANP, em até cinco dias, a data de desativação temporária da instalação produtora ou unidade, incluindo a motivação e o período previsto, ~~observado o art. 38, inciso III, alínea~~ *~~c~~*~~;~~ | Poderá ser negociado prazo superior a 2 anos, desde que justificado para a Agência e aprovado pela mesma. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 30, III, IV e V | III - informar à ANP, em até cinco dias, a data de desativação temporária da instalação ~~produtora~~ de produção ou unidade, incluindo a motivação e o período previsto, observado o art. 38, inciso III, alínea c;  IV - solicitar vistoria, conforme modelo disponível na página da ANP na internet, a qual observará os mesmos trâmites dispostos no art. 12, caso a operação da instalação ~~produtora~~ de produção ou unidade tenha sido desativada temporariamente por período igual ou superior a um ano, e aguardar aprovação da ANP por ofício, antes da sua retomada;  V - informar à ANP as paradas programadas da instalação ~~produtora~~ de produção, bem como as de suas unidades, com as respectivas justificativas e os impactos na entrega de derivados, por meio de planilha eletrônica, conforme modelo disponível na página da ANP na internet, de acordo com o descrito abaixo:  a) até o último dia de cada mês, referente à programação dos dois meses subsequentes;  b) até vinte e quatro horas depois do início efetivo da parada; e  c) até trinta dias antes da parada, nos casos em que não seja possível garantir o atendimento do mercado com estoque de produção própria nos tanques da instalação ~~produtora~~ de produção; e | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| IBP | Art. 30, V, alínea a | a) até o último dia de cada mês, referente à programação dos dois meses subsequentes e as paradas efetivamente realizadas no mês anterior. Caso haja uma variação de até 7 dias da data programada informada no relatório, a data realizada constará no próximo relatório. Caso ocorra uma variação superior a 7 dias da data programada, observar-se-á o item b; | Com o intuito de fornecer atualizações constantes para a agência, acredita-se que o relatório bimestral possa conter informações quanto as paradas efetivamente realizadas e finalizadas no mês anterior ao envio do referido relatório.  Ainda neste item, para não haver um fluxo intenso de informações com alterações de paradas, sugere-se a flexibilização de 7 dias das datas informadas no relatório mensal, visto que podem ocorrer imprevistos na efetiva realização da parada, tais como: liberação da equipe, intempéries, atraso na entrega de materiais. |
| IBP | Art. 30, V, alínea b | b) até vinte e quatro horas úteis depois do início efetivo da parada, para aquelas que não estão informadas na relação bimestral enviada; | O prazo de 24 horas úteis permite a atualização da agência e não acarreta necessidade de fluxo de informações em finais de semana e feriados.  De acordo com a RANP 53/2015 temos que sempre informar as paradas programadas com 1 mês antes e imediatamente as não programadas/eventos que possam interromper a operação da unidade, desta forma, o informe solicitado neste item b) seria relativo a paradas programadas nas quais não se tinha conhecimento prévio da necessidade de sua realização no momento de envio do relatório. Exemplo: paradas para adequação de mercado. |
| IBP | Art. 30, VI | VI) - informar à ANP, em até vinte e quatro horas úteis da sua efetiva retomada, a data de retorno da operação das unidades, ~~após paradas programadas,~~ desativação temporária, transferência de titularidade e paradas não programadas, conforme Resolução ANP nº 44, de 2009. | Não há como garantir que uma retomada informada com 24 horas de antecedência irá realmente se realizar, visto que existem variáveis em curso dentro deste período que podem fazer com que a retomada seja adiada. Desta forma, para evitar o envio de comunicados de alterações e visto que o informativo mensal já contempla a previsão dentro do desvio aceitável, entendemos que o informe após a efetiva retomada seja mais eficaz.  Adicionalmente, solicitamos os seguintes esclarecimentos:   1. Quais as informações constarão na planilha eletrônica? 2. O envio será por sistema próprio ou pelo SEI? |
| IBP  ABIQUIM  BRASKEM | Art. 30, parágrafo único | Parágrafo único. ~~As~~ Informações sobre as paradas programadas mencionadas no inciso V poderão ser~~ão~~ publicadas na página da ANP na internet, observando o disposto no Decreto nº 7.724/2012 e no artigo 23 da Lei 12.527/2011. | A informação de parada fornecida para a agência possui característica de reservada por impactar a competitividade da Petrobras nos mercados em que atua, motivo pelo qual deve ser classificada como sigilosa em atenção ao §1º do artigo 5º do Decreto nº 7.724/2012 e do artigo 23 da Lei 12.527/2011. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 31, caput | Art. 31. O ~~produtor de derivados de petróleo e gás natural~~ titular de instalação de produção fica obrigado a: | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| IBP | Art. 31, II | *Questionamento*  *II - garantir a especificação dos derivados a serem comercializados em todo o território nacional, nos termos da regulamentação vigente; e* | Como fica a questão da garantia? O responsável pela realização da atividade será o responsável pela qualidade dos produtos/especificação? Qual a responsabilidade do contratante da atividade de processamento? |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 31, II | Excluir. | Propomos a exclusão dessa disposição, pois abaixo refletimos que tal obrigação deve ser atribuída ao titular da instalação de produção e ao comercializador conjuntamente. |
| IBP | Art. 31, III | *Questionamento*  *III - efetuar a marcação de solventes, inclusive naftas, quando da comercialização com distribuidores de solventes e produtores de solventes autorizados pela ANP, e com consumidor industrial de solventes cadastrado na ANP, nos termos da Resolução ANP nº 3, de 19 de janeiro de 2011.* | A atividade de marcação dos solventes fará parte dos contratos de atividade de processamento? |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 31, III | Excluir. | Pelo expressamente exposto na Nota Técnica nº 1/2020/SPC/ANP-RJ, não é objeto da referida norma a produção de solventes, que virá a ser objeto de CP posterior. |
| ABEDA | Art. 31, novo inciso | Apresenta- se, neste ponto, duas propostas de inclusão, de forma alternativa: IV - garantir o abastecimento nacional de derivados de petróleo, podendo a ANP exigir estoques mínimos de cada um dos produtos, em instalação própria do produtor ou de terceiro;  **ou**  IV- garantir o abastecimento de derivados de petróleo em sua área de influência, podendo a ANP exigir que o produtor adote medidas para atendimento mínimo da demanda; | Conforme preconiza a Lei n°. 9.478/1997 (Lei do Petróleo), em especial o seu art. 8°, a ANP possui como atribuição a garantia do abastecimento nacional de derivados de petróleo. Sendo assim, é necessário que a presente Resolução preveja tal obrigação aos produtores, em especial aos refinadores, dada a importância estratégica de tais produtos ao desenvolvimento do país, a exemplo do asfalto. |
| ABEDA | Art. 31, novo inciso | V - possuir laboratório próprio de controle de qualidade de derivados de petróleo; | Ademais, solicita-se a inclusão de dispositivo que exija dos produtores laboratórios de controle de qualidade próprios. Mesmo que tal exigência esteja subentendida em outros dispositivos da norma, é importante que referida obrigação esteja expressamente prevista. |
| ABTL | Art. 31, novos incisos | IV - manter segregada a tancagem do produto final acabado, não podendo ser utilizada por produtos intermediários ou mesmo outros insumos utilizados no processo produtivo. V- manter dedicada tancagem para produção de derivados de petróleo, sendo vedada a conversão total dos tanques em terminal. | É necessário fazer a inclusão dos incisos IV e V, com vistas a delimitar a atividade de produção de combustíveis, fazendo incluir da obrigação de insumos e produto final, bem como da obrigação de manter dedicada tancagem para produção de derivados, sendo vedada a conversão total dos tanques em terminal.  O texto da minuta veio desacompanhado de condicionantes, deixando a critério da própria refinaria a conversão do volume de sua tancagem. Isso significa que se o refinador entender pertinente, poderá converter 100% de sua tancagem em terminal, esquecendo-se de sua principal atividade que é a produção de derivados de petróleo.  Esse “poder” possibilita ao um grande refinador optar por converter 100% de sua tancagem para prestação de serviços, o que geraria assimetria concorrencial com os operadores de terminais, acarretando potencial de impacto na oferta e no preço dos serviços de armazenagem. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 31, § 1º | § 1º Caso o ~~produtor de derivados de petróleo e gás natural~~ titular da instalação de produção não disponha da documentação constante do inciso I, será notificado para, no prazo de trinta dias, encaminhar os documentos pendentes para ANP, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 1999, observado o disposto no art. 38, inciso II. | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| IBP | Art. 32, caput | Art. 32. O produtor de derivados de petróleo e gás natural fica obrigado a atender, no que couber, à: | Considerando que o regramento de algumas das normas citadas pode, em princípio, não ser aplicável ao processamento de gás (como por exemplo, a Resolução ANP nº 45/2013), sugerimos avaliar a alteração proposta. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 32, caput | Art. 32. O produtor, o comercializador e o titular de instalação de produção de derivados de petróleo e gás natural ficam obrigados a atender, conforme aplicável, à: | Propomos a nova redação considerando – conforme acima já exposto – que os produtores, comercializador e titular de instalação de produção ocupam a mesma posição na cadeia e são responsáveis pelo fornecimento dos produtos derivados de petróleo e gás natural. Entretanto, considerando as peculiaridades de cada atividade, cada instalação deve se submeter a obrigações distintas. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 32, VIII | VIII - Resolução Conjunta ANP/INMETRO nº 1, de 10 de junho de 2013, que trata do Regulamento Técnico de Medição de Petróleo e Gás Natural, no caso de ~~processador~~ unidade de processamento de gás natural. | Cf. justificativa proposta no art. 1º, § 2º. |
| Petrogal | Art. 33 | “O produtor de derivados de petróleo e gás natural, especificamente orefinador de petróleo, o produtor de combustíveis em centrais petroquímicas e o processador de gás natural com suas atividades autorizadas pela ANP poderá exercer, na sua instalação produtora, as atividades de formulação de combustíveis, sendo que somente o refinador de petróleo e o produtor de combustíveis em centrais petroquímicas~~os dois primeiros~~ poderão exercer também a atividade de produção de solventes, observado o disposto na Resolução ANP nº 3, de 2011.” | Para fins de clareza sugerimos utilizar o termo definido. |
| IBP | Art. 33 | Art. 33. O refinador de petróleo, o produtor de combustíveis em centrais petroquímicas e o processador de gás natural com suas atividades autorizadas pela ANP poderão exercer, na sua instalação produtora, de forma não exclusiva, as atividades de formulação de combustíveis, podendo os dois primeiros exercer também a atividade de produção de solventes, observado o disposto na Resolução ANP nº 3, de 2011. | Ajuste no sentido de evitar que o refinador de petróleo, o produtor de combustíveis em centrais petroquímicas e o processador de gás natural eventualmente abandonem o exercício das atividades para as quais estão autorizados, passando a exercer somente a formulação ou a produção de solventes. |
| COPAPE | Art. 33 | Art. 33 O refinador de petróleo, o produtor de combustíveis em centrais petroquímicas e o processador de gás natural com suas atividades autorizadas pela ANP poderão exercer, na sua instalação produtora, as atividades de formulação de combustíveis, podendo os dois primeiros exercer também a atividade de produção de solventes, observado o disposto na Resolução ANP  nº 3, de 2011 e desde que desde que cumpridas as questões do laboratório próprio e apresentação do SICAF. | A medida visa justamente trazer maior segurança aos processos e procedimentos relacionados à produção e a formulação, e por certo tem o condão de adequar os procedimentos às leis e normas vigentes. |
| ABIQUIM | Art. 33 | Art. 33. ~~O refinador~~ A refinaria de petróleo, ~~o produtor de combustíveis em~~ a central~~is~~ petroquímica~~s~~ produtora de derivados de petróleo e ~~o processador~~ a unidade de gás natural com suas atividades autorizadas pela ANP poderão exercer, na sua instalação ~~produtora~~ de produção, as atividades de formulação de combustíveis, podendo os dois primeiros exercer também a atividade de produção de solventes, observado o disposto na Resolução ANP nº 3, de 2011. |  |
| BRASKEM | Art. 33 | Art. 33. ~~O refinador~~ A refinaria de petróleo, ~~o produtor de combustíveis em~~ a central~~is~~ petroquímica~~s~~ produtora de derivados de petróleo e ~~o processador~~ a unidade de gás natural com suas atividades autorizadas pela ANP poderão exercer, na sua instalação ~~produtora~~ de produção, de forma não exclusiva, as atividades de formulação de combustíveis, podendo os dois primeiros exercer também a atividade de produção de solventes, observado o disposto na Resolução ANP nº 3, de 2011. | Cf. justificativa proposta no art. 1º, § 2º. |
| Petrogal | Art. 34 | ~~Art. 34. Os terminais e dutos de transferência ou transporte, que transponham os limites das instalações produtoras, deverão ter sua construção e operação autorizadas nos termos da Resolução ANP nº 52, de 2 de dezembro de 2015.~~ | Sugerimos a exclusão. Entendemos que o objeto do artigo está fora do escopo do Art. 1º da minuta de resolução. |
| Petrobras Distribuidora | Art. 34, caput e novo parágrafo único | Art. 34. Os terminais e dutos de transferência ou transporte, que transponham os limites das instalações produtoras, deverão ter sua construção e operação autorizadas nos termos da ~~Resolução ANP nº 52, de 2 de dezembro de 2015~~  regulamentação vigente.  Parágrafo único. A utilização dos terminais e dutos dar-se-á segundo a regulamentação vigente. | ALTERAÇÃO para restar expresso que seguirá Resolução vigente sobre acesso às estruturas, tendo em vista que pode haver mais de uma resolução regulando o mesmo tema.  INCLUSÃO para esclarecer que existem regras de acesso específicas, em linha com que está sendo discutido, inclusive, na revisão da PANP 251 e em reforço as sugestões apresentadas no art. 26. |
| IBP | Art. 35, caput | *Comentário*  *Art. 35. Os tanques de armazenamento localizados nas instalações de formulação de gasolina e óleo diesel, interligados por meio de dutos a um terminal adjacente, poderão ser autorizados a operar como parte integrante da instalação produtora e do terminal, desde que sejam atendidos, respectivamente, os requisitos desta Resolução e da Resolução ANP nº 52, de 2015.* | Entendemos que esta minuta de resolução deva estar em linha com as discussões da Consulta e Audiência Públicas nº 1/2020, que objetivam revisar a Portaria ANP nº 251/2000, que trata da Regulamentação do acesso não discriminatório, por terceiros interessados, aos terminais aquaviários, existentes ou a serem construídos, para movimentação de petróleo, seus derivados e de biocombustíveis. |
| ABIQUIM | Art. 35, caput | Art. 35. Os tanques de armazenamento localizados nas ~~instalações~~ plantas de formulação de ~~gasolina e óleo diesel~~ combustível, interligados por meio de dutos a um terminal adjacente, poderão ser autorizados a operar como parte integrante da instalação ~~produtora~~ de produção e do terminal, desde que sejam atendidos, respectivamente, os requisitos desta Resolução e da Resolução ANP nº 52, de 2015. |  |
| BRASKEM | Art. 35, caput | Art. 35. Os tanques de armazenamento localizados nas ~~instalações~~ plantas de formulação de gasolina e óleo diesel, interligados por meio de dutos a um terminal adjacente, poderão ser autorizados a operar como parte integrante da instalação ~~produtora~~ de produção e do terminal, desde que sejam atendidos, respectivamente, os requisitos desta Resolução e da Resolução ANP nº 52, de 2015. | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I.  Entendemos que esta minuta de resolução deva estar em linha com as discussões da Consulta e Audiência Públicas nº 1/2020, que objetivam revisar a Portaria ANP nº 251/2000, que trata da Regulamentação do acesso não discriminatório, por terceiros interessados, aos terminais aquaviários, existentes ou a serem construídos, para movimentação de petróleo, seus derivados e de biocombustíveis. |
| COPAPE | Art. 35, § 1º | § 1º O formulador de gasolina e óleo diesel, que tiver tanques autorizados a operar tanto como parte integrante da instalação produtora como de terminal, deverá comunicar a alteração da forma de operação dos tanques à ANP com antecedência mínima de trinta dias ~~e aguardar aprovação da Agência por ofício, antes da sua efetivação~~. | Neste caso, a simplificação proposta pela nova minuta de resolução, poderia manter a obrigação de informar a Autarquia sem a necessidade de aguardar a aprovação mesmo se tratando de procedimento com antecedência de 30 dias. |
| ABIQUIM | Art. 35, § 1º | § 1º ~~O formulador de gasolina e óleo diesel~~ A planta de formulação de combustível, que tiver tanques autorizados a operar tanto como parte integrante da instalação ~~produtora~~ de produção como de terminal, deverá comunicar a alteração da forma de operação dos tanques à ANP com antecedência mínima de trinta dias e aguardar aprovação da Agência por ofício, antes da sua efetivação. |  |
| ABIQUIM | Art. 35, § 2º | § 2º Na falta da comunicação de que trata o § 1º, admitir-se-á que os tanques operam como parte integrante da instalação de formulação de ~~gasolina e óleo diesel~~ combustível. |  |
| ABIQUIM | Art. 35, § 3º | § 3º No caso de desativação temporária da instalação ~~produtora~~ de produção, nos termos do art. 30, inciso III, a totalidade da tancagem poderá operar como terminal. | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 36 | Art. 36. A unidade de processamento de gás natural localizada em refinaria de petróleo será considerada unidade de processo desta instalação ~~produtora~~ de produção e será incluída na autorização de operação da refinaria de petróleo. | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| IBP | Art. 37 | Art. 37. Com relação ao controle da queima de gás natural, quando realizada nas Unidades de Processamento de Gás Natural ~~nos polos de processamento de gás natural~~ ou nas refinarias de petróleo que recebem gás natural das unidades de produção, a ANP~~, além de observar o disposto na Resolução ANP nº 806, de 17 de janeiro de 2020,~~ poderá solicitar documentos e informações que considerar pertinentes ~~à aprovação da queima extraordinária de gás natural.~~ | A resolução ANP nº 806/20 se refere à ocorrência de queima em unidades de produção de petróleo e gás, portanto, as condições descritas na referida resolução não fazem referência ou tem relação direta às condições de queima que ocorrem, ou possam vir a ocorrer, em Unidades de Processamento de Gás Natural e/ou refinarias de petróleo. Destaca-se que não fica claro qual seria a definição de queima ordinária ou queima extraordinária para Unidades de Processamento de Gás Natural e nas refinarias de petróleo.  Adicionalmente, sugere-se que a ANP liste os eventuais documentos e informações adicionais que poderão ser solicitados pela Agência. |
| ABIQUIM | Art. 37 | Art. 37. Com relação ao controle da queima de gás natural, quando realizada ~~nos polos~~ na unidade de processamento de gás natural ou nas refinarias de petróleo que recebem gás natural das unidades de produção, a ANP, além de observar o disposto na Resolução ANP nº 806, de 17 de janeiro de 2020, poderá solicitar documentos e informações que considerar pertinentes à aprovação da queima extraordinária de gás natural. |  |
| BRASKEM | Art. 37 | Art. 37. Com relação ao controle da queima de gás natural, quando realizada ~~nos polos~~ na unidade de processamento de gás natural ou nas refinarias de petróleo que recebem gás natural das unidades de produção, a ANP, ~~além de observar o disposto na Resolução ANP nº 806, de 17 de janeiro de 2020,~~ poderá solicitar documentos e informações que considerar pertinentes ~~à aprovação da queima extraordinária de gás natural~~. | Propomos a nova redação, pois a resolução ANP nº 806/20 se refere à ocorrência de queima em unidades de produção de petróleo e gás, portanto, as condições descritas na referida resolução não fazem referência ou tem relação direta às condições de queima que ocorrem, ou possam vir a ocorrer, em Unidades de Processamento de Gás Natural e/ou refinarias de petróleo.  Destaca-se que não fica clara qual seria a definição de queima ordinária ou queima extraordinária para Unidades de Processamento de Gás Natural e nas refinarias de petróleo.  Adicionalmente, sugere-se que a ANP liste os eventuais documentos e informações adicionais que poderão ser solicitados pela Agência. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 38, caput | Art. 38. A autorização de operação de instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural de que trata esta Resolução é outorgada em caráter precário e será extinta por: | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| IBP  ABIQUIM  BRASKEM | Art. 38, I, a, b | a) extinção, ~~da pessoa jurídica~~, judicial ou extrajudicial~~mente;~~ , da empresa ou consórcio de empresas;  b) ~~decretação de falência da pessoa jurídica;~~ liquidação ou falência decretada ou | Idem à justificativa feita para a proposta de alteração no § 1º do Art. 1º.  Sugere-se as alterações no item b e inciso II, as quais visam adequar o inciso II ao disposto na Lei nº 9.847/ 99, tendo em vista que a previsão genérica quanto à aplicação da penalidade de interdição independentemente da instauração de processo administrativo, poderá levar a interpretações equivocadas quanto à necessidade de sua existência, observando o disposto no artigo 5º da Lei nº 9.847/99 *(“§ 1o  Ocorrendo a interdição ou a apreensão de bens e produtos, o fiscal, no prazo de vinte e quatro horas, sob pena de responsabilidade, comunicará a ocorrência à autoridade competente da ANP, encaminhando-lhe cópia do auto de infração e, se houver, da documentação que o instrui*”). |
| IBP  ABIQUIM  BRASKEM | Art. 38, II | II - cassação, após regular desenvolvimento de processo administrativo, com garantia do contraditório e ampla defesa, quando o produtor de derivados de petróleo e gás natural deixar de atender aos requisitos referentes à outorga da autorização de operação, constantes do art. 6º, incisos V e VI, estando sujeito à aplicação de medida cautelar de interdição, ~~independentemente da instauração de processo administrativo~~, nos termos do art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.847, de 1999; ou | Sugere-se as alterações no item b e inciso II, as quais visam adequar o inciso II ao disposto na Lei nº 9.847/ 99, tendo em vista que a previsão genérica quanto à aplicação da penalidade de interdição independentemente da instauração de processo administrativo, poderá levar a interpretações equivocadas quanto à necessidade de sua existência, observando o disposto no artigo 5º da Lei nº 9.847/99 *(“§ 1o  Ocorrendo a interdição ou a apreensão de bens e produtos, o fiscal, no prazo de vinte e quatro horas, sob pena de responsabilidade, comunicará a ocorrência à autoridade competente da ANP, encaminhando-lhe cópia do auto de infração e, se houver, da documentação que o instrui*”). |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 38, III, b | b) a inscrição no CNPJ da instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural estiver suspensa, inapta, baixada, nula ou similar; | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| BRASKEM | Art. 38, III, e | ~~e) houver fundadas razões de interesse público, justificadas pela autoridade competente.~~ | Sugerimos a exclusão da alínea “e”, considerando a insegurança jurídica que poderá ser causada por tal previsão, tendo em vista, inclusive, os altos investimentos necessários para a implantação das instalações em questão.  Adicionalmente, no contexto de abertura de mercado, inserção de novos agentes e de novos arranjos contratuais, a fiscalização das atividades pela ANP se torna ainda mais importante e essencial, de modo a se verificar o adequado exercício de cada atividade regulada para garantir que um agente autorizado para executar uma atividade específica não exerça, de forma dissimulada, outra atividade que não aquela para o qual obteve autorização. Isto para que se preserve a integridade da estrutura da indústria e, consequentemente, o funcionamento adequado do mercado e da produção. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 38, parágrafo único | Parágrafo único. O ato administrativo de extinção da autorização de operação de instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural será publicado no DOU. | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 39 | Art. 39. Fica concedido à ~~pessoa jurídica~~ empresa ou consórcio de empresascom requerimento de autorização em análise na ANP, protocolado antes da publicação desta Resolução e instruído com base nas disposições da Portaria ANP nº 84, de 24 de maio de 2001, da Portaria ANP nº 317, de 27 de dezembro de 2001, das Resoluções ANP nº 16 e nº 17, de 10 de junho de 2010, e da Resolução ANP nº 5, de 26 de janeiro de 2012, o prazo de noventa dias para atender às disposições estabelecidas nesta Resolução, sob pena de arquivamento do pedido. | Cf. justificativa proposta no art. 1º, §1º. |
| IBP | Art. 39 | Art. 39. Fica concedido à empresa ou consórcio de empresas ~~pessoa jurídica~~ com requerimento de autorização em análise na ANP, protocolado antes da publicação desta Resolução e instruído com base nas disposições da Portaria ANP nº 84, de 24 de maio de 2001, da Portaria ANP nº 317, de 27 de dezembro de 2001, das Resoluções ANP nº 16 e nº 17, de 10 de junho de 2010, e da Resolução ANP nº 5, de 26 de janeiro de 2012, o prazo de noventa dias para atender às disposições estabelecidas nesta Resolução, sob pena de arquivamento do pedido. | Idem à justificativa feita para a proposta de alteração no § 1º do Art. 1º. |
| BRASKEM | Art. 40 | (Solicitação)  Art. 40. As autorizações de operação das refinarias de petróleo que se enquadrarem no disposto no art. 36 serão republicadas, após a publicação desta Resolução, para contemplarem as unidades de processamento de gás natural. | Solicitamos que esta D. Agência evidencie de que forma se dará a republicação das outorgas já concedidas como: i) se haverá abertura de processo por esta Agência para confirmação do enquadramento, ii) qual o prazo para republicação. |
| IBP | Art. 40 | Solicitação de esclarecimento:  Como se dará esse processo de republicação das AOs após considerar que as UPGNs pertencem às refinarias? |  |
| ABIQUIM  BRASKEM | Art. 41 | Art. 41. A ANP poderá, a qualquer momento e sem prévia comunicação, fiscalizar a instalação ~~produtora~~ de produção de derivados de petróleo e gás natural autorizada, observado o disposto no art. 12 e no art. 31, inciso I, bem como solicitar informações complementares àquelas previstas nesta Resolução. | Cf. justificativa proposta no art. 2º, I. |
| IBP  ABIQUIM  BRASKEM | Art. 42 | Art. 42. O não atendimento às disposições desta Resolução sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 1999, sem prejuízo das demais sanções cabíveis nos termos da legislação aplicável. | Importante delimitar que as sanções aplicáveis restringem-se àquelas dispostas na legislação aplicável. |
| BRASKEM | Art. 44 | (Solicitação de esclarecimento)  Art. 44. Ficam revogados:  I - a Portaria ANP nº 84, de 24 de maio de 2001;  II - a Portaria ANP nº 317, de 27 de dezembro de 2001;  III - a Resolução ANP nº 16, de 10 de junho de 2010;  IV - a Resolução ANP nº 17, de 10 de junho de 2010;  V - a Resolução ANP nº 29, de 3 de junho de 2011;  VI - a Resolução ANP nº 30, de 3 de junho de 2011;  VII - a Resolução ANP nº 34, de 28 de junho de 2011;  VIII - a Resolução ANP nº 35, de 28 de junho de 2011;  IX - a Resolução ANP nº 5, de 26 de janeiro de 2012;  X - a Resolução ANP nº 48, de 3 de setembro de 2014;  XI - a Resolução ANP nº 49, de 3 de setembro de 2014; e  XII - os seguintes dispositivos da Resolução ANP nº 790, de 10 de junho de 2019:  a) art. 25;  b) art. 28;  c) art. 31; e  d) art. 32. | Propomos que esta D. Agência considere de forma mais aprofundada o impacto da norma proposta sobre os produtos regulados em que incide. Por exemplo, a Nota Técnica nº 1/2020/SPC/ANP-RJ expõe que a produção de solventes não será tratada pela referida norma e não há a revogação da Portaria ANP nº 318/01, entretanto, existem diversas menções à produção de solventes e a marcação. Entendemos que ainda é necessário indicar os impactos dessa norma sobre os produtos regulados por esta Agência. |
| Ipiranga | Art. 44, novo inciso | XIII - o inciso IV do artigo 31 da Resolução ANP 58 de 17 de outubro de 2014. | Prever revogação do artigo 31, inciso IV da RANP 58 de 2014, em linha com a proposta de alteração do artigo 26 desta minuta. |
| IBP | Capítulo XIV  Novo artigo | Art. 44-a. A Resolução ANP nº 58, de 17 de outubro de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:  "Art. 18. O distribuidor somente poderá adquirir combustíveis líquidos:  IX - de contratante de atividade de processamento de gás natural, de acordo com a regulamentação vigente” (NR) | A minuta possibilita que o contratante de prestação de atividade de industrialização por encomenda se equipare ao refinador de petróleo e ao processador de gás natural. Todavia, a resolução 58/2014 (art. 18) não foi alterada de forma a se adequar à nova resolução, podendo criar interpretações destoantes com o pretendido pelo regulador. Assim, sugere-se a inclusão de um inciso no Art. 18 da RANP 58/2014 para fazer menção ao contratante de atividade de processamento de gás natural. |
| IBP | Capítulo XIV  Novo artigo | Art. 44-b. A Resolução ANP nº 49, de 30 de novembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte alteração:  "Art. 18. O distribuidor somente poderá adquirir GLP:  V - de contratante de atividade de processamento de gás natural, de acordo com a regulamentação vigente” (NR) | A minuta possibilita que o contratante de prestação de atividade de industrialização por encomenda se equipare ao refinador de petróleo e ao processador de gás natural. Todavia, a resolução 49/2016 (art. 18) não foi alterada de forma a se adequar à nova resolução, podendo criar interpretações destoantes com o pretendido pelo regulador. Assim, sugere-se a inclusão de um inciso no Art. 18 da RANP 49/2016 para fazer menção ao contratante de atividade de processamento de gás natural. |
| BRASKEM | Art. 45 | Art. 45. Esta Resolução entra em vigor em (DIA) de (MÊS) de (ANO). | Como a norma objeto desta consulta pública será de grande abrangência e afetará as instalações de produção de derivados de petróleo e gás natural em todo o país, entendemos que é relevante que se estabeleça prazo para adequação das instalações que já se encontram sob operação (entre 3 e 6 meses), devendo a vigência das novas regras incidir somente sobre novas instalações. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Novo capítulo  (após Capítulo II - Definições) | CAPÍTULO xx  PRODUÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO E DE GÁS NATURAL  Art. xx Poderão solicitar autorização para o exercício da atividade de produção de derivados de petróleo e de gás natural as sociedades ou consórcios constituídos sob as leis brasileiras, com sede e administração no País que atendam às condições estabelecidas nesta Resolução.  Art. xx O pedido de autorização para o exercício da atividade de produção de derivados de petróleo e de gás natural deverá ser encaminhado à ANP, assinado por responsável legal ou preposto, acompanhado da seguinte documentação:  I - cópia autenticada do documento de identificação do signatário e, em se tratando de preposto, também cópia autenticada de instrumento de procuração;  II - ficha cadastral, conforme modelo disponível na página da ANP na internet;  III - estatuto ou contrato social, acompanhado de ata de eleição de seus administradores, no caso de sociedade por ações, devidamente registrados na Junta Comercial;  IV - comprovação de integralização de capital social mínimo de R$20 milhões (vinte milhões de Reais);  V - comprovação de inscrição no Cadastro de Contribuintes Federal, Estadual e Municipal, conforme aplicável; e  VI - certidão negativa de débitos perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, conforme aplicável.  VII - demonstração do arranjo de utilização de instalação de produção própria ou de terceiros regularmente autorizada pela ANP.  § 1º Caso o arranjo de utilização de instalação de produção própria envolva a construção e operação de nova instalação de produção, o interessado poderá solicitar a autorização para exercício da atividade de produção no mesmo requerimento de autorização de operação de instalação de produção.  § 2º Caso o arranjo de utilização de instalação de produção envolva a contratação da utilização de instalação de terceiros, o interessado deverá demonstrar a contratação de capacidade de refino, processamento ou de formulação de gasolina e óleo diesel, conforme o caso, com titular de instalação de produção autorizada pela ANP e em patamar compatível com a produção esperada.  § 3º Nos casos de produção secundária de derivados de petróleo e de gás natural e de produção de matérias primas e insumos que substituam os produtos derivados de petróleo e gás natural a partir de fontes renováveis ou recicladas, o interessado deverá apresentar à ANP o arranjo técnico das condições de produção, movimentação e armazenamento a ser adotado. | Considerando que a norma proposta traz duas formas para o exercício da atividade de produção de derivados de petróleo e gás natural – por instalações próprias e por instalação de terceiros – o novo capítulo proposto busca trazer mais clareza sobre essas duas formas de produção, bem como indicar como se dará seu processo de outorga.  A principal distinção proposta é que o interessado que também construir instalação de produção própria, não necessite abrir posterior processo de autorização para a produção, sendo aproveitado seu processo de construção e operação para a emissão da referida outorga.  Propomos que para as duas alternativas de produção seja necessária a comprovação de capacidade econômico-financeira para atuar no setor de petróleo e gás natural. Nesse sentido, sugerimos que sejam apresentados documentos que demonstrem a capacidade econômico-financeira e regularidade fiscal do interessado para a emissão da outorga.  Propomos, ainda, que em caso de produção secundária de derivados de petróleo e gás natural e de produção de matérias primas e insumos que substituam os produtos derivados de petróleo e gás natural a partir de fontes renováveis, o interessado também apresente informações sobre o arranjo de suas instalações perante a ANP. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Capítulo VIII  Nova seção | **Seção xx**  **Autorização para Exercício da Atividade de Comercialização de Derivados de Petróleo e de Gás Natural** | As alterações aqui propostas são no mesmo sentido do disposto na justificativa exposta no art. 1º, caput, que é agregar clareza às atividades reguladas por esta resolução. Nesse sentido, e buscando trazer mais segurança jurídica e clareza ao procedimento de outorga para o exercício da atividade, propomos aqui o procedimento para expedição de autorização de comercialização, que não está atrelada à instalação produtora.  Com a criação bem definida de um *trader*, tal como regulamentado para o gás natural, entendemos que será possível conferir mais dinâmica e liquidez ao mercado de derivados de petróleo e gás natural. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Capítulo VIII  Nova seção  Novo art. | Art. xx Poderão solicitar autorização para o exercício da atividade de comercialização de derivados de petróleo as empresas ou consórcios de empresas constituídos sob as leis brasileiras, com sede e administração no País que atendam às condições estabelecidas nesta Resolução. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Capítulo VIII  Nova seção  Novo art. | Art. xx O pedido de autorização para o exercício da atividade de produção de derivados de petróleo deverá ser encaminhado à ANP, assinado por responsável legal ou preposto, acompanhado da seguinte documentação:  I - cópia autenticada do documento de identificação do signatário e, em se tratando de preposto, também cópia autenticada de instrumento de procuração;  II - estatuto ou contrato social, acompanhado de ata de eleição de seus administradores, no caso de sociedade por ações, devidamente registrados na Junta Comercial;  III - comprovação de inscrição no Cadastro de Contribuintes Federal, Estadual e Municipal, conforme aplicável; e  IV - certidão negativa de débitos perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, conforme aplicável. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Capítulo VIII  Nova seção  Novo art. | Art. xx Fica dispensada de autorização prévia da ANP o exercício da atividade de comercialização de derivados de gás natural e de produtos secundários de derivados do petróleo e gás natural.  Parágrafo Único. A compra e venda de líquidos de gás natural poderá ser feita entre quaisquer interessados independente de registro, autorização, ou qualquer outro ato de liberação prévia da ANP. | A legislação vigente não impõe a exigência de outorga para a comercialização de derivados de gás natural. Nesse sentido, propomos que esse tratamento seja mantido. |
| ABRACE | Capítulo IX  Novo art. | Art. xx. A execução, pelo processador de gás natural nas instalações autorizadas por esta Resolução, conforme elencadas no art. 27da presente Resolução, em atendimento a terceiro interessado, deve ser formalizada por meio de instrumentos contratuais de uso da UPGN.  § 1º Os serviços prestados deverão ser formalizado sem instrumentos contratuais específicos de uso da UPGN, celebrados entre o agente processador da UPGN e o terceiro interessado, o qual passará à condição de Contratante de Prestação de Serviço da UPGN.  § 2º Os instrumentos contratuais de uso da UPGN de que trata o caput deverão ser públicos e padronizados para cada modalidade de serviço, explicitando:  I - tipo de serviço contratado;  II - identificação das partes;  III - termos e condições gerais de prestação do serviço;  IV - capacidade de processamento contratado;  V - remuneração do serviço;  VI - solução de controvérsias;  VII - condições de faturamento e pagamento;  VIII - prazo de vigência.  § 3º O agente processador da UPGN deverá elaborar e enviar à ANP os modelos dos instrumentos contratuais previstos no § 2º desse artigo, 30 (trinta) dias antes de sua celebração.  § 4º A autorizatária deverá informar à ANP a metodologia utilizada para o cálculo da remuneração do serviço acordada, a memória de cálculo dessa remuneração e os valores relativos a cada modalidade de serviço a ser prestado para os usuários da UPGN.  § 5º As remunerações aplicáveis a cada modalidade de serviço deverão ser compostas por uma estrutura de encargos relacionados à natureza dos custos atribuíveis à sua prestação, devendo refletir:  I - os custos da prestação eficiente do serviço;  II - os determinantes de custos, tais como o volume, o consumo de gás natural pela instalação, as perdas, o número de carregamentos e o prazo de contratação, observando a responsabilidade de cada usuário da UPGN na ocorrência desses custos e a qualidade dos tipos de serviço oferecidos;  III - um retorno justo e adequado do investimento.  § 6º A remuneração pelos serviços prestados nas UPGNs deverá ser estruturada, no mínimo, com base nos seguintes encargos:  I - encargo de capacidade de processamento: destinado a cobrir os custos de processamento de gás natural da UPGN;  § 7º Para fins de acompanhamento técnico, econômico e financeiro, a ANP poderá solicitar informações adicionais sempre que julgar necessário. | Considera-se fundamental a inclusão de artigo que estabeleça critérios mínimos de previsão nos contratos de uso da UPGN. Adicionalmente, sugere-se a previsão da transparência sobre os encargos a serem cobrados pelo serviço de processamento do gás natural. |
| ABRACE | Capítulo IX  Novo art. | Art. xx. Ficam condicionados à autorização da ANP o arrendamento ou a cessão de unidades de processamento de gás natural autorizadas, no todo ou em parte, desde que cumpridos os itens desta Resolução e de seu Regulamento Técnico ANP. | Considera-se relevante a manutenção da previsão do arrendamento das instalações devidamente autorizadas, conforme anteriormente previstos na RANP nº 17/2010. |
| ABIQUIM  BRASKEM | Capítulo X  Seção III  Art. novo | Art. xx O produtor e o comercializador de derivados de petróleo e de gás natural ficam obrigados a garantir a especificação dos derivados a serem comercializados em todo o território nacional, nos termos da regulamentação vigente. | Propomos a nova redação, pois, considerando o exposto na justificativa ao art. 2º, I, os agentes autorizados ao exercício da produção de derivados de petróleo e gás natural e instalação própria (titulares de instalação de produção) ou de terceiros e os comercializadores ocupam o polo da oferta dos produtos objeto desta norma. Nesse sentido, devem cumprir o cumprimento das regras de qualidade impostas por esta D. Agência. |